



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ofício 035/2023

Pelotas, 23 de fevereiro de 2023

Assunto: Resposta ao ofício nº 96/23

Ilm^a Senhora
Norma Gonçalves Xavier
Coordenadora da UCCI

Ao cumprimentá-la cordialmente, respondemos ao supracitado ofício, ressaltando que a Secretaria Municipal de Educação e Desporto como parte do Sistema Municipal de Educação monitora o Plano Municipal de Educação aprovado para o decênio 2015/2024 pela Lei Municipal nº 6245/15 em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação.
Enviamos conforme solicitado, a digitalização do Plano de Educação e o Relatório da Conferência Municipal de Educação.

Atenciosamente,

Adriane de Souza Silveira
Secretária Municipal de Educação e Desporto



**RELATÓRIO FINAL DA IV CONAE 2022 – ETAPA
MUNICIPAL DE PELOTAS - RS**

Pelotas, 10 de janeiro de 2022

A small, handwritten signature or set of initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Fórum Municipal de Educação
Instituído pela Portaria nº 073/2021

Coordenação do FME:

Adriana Raquel Farias de Farias – SMED

Alice Maria Souza Szezepanski – 5ª CRE

Carla Maria Becker Pertuzatti – CME/Pel

Comissão Especial de Mobilização e Divulgação:

Érica Insaurriaga Megiato – SMED

Ingrid Braga dos Santos – Gestores de Escolas Privadas

Ledeci Coutinho – Gestores de Escolas Públicas

Maria Alice de Freitas Sias – SMED

Ricardo Moreira - SIMP

Comissão de Monitoramento e Sistematização:

Adriana Raquel Farias de Farias – SMED

Adriane Gerber Martins - SMED

Carla Maria Becker Pertuzatti – CME/Pel

Daniel de Souza Lemos - CME

Patrícia Pedroso Moraes – Gestores Escolas Públicas

Grupo de Trabalho para Inclusão:

Ana Berenice Franco dos Reis – Associação Escola Louis Braille



Ângela Brum Soares – CAPTA

Coordenadora Geral da IV Conferência Nacional de Educação –
CONAE 2022 – Etapa Municipal de Pelotas:

Carla Maria Becker Pertuzatti



Programação:

IV Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022

ETAPA MUNICIPAL – 16 e 17 de dezembro de 2021

16 de dezembro de 2021

8h30

Palestra de abertura da IV Conferência Nacional de Educação
– CONAE 2022 - Etapa Municipal – Pelotas/RS

- Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da
educação brasileira

Palestrante: Prefeita Paula Schild Mascarenhas

Mediadora: Prof.^a Érica Megiato

Relatora: Prof.^a Camila Arenhart

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

13h30

-Educação Escolar: complexidades e desafios

Palestrante: Secretária Adriane Silveira

Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas

Mediadora: Prof.^a Érica Megiato

Relatora: Prof.^a Camila Arenhart

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

13h30

-A implementação do Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades

Palestrante: Prof. Me. Roberval Ângelo Furtado

5ª Coordenadoria Regional de Educação – 5ª CRE

Mediadora: Prof.^a Me. Alice Maria Souza Szezepanski

Relatora: Prof.^a Esp. Patrícia Pedroso Moraes

Link de acesso: <https://www.facebook.com/05CREPelotas>

15h

Plenária do Eixo 1.

17 de dezembro de 2021

8h30

-Direitos humanos e meio ambiente na escola: rumo a uma consciência planetária

Palestrante: Prof.^a Dr.^a Ursula Rosa da Silva

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Mediadora: Me. Aliana Anghinoni Cardoso

Relatora: Me. Aliana Anghinoni Cardoso

Link de acesso:
<http://www.youtube.com/watch?v=JRtgcE2wKiA>

8h30

- Políticas de Inclusão no IFSul: combatendo as desigualdades

Palestrante: Prof.^a Me. Rosane Bom

Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul

Mediadora: Me. Letícia Santos da Silva

Relatora: Prof.^a Esp. Jaqueline Guimarães Camargo Silveira

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=y-E3Q9csVYc>

8h30

- Inclusão? Futuro? A escola como espaço de vida

Palestrantes: Prof.^a Me. Carla Silva de Ávila e Prof. Dr. Daniel Moraes Botelho

Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Mediadora: Prof.^a Esp. Ângela Brum Soares

Relatora: Prof.^a Me. Maria Alice de Freitas Sias

Link de acesso: <https://www.youtube.com/ucpel>

8h30

-A sistêmica invisibilidade LGBT nos planos de educação

Palestrante: Prof. Esp. Marcos Ronei Peverada Fernandes

Conselho LGBTQIA+

Mediador: Prof. Me. Dídio Lopes

Relator: Prof. Me. Dídio Lopes

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

10h – Plenária dos Eixos 2 e 3.

13h30 – Plenária final e votação do documento da CONAE

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

Handwritten signature

A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo poder público e articulado com a sociedade para que todos possam participar da educação nacional.

A CONAE 2022, na etapa municipal, em Pelotas, foi precedida de etapas preparatórias nas escolas municipais, estaduais e privadas; nas instituições de ensino superior públicas e privadas; nas instituições que atendem ao público-alvo da educação especial; nos conselhos ligados à educação e aos movimentos de afirmação a diversidade.

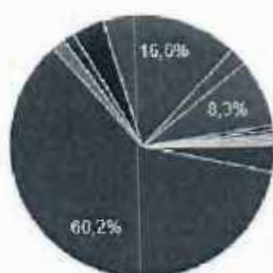
O Fórum Municipal de Educação de Pelotas – FME|PEL abriu uma consulta pública para a participação da comunidade na etapa preparatória municipal por meio de formulário a ser preenchido entre os dias 25 e 30 de novembro de 2021, sendo que, para tais discussões, foram disponibilizadas cópias do Documento de Referência da CONAE 2022 – Inclusão, Equidade e Qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira, do Plano Municipal de Educação 2014-2024, além de um formulário para preencher com o resultado proposto em cada encontro preparatório. Esses formulários foram enviados por e-mail para o FME/PEL. Foram recebidas 552 (quinhentas e cinquenta e duas) emendas aditivas, 187 (cento e oitenta e sete) emendas supressivas, 228 (duzentas e vinte e oito) emendas substitutivas e 102 (cento e duas) novas emendas, que foram analisadas e agrupadas por semelhança, resultando num documento de vinte e cinco páginas para ser discutido nas plenárias de eixo.



Durante esses encontros preparatórios, foram escolhidos os delegados que representariam o segmento nas plenárias de eixo da conferência municipal. Cada delegado escolhido preencheu e enviou um formulário via Google Forms, o qual se apresenta abaixo, em gráficos:

Instituição de vínculo:

362 respostas



- Conselho municipal de educação de...
- Rede municipal de educação – escola...
- Rede estadual de educação – escolas...
- Rede particular de educação – escola...
- Escolas /centros de educação espec...
- Prefeitura municipal de Pelotas – secr...
- 5CRE – 5ª Coordenadoria regional de...
- UFPel / IFSul e demais faculdades pú...

▲ 1/3 ▼

- UCPel / Faculdade Anhanguera / Sen...
- Sistema S
- SIMP / SINPRO / CPERS / SINTAE
- Promotora regional de educação
- Câmara municipal de Pelotas
- Aprocri / Sindicreches / Sinep
- Comdica / Cacs-fundeb / forum dos c...
- Conselho tutelar

▲ 2/3 ▼

- Coner e comitê diversidade religiosa
- Gestores escolas públicas municipais, estaduais e particulares do território
- Entidade representativa dos estudantes educação básica e educação superior
- Movimentos representativos da sociedade
- Conselhos escolares das escolas municipais e estaduais

▲ 3/3 ▼

Em virtude da pandemia e das dificuldades por ela interpostas, a conferência municipal do território de Pelotas, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2021, foi totalmente virtual, utilizando os canais das instituições participantes (YouTube, Facebook e Google Meet). Acredita-se que o aprendizado e a familiaridade adquiridos no

Handwritten signature

decorso de 2020 e 2021 foi garantidor da qualidade e da legitimidade dos trabalhos desenvolvidos na Conferência, possibilitando ricos espaços de debate e de participação da sociedade.

No dia 16 de dezembro, pela manhã, a prefeita de Pelotas, professora Paula Schild Mascarenhas, participou da mesa de abertura do evento e proferiu a palestra virtual que abordou o tema ***“Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira”***.

Paula relacionou o tema proposto com reflexões, perspectivas e ações embasadas nas realizações e medidas adotadas pela gestão municipal para a educação. Depois de ressaltar a importância, necessidade e responsabilidade de todos em pensar, avaliar e discutir o assunto, especialmente pelo momento atual, com um longo período de pandemia, a prefeita disse que a administração de Pelotas busca avanços na educação a partir de uma visão mais ampla e que conta com a dedicação e o envolvimento dos educadores e profissionais da área.

A gestora enfatizou os problemas impostos pela crise sanitária e as alternativas encontradas para recuperar as principais dificuldades, acentuadas pelo período em que a educação foi atingida, apesar de todo o esforço dos educadores para minimizar impactos. Segundo a prefeita, a primeira percepção no retorno ao ensino presencial é a disparidade de conhecimento ocasionada pelas desigualdades sociais entre os que tiveram, ou não, acesso às tecnologias.

“Para essa recuperação da educação precisaremos de importantes diagnósticos para entender efetivamente onde estamos, verificar o atual panorama, seja ele bom ou ruim, mas que nos dê o cenário sobre o qual vamos nos debruçar e construir o futuro da nossa educação. Em um segundo momento, precisaremos de um trabalho muito grande de customização dessa recuperação do conhecimento dos alunos diante das diferentes realidades, além de olhar aluno por aluno nessa reintegração ao processo de ensino-aprendizagem, o que entendo que será bastante trabalhoso, mas não vejo outro caminho”, projetou Paula.

A chefe do Executivo também destacou como outro grande desafio o combate à evasão escolar, com a busca dos estudantes que, nesse período, abandonaram os estudos, a partir da união de esforços e da articulação de estratégias.

“Nós não podemos nos conformar com nenhum aluno perdido, ainda que tenham voltado 99%, mas esse 1% que não retornou representa um enorme problema e precisamos buscá-los. Estar sentado em um banco escolar significa ter um futuro melhor, uma vida de paz, produtiva, de construção de família, de relações sociais e realizações, e não ter isso é estar sujeito a uma cidade de exclusão, violência e dificuldades”, analisou, informando que, para isso, o Município já atua por meio do trabalho conjunto das secretarias da área social – Saúde, Educação e Assistência Social –, na identificação das crianças e jovens que estão fora da escola. Outro ponto mencionado por Paula são as ações realizadas pelos projetos

de prevenção do Pacto Pelotas pela Paz, que promovem o resgate de inúmeros estudantes à vida escolar.

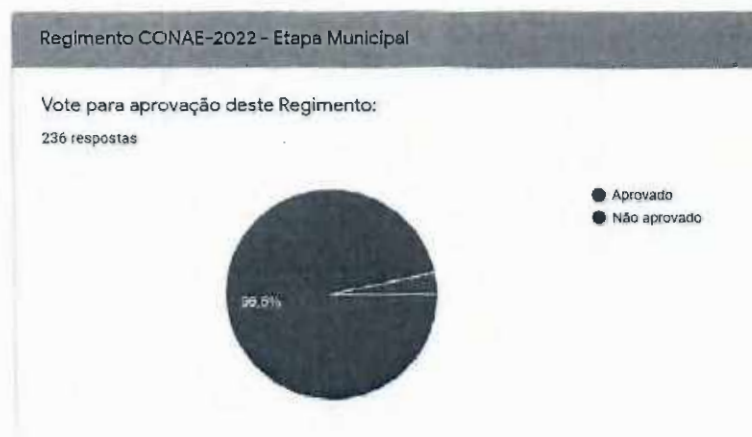
A prefeita também ressaltou as questões de acessibilidade que se concretizaram na rede municipal, a partir das recentes requalificações, ampliações e reformas das escolas de educação infantil da cidade, transformando o ambiente, onde ocorre o primeiro contato da criança com a escola, em um espaço mais qualificado.

Por fim, detalhou o projeto da Rede Urban 95 na cidade, com foco em uma paisagem urbana que seja acolhedora para as crianças. Essas ações estão em discussão e planejamento para novos investimentos em tecnologias, qualidade da educação, formação e valorização dos professores, além da perspectiva de retomada do turno integral para cinco escolas do Município em 2022 – duas na zona rural e três na urbana.

Também participaram da abertura da 4ª Conferência Nacional da Educação representantes da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE), das universidades Católica (UCPel) e Federal (UFPel) de Pelotas e do Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSul), além da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e do Conselho Municipal de Educação (CME/Pel), que se manifestaram saudando o público de mais de 2180 acessos (de forma síncrona, o que se projeta que represente em torno de seis mil participantes, pois muitos assistiam à transmissão nas escolas (por telões) e com ampla participação por meio do chat.



Após as palavras da prefeita, a presidente do CME/Pel e coordenadora da conferência, professora Carla Maria Becker Pertuzatti, procedeu a leitura do regimento que foi aprovado por 96,6 % dos assistentes que votaram por meio de um formulário da plataforma Google forms.



No turno da tarde, ocorreram, simultaneamente, duas palestras: A **“Implementação do Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades”** e **“Educação escolar: complexidades e desafios”**. Na primeira, o professor mestre Roberval Ângelo Furtado salientou que estamos em processo de construção do Plano Nacional de Educação que valerá de 2024 – 2034, em especial, o

que norteia o Novo Ensino Médio. Ainda, o palestrante afirmou que esse é um momento ímpar de debate no que tange a proposição e contribuições para o planejamento das Políticas Públicas Educacionais no Brasil. Salientou, também, que as vivências terão mais importância valorizando muito mais o que se traz em sua “bagagem”, suas experiências, explorando-as nas práticas pedagógicas dos alunos. A Educação Pública Brasileira é marcada por diversidades, desigualdades e, dessa forma, é complexo o avanço educacional com toda desigualdade que se apresenta, o que prejudica a efetividade de uma educação de qualidade. Nesse novo contexto, deve-se retomar a vida na escola com todos os desafios que se enfrenta. A proposta do novo Ensino Médio é de uma mudança de novas perspectivas para o aluno, de modo que ele defina seus interesses, traçando, assim, o seu projeto de vida. A escola tem por missão ressignificar, ser um polo de ensino, na qual o aluno sinta-se acolhido e, então, preparado para enfrentar o novo, ou seja, sair de sua zona de conforto, com todos os seus direitos preservados. Com o novo Ensino Médio, o aluno terá mais horas de estudos, de acordo com o itinerário que escolher para seguir. É importante ressaltar que esse processo muda a concepção tanto do estudante quanto a do professor, pois as práticas terão mais significado para os alunos, como também os professores terão mais formações continuadas, de modo que faz-se necessário uma readequação curricular, pois a dinâmica de todo esse processo de mudança influenciará os Sistemas de Ensino e os Sistemas Educacionais. O processo de mudança vem ao encontro com a

implementação do novo sobre o que já existia, reorganizando as áreas de conhecimentos em eixos estruturantes, no qual o aluno se torna o protagonista do processo. Os alunos terão opções, mas com os devidos regramentos de acordo com a BNCC (normas e sistemas de Ensino), sendo que a Escola terá autonomia para iniciar processos de elaboração e construção de saberes, dentro da legalidade. O que norteia todo o processo é a BNCC, um documento orientador que especifica a base comum a todos os currículos, que são as competências gerais, organizadas por áreas do conhecimento, que atende a diferentes demandas dos alunos, buscando, sempre, uma escola de qualidade para todos: ESCOLA – COMUNIDADE – SOCIEDADE. O novo Ensino Médio surge para melhorar e implementar e não mudar o que já se tem. Só a prática evidenciará o processo de avaliação. É importante ressaltar que Currículo não é somente o livro, pois ele é uma referência curricular, assim, pensa-se que o Ensino Médio trará uma relação entre ESCOLA e CONHECIMENTO. Os desafios são para todos nós, professores, estudantes e pais. O novo Ensino Médio oportunizará uma caminhada num mundo de conhecimentos. Por fim, deixa-se as seguintes reflexões: 1) Qual Ensino Médio queremos? 2) O que precisamos fazer? 3) Quais as minhas contribuições nesse processo? 4) Me sinto preparado (a) para os desafios e as oportunidades atinentes ao Novo Ensino Médio?

A palestra **“Educação escolar: complexidades e desafios”** foi proferida pela secretária da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a professora doutora Adriane Silveira.



De acordo com a secretária, a educação foi, está e continuará afetada pela pandemia. O cenário de pandemia desestabilizou os professores, os profissionais da educação e a escola. As adversidades desestabilizam os processos pedagógicos e os modos de organização da escola. Por isso, o foco da educação tem estado na gestão da crise e na busca da solução dos problemas para amenizar os impactos negativos da pandemia. É necessária a reorganização e reordenação da escola para aprender a viver dentro do espaço escolar em tempos de pandemia.

O cenário de incertezas deixará impactos a médio e longo prazos. O desafio que se apresenta é ainda maior porque, possivelmente, no período de vigência deste PNE de 2024-2034, ainda estejam reverberando os resultados que a pandemia trouxe à organização das escolas e à vida de todas as pessoas envolvidas com a educação escolar.

Os desafios e a complexidade se configuram porque não existem regras fixas. A construção das estratégias é ao longo do fazer, ao longo do caminho. O caminho é diverso, o caminho é conforme o contexto de cada escola.

A partir da leitura do texto de Paulo Freire sobre o que é a escola, apreende-se que, fundamentalmente, é necessário contribuir para o processo de formação de seres humanos capazes de enfrentar as adversidades, como a pandemia. O primeiro grande desafio é o das relações humanas, das humanidades, de criar laços de amizade.

É necessário...

humano social interage e é interdependente do outro. Ter consciência de que os processos identitários se dão na relação com o outro. Extrapolar a condição empática do ser humano porque é a capacidade de se colocar no lugar do outro na relação social, com os grupos, com as famílias e com as comunidades. Com consideração, identificação e diálogo com o outro.

Não significa a obrigatoriedade da concordância, mas a consideração e a aceitação do outro. Processos contraditórios e diversos pertencem ao fazer educacional e, por isso, a democracia é tão favorável, porque somos seres sociais que se constroem nas discussões e nas ideias diversas.

Se foi possível que o ser humano construísse o mundo da natureza, também será possível alterar o mundo que os humanos fazem, o mundo da cultura, da história e da política. Assim, é muito importante continuar com essa aprendizagem no período pós-pandemia.

Outro grande desafio é compreender a necessidade da mudança do paradigma do ensino para o paradigma da aprendizagem na escola. É a reformulação dos problemas e soluções das ações da escola e também as realizações científicas alinhadas com as demandas da sociedade. É acompanhar as revoluções paradigmática e científica já iniciadas pela sociedade.

Nesta mudança de paradigma, os caminhos são diversos, construídos individual e coletivamente ao longo do caminhar.

A partir da teoria da complexidade de Edgar Morin, tem-se o entendimento de que o todo é muito mais do que a soma das partes individualizadas, porque o todo da escola é vida, é orgânico e é



dinâmico, sendo necessário ser reconstruído no desafio do cotidiano que se tem.

A educação escolar supõe, simultaneamente, sem ordem hierárquica, ciência, arte, fé e amor. Supõe ciência porque exige preparo, pesquisa, busca de metodologias, de técnicas sustentadas em base teórica, de corpo de conhecimentos sistematizados. Supõe ciência por necessitar da compreensão e explicação dos fenômenos humanos, sociais, naturais, da compreensão e explicação dos fatos da vida.

A educação escolar supõe arte como forma de o ser humano expressar suas emoções, sua história, sua cultura, enquanto humanos, expressar o que se é, o que se sente, expressar a forma estética e ética de enxergar e de viver essa vida e expressar os valores.

A educação escolar supõe fé porque é preciso que se tenha fé nas possibilidades da ciência, do ser humano, da educação e das pedagogias.

A educação escolar supõe amor para que se tenha ouvidos vigilantes para escutar o que há dentro de cada um, mas também para escutar o outro. É preciso escuta sensível, olhares atentos a enxergar, mentes abertas a refletir mas, principalmente, corações sensíveis para sentir.

O grande desafio não é da ordem da metodologia, da técnica, do conhecimento filosófico ou científico, mas é um desafio humano na vivência da complexidade das humanidades. Estamos adoentados emocional e psicologicamente.

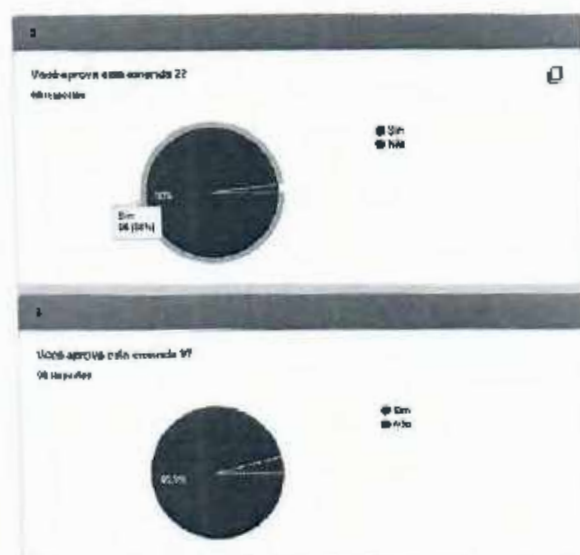
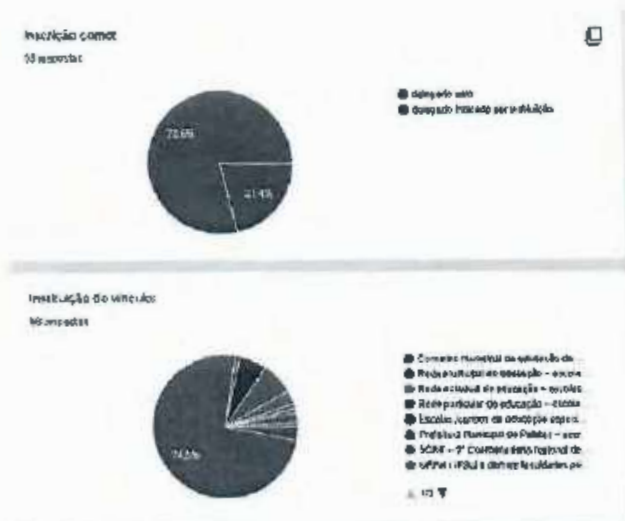
A explanação dessa palestra é inconclusiva porque consiste em um compartilhamento de reflexão com o objetivo de suscitar, em cada um e



em muitos, a motivação necessária para enfrentar o desafio da educação em pandemia e pós-pandemia e construir caminhos de inclusão, equidade e qualidade que levem à formação de humanos, compreendendo o outro como diferentes de nós.



As duas palestras, juntas, obtiveram um total de 2040 acessos síncronos. Ao final de cada uma delas foi postado um link pelo qual os delegados migraram para uma sala do Google Meet e participaram da plenária do EIXO 1. Após exposição das emendas propostas ao eixo, cada uma foi debatida e, quando propostas alterações, foram votadas por meio de enquetes. Após três horas e quarenta minutos, o documento final desse eixo foi votado por meio de formulário do Google Forms, com os resultados abaixo:



Nas palestras da manhã da sexta-feira 17 de dezembro, foram 1395 acessos entre quatro palestras, promovidas pelo IFSul, UCPel, UFPel e Conselho LGBTQIA+.

Na palestra da Universidade Católica de Pelotas – UCPel **“Inclusão? Futuro? A escola como espaço de vida”** falaram os

PALESTRA:
**Inclusão? Futuro?
A escola como espaço de vida**
Prof.ª Me. Carla Silva de Ávila
Prof. Dr. Daniel Moraes Bobelino

17/12
8h30min

Acesse pelo QR Code ou pelo link na descrição

Organizado em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC) do Rio Grande do Sul, a palestra será realizada na Universidade Católica de Pelotas, durante a realização de atividades de promoção e integração de estudos e atividades.

Organizado em parceria com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC) do Rio Grande do Sul, a palestra será realizada na Universidade Católica de Pelotas, durante a realização de atividades de promoção e integração de estudos e atividades.

professores

O professor Daniel começou a palestra propondo uma roda de conversa, diálogo, alguns momentos um monólogo, trazendo algumas reflexões, inspirações.

Inclusão, futuro, a escola como um espaço de vida, refletir sobre ela, a escola, nesse espaço potente e tão rico. Perspectiva de uma escola inclusiva é inclusão e o futuro.

Para está palestra o professor destacou três palavras chaves,

invisibilidade, caleidoscópio, representatividade.

Quem são esses invisíveis na escola? São invisíveis nos territórios, invisíveis na sociedade, os desprovidos dos direitos, invisíveis no mundo do trabalho, as mulheres. Pautas para pensar, o contexto da escola, a própria questão gênero.

Outra pauta é ancestralidade, étnicos raciais que atravessam o espaço da escola e da vida, importante discutir e pensar no contexto escolar. Pensar nas múltiplas e possíveis identidades, homem e mulher, pensar também nesse campo sobre as pessoas com deficiência, sendo um grande aprendizado quando esses alunos chegam ao espaço escolar.

Outra questão de invisibilidade são os corpos, dos padrões, que atravessamos no dia a dia, que de alguma forma nos seduz a ver e ser vistos.

Como pensar então essa questão da invisibilidade, na perspectiva da inclusão?

Lembrando que a escola é um espaço sortido, trouxe o exemplo dos baleiros antigos, onde encontrava em Pedro Osório, com balas multicoloridas, sendo a escola esse espaço sortido.

Após explicou o que é um caleidoscópio (figura de linguagem), tendo novas imagens, existe muito esse movimento na escola, a escola é todo de movimento, a escola tem atravessamentos diários.

Quantos sujeitos têm na escola, com diversas realidades, são sujeitos que fazem a escola, é um todo, merendeiras/os, professoras/es, gestores, educandos/as, famílias, porteiros/as, são os entes que giram e fazem a história e a comunidade no entorno,

políticas públicas, todos esses elementos são as peças do caleidoscópio, esses são os elementos que vamos pensar sobre a inclusão.

Refletir sobre a inclusão é exercitar a cartografia dos sensíveis da escola, há muitos elementos e informações que devemos pensar na cartografia dos sensíveis, é uma espécie de observar para absorver, seria o visto, não visto sentido do ambiente, do espaço escolar.

Importante de pensar a representatividade que inspira pensar cada vez mais essas pautas de minoritários, escola como espaço para promover a voz do sujeito, com diversas imagens, deverá ter voz para que isso possa acontecer.

Precisasse promover então, promover o diálogo, como exercício da outridade, modo de ser, de ver e de existir, vendo semelhanças e diferenças com o outro.

Pensar em outridade é ser capaz de aprender e experienciar os outros com os outros, como o outro de nós mesmos, esse sentido tem essa perspectiva de saber que o outro é diferente, mas é importante para meu eu. Pensar em outridade é pensar em comunidade, cooperar, pensar em uma escola para todos, pensando assim, um Plano Nacional para educação.

Falando de inclusão, cada peça somos todos, nós devemos nos incluir e ser incluído no processo. Temos um cenário atual muito homogeneizante e excludente, pelas superfícies lisas.

Trouxe o exemplo de prótese, como o celular, onde tudo é lindo, tudo é perfeito, impõe padrões e formas, traz a ideia que precisamos



consumir mais, com a melhor performasse de ser sempre o melhor, para os outros nos verem.

A escola é um espaço de vida, onde muitas vidas podem habitar, um currículo sendo um espaço de vida, onde podemos dar a voz e a experiência aos sujeitos.

A professora Carla Ávila começou sua fala afirmando quando pensa-se em futuro, em presente da prática educativa, é importante perceber, vou falar em suleador, tendo uma perspectiva política, sul do mundo, países que foram colonizados, países subdesenvolvidos e não em desenvolvimento.

A professora leu um trecho da página 16 do documento da CONAE. Nessa lacuna ele rememorou nossa educação neste contexto mundial, trazendo a ideologia de mercado, chamado de neoliberalismo. Falou de reforma fiscal a taxa de iluminação, no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas, para que elas aumentem seu lucro e o grau de competitividade. Condenou as políticas de reduzir os gastos do Estado, através de corte de funcionários, diminuindo as leis trabalhistas, a fim de cortar gastos e garantir a arrecadação suficiente.

Trouxe um autor que fala sobre necro política pensando os efeitos, no acordo do cotidiano escolar, política da inimizade, é um prenúncio do fim do humanismo.

É importante a gente ater-se nos movimentos que influenciam a nossa prática educativa.

O que faz o estudante não querer estar na escola? A escola deveria ser o espaço de vida, e às vezes passa a ser o espaço de

expulsão.

Até onde vai a nossa responsabilidade enquanto indivíduo?
Como espaço de vida?

Isso tudo faz parte da sociedade, nosso grande desafio, é como compreender as contradições e armadilhas do próprio neoliberalismo, numa perspectiva realista.

O conceito de necro poder, ações onde o Estado, instituição, escolhe pela morte, escolhendo pela economia ou saúde. São escolhas, que tem como consequência, piorando a vida dos sujeitos.

Poder necro político, opera por um gênero de reversão entre vida e morte, (...) abolir a distinção entre meio e fim, (...) a morte dos inimigos, não possui qualquer... .

Avanços da política neoliberal, transferência da responsabilidade para o indivíduo muitas vezes das suas mazelas. Exemplo, você não se esforçou, quantas vezes o sistema apagou as notas colocadas pelos professores no sistema do Estado. Questões para além da vontade.

Será que é isso que fala a LDB, Lei 10639, inclusão do ensino, da história do continente africano? Ainda hoje não há a efetivação dessa lei, a não seriedade.

É mais fácil dizer que todos somos iguais, todos somos humanos, qual o contexto do humanismo? Precisamos ir a fundo nessas questões!

Qual é a nossa responsabilidade, qual é a responsabilidade da gestão, qual é a responsabilidade do Estado?

Quantos diretores negros foram eleitos? Temos professores

com deficiências em nossas escolas? Como é essa cota, essa inclusão na estrutura de ensino?

Por que ainda temos que falar dessa inclusão, depois da LDB, depois da Constituição, depois das cotas, por que ainda existem fraudes nas cotas?

São questionamentos que nos levam a ter pequenas nuances que são práticas da inclusão.

Autora Bell Hooks, escrevia sobre feminismo negro e educação, fala também sobre sexualidade, questão do corpo.

A professora leu um trecho do livro “Movimento negro e educador”, da autora NILMA.

Incluir a presença de pessoas negras, de pessoas indígenas e deficiências na prática, no cotidiano escolar, na gestão escolar, (...) repensar toda a forma de construção do saber.

Incluir pessoas negras dentro do ensino superior, é incluir saberes identitários, saberes políticos, saberes estéticos corpóreos, para além de uma perspectiva eurocêntrica do ser. Questionando como Inclusão, Futuro, sem olhar as lacunas do presente?

Afirmou que analisando o período pandêmico, devemos pensar respostas.

O professor Daniel encerrou sua fala afirmando que: O quadro da resistência não pode ser confundido com resignação e passividade, ao contrário precisa ser elaborado com as pedagogias da indignação, compromisso, esperança e com a construção de sonhos possíveis, para utilizar concepções e categorias de Paulo Freire.

A professora Carla concluiu, conclamando todos a pensarem nas possíveis práticas para uma real inclusão.

Na palestra **“Direitos Humanos e Meio Ambiente na escola: rumo a uma consciência Planetária”** proferida pela professora doutora Úrsula Rosa da Silva, vice reitora da UFPEL.

PALESTRA
Direitos humanos e meio ambiente na escola: rumo a uma consciência planetária
Prof.ª D.ª Úrsula Rosa da Silva

CONAE 2023
CIVILIDADE - PLACER - PROTEÇÃO

Licenciada em Física pela Universidade de Caxias do Sul, Mestre em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutora em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela UFPEL. É Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco, atuando nesta universidade desde 1995, vice-reitora da UFPEL e professora do programa de mestrado em Artes Visuais (UFPEL), atuando no curso de Ensino de Arte e Educação Física.

17/12
8h30min

Accesse pelo QR Code ou pelo link na descrição

A professora Úrsula deu início a sua fala esclarecendo de qual ponto de vista conceitual falaria sobre a temática, fazendo, portanto, o esclarecimento teórico a respeito dos conceitos consciência planetária; cidadania planetária; direitos humanos e educação ambiental. Na sequência,

apresentou a base legal que fundamenta a inclusão das temáticas direitos humanos e educação ambiental como obrigatórias em todos os sistemas de ensino e, por conseguinte, no trabalho pedagógico das escolas e demais instituições educacionais. Esclareceu aspectos históricos e contemporâneos que justificam o porquê e como essas duas temáticas devem ser trabalhadas cotidianamente nas escolas e demais instituições sociais, contribuindo também com a reflexão sobre quais caminhos podem ser trilhados para que a abordagem dos assuntos relacionados aos direitos humanos e à educação ambiental seja efetiva e comprometida com o contexto regional. Finalmente os comentários e questionamentos do chat

foram apreciados e a necessidade de inclusão, de forma mais direta, de temas relacionados aos direitos humanos e à educação ambiental nos documentos oficiais, como, por exemplo, no Plano Nacional de Educação. Foram então respondidas perguntas a respeito da temática explanada.

O professor especialista Marcos Ronei Peverada Fernandes proferiu a palestra **“A sistêmica Invisibilidade LGBT nos planos de Educação”**

O palestrante iniciou sua fala explicando a bandeira LGBT e se



apresentou falando do seu privilégio em participar da CONAE. Muitos não conseguem estar. Marcos colocou que é gay, homem branco e militante LGBT e por isso se encontra em situação privilegiada, mesmo que, ainda sofra preconceitos. Disse não representar ninguém neste momento, contudo, faz parte do

Grupo TAMBÉM aqui de Pelotas. Grupo este que apoia e contribui muito com a comunidade LGBTQIA+ na cidade de Pelotas.



Marcos seguiu sua fala introduzindo a questão que norteia esse momento, a invisibilidade LGBT no plano municipal de educação. Contou que é professor da rede pública de literatura, português e francês, leciona na

rede municipal e estadual aqui em Pelotas. Falou sobre a discussão que suas escolas fizeram sobre a CONAE e diz que se surpreendeu sobre o eixo dois falar em diversidade mas em momento algum mencionar as questões LGBT na escola que é de extrema relevância e importância aparecer.

Fez uma “volta no tempo” mencionando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que foi instituída com diversas violações de direitos devido as duas guerras mundiais. Diversas questões abrangeram essa declaração, inclusive as questões de sexualidade, que precisava constar nesta declaração. Marcos diz que a ONU foi criada e que tal declaração foi constituída, graças aos movimentos militantes.

A sexualidade ainda é um tabu em muitos países e no Brasil não é diferente, disse Marcos. As questões de sexualidade além de serem um assunto polêmico, precisam serem debatidas e conversadas. Contou que movimento LGBT começou em 1969, em Nova York, com uma revolta em um Bar que era frequentemente abordado por policias que incriminavam o público deste ambiente

por serem LGBTs. Certo dia, os donos do bar cansados de serem vistos como criminosos, organizaram, junto com o público frequentante do local, uma mobilização para que estas abordagens acabassem. Esse dia foi conhecido como o dia da resistência. Resultado deste fenômeno é as paradas do orgulho gay pelo mundo a fora e da diversidade, como acontece aqui em Pelotas. No Brasil os primeiros grupos e organizações LGBTs começaram no final dos anos 80, no Rio Grande do Sul em 92 e em Pelotas em 2002, o grupo TAMBÉM ao qual faz parte.

Existem muitos direitos que o público LGBT não possui em relação a comunidade heterossexual. Exemplo disto é o casamento, a adoção, a herança. Isso tudo é possível de conseguir, contudo, muito mais complicado para quem é homossexual. A importância dos movimentos LGBTs em relação a esses direitos é de suma relevância. O direito a diversidade, segundo Marcos, era pra ser o mais importante. Todos devem ter o direito de agir e ser como é, independentemente de sua sexualidade/orientação sexual. Se pararmos para pensar em toda a história, a sexualidade sempre foi complicada de ser falada em famílias, escola, grupo de amigos e sociedade em geral. A sexualidade, o racismo, a mulher loira e a xenofobia sempre foi tema de piada, e isso é muito sério. Deveríamos discutir sobre essas piadas para observarmos a LGBTQIA+fobia.

Os planos de educação sempre tiveram as questões de gênero e sexualidade em seu texto, contudo, aos poucos eram suprimidas na prática. Em 2015, devido a um grande movimento LGBT, na



Câmara de Vereadores, as questões LGBT foram incluídas novamente no plano municipal de educação.

Afirmou que as conferências Municipais e Estaduais LGBTs são menores, contudo, necessárias para a luta pelos direitos. Infelizmente as conferências LGBTs não possuem muito apoio do governo, todavia, os movimentos sociais lutam para as conferências acontecerem. Políticas públicas em relação a educação e saúde para o público de Travestis e Transsexuais foram criadas para abranger esse público, porém, com incansáveis discussões do movimento LGBT. No governo do Eduardo Leite, ex- prefeito de Pelotas, tivemos o ganho de conseguir colocar algumas questões LGBTs no plano Estadual de Educação com muita briga na câmara de vereadores, como já mencionado anteriormente.

Marcos mencionou que os PME tinham as expressões “Orientação Sexual”, “Desigualdade de Gênero”, “Sexualidade”, “Erradicação de todas as desigualdades”, “Diversidades em geral”, entre outros que foram suprimidos no atual PME. Que o atual momento é de extrema importância para que tais questões sejam discutidas e não sejam mais suprimidas nos PME. Marcos colocou que na CONAE 2022 no sub-eixo IV, onde se fala sobre diversidade, a supressão não ocorreu só com as questões LGBTs, e sim, com as questões de pessoas com deficiência, etnia, sexo, condição econômica, cultura e condições de aprendizagem. Ou seja, a diversidade abrange muitas questões que devem sim aparecer por escrito no PNE e jamais serem suprimidas. Segundo as metas, que são em torno de 20 metas, nenhuma faz menção em acesso e

permanência e garantia dos LGBTs na escola.

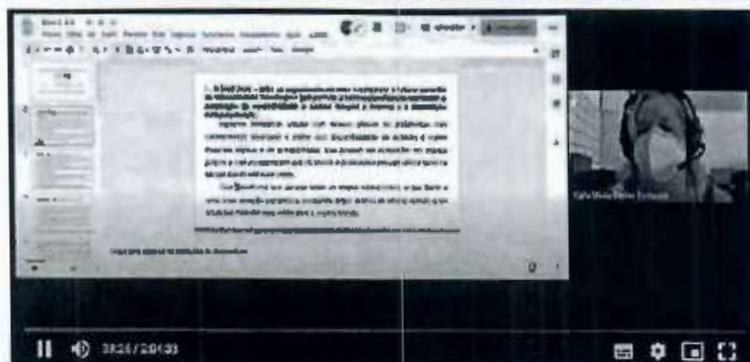
Marcos concluiu sua fala dizendo que isso tudo, que apresentou, é de extrema importância para pensarmos, pois, o público LGBT necessita de apoio, respeito e respaldo através dos PME. Ele comenta sobre suas angústias e os preconceitos que sofreu enquanto criança na escola. Marcos ainda sugeriu aos professores ouvintes sobre o olhar atento que devemos ter ao bullying na escola, atento aquele aluno quieto e que muito não se entrosa com as outras crianças. Não que todo aluno quieto seja gay, jamais é isso, mas que possamos ter esse olhar a esse caminho de desigualdade. O aluno mostra em suas ações e em seu rendimento escolar se está bem ou não. A sexualidade é libertadora e precisa ser debatida na escola como algo natural. Marcos fala sobre o se assumir ser algo de necessidade, pois, muitos não se assumem e cometem erros irreparáveis em suas vidas, o momento de se assumir faz com que tal pessoa seja respeitada no lugar que for. A escola precisa respeitar as orientações sexuais e identidades de gênero, e isso, necessita estar nos nossos documentos, aparecendo por escrito em todos esses documentos.

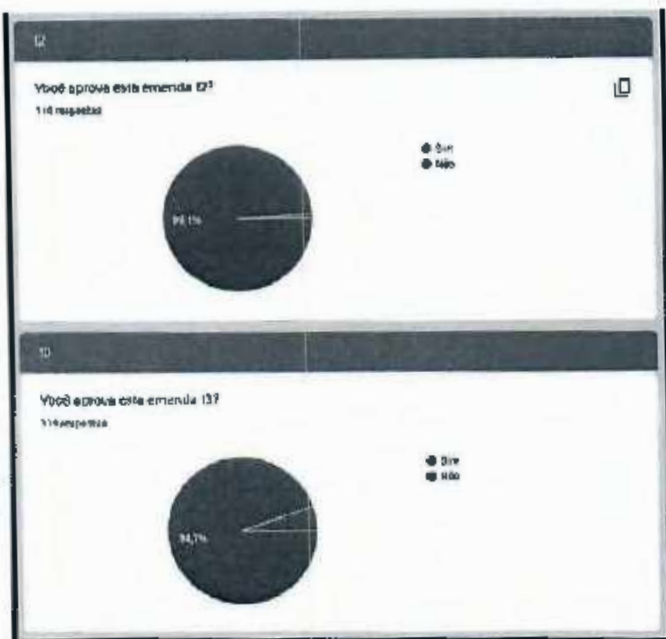
Por fim, Marcos respondeu dois questionamentos do público, no chat, que indagavam sobre o pronome neutro: Todes e sobre estratégia democrática de uma gestão que deveria educar para a diversidade.

As quatro palestras juntas tiveram em torno de 1395 (mil trezentos e noventa e cinco) acessos e ao final das mesmas os delegados receberam o link para a Plenárias dos EIXOS 2 e 3. Esta



plenária durou duas horas e trinta minutos de debates e enquetes, após os quais os delegados votaram nas emendas, conforme gráficos abaixo:

A screenshot of a voting form. At the top right, it says "Formulário votação 17/12 - Eixo 2 e 3". Below that, it says "Formulário de Votação CONAE - 2022 - Etapa Municipal". There are fields for "Data (17/12/2021) - Dia 1 de 1" and "E-mail*", with a sub-label "E-mail válido:". At the bottom, there is a small note: "OBRIGADO POR PARTICIPAR! SEU VOTO É IMPORTANTE!".



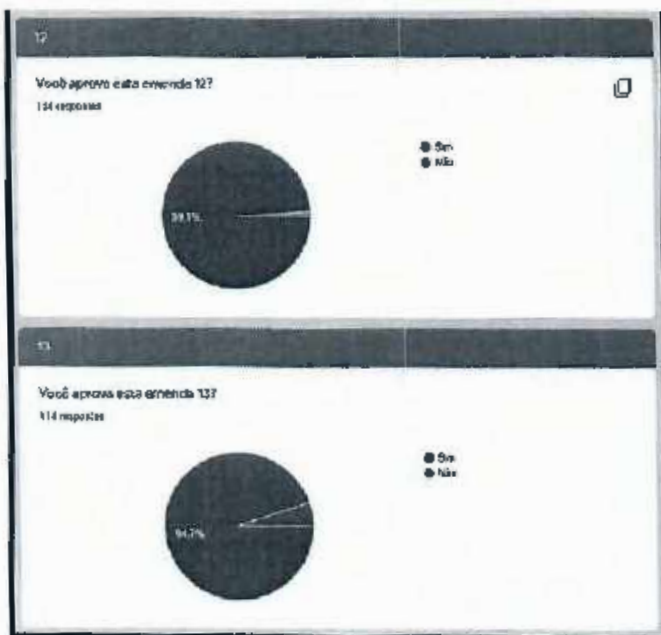
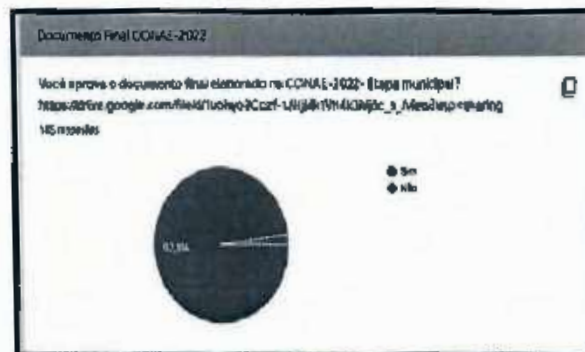
Regularizar | Estatísticas | **17** | Configurações

Plenária Final - CONAE -2022
 Etapa municipal

Seção 1 de 2

Plenária Final e Votação do documento da -
CONAE-2022 - Etapa Municipal

Delegação de Pernambuco



Handwritten signature

No turno da tarde a professora especialista Carla Maria Becker Pertuzatti coordenadora da IV CONAE – Etapa Municipal de Pelotas, conduziu a plenária final onde foi aprovado o documento final, conforme gráfico abaixo:

As emendas aprovadas pela IV CONAE – Etapa Municipal de Pelotas, foram as seguintes:

EMENDAS

I – **Evolução das Políticas Educacionais de 2018 a 2022**

Adotar estratégias articuladas entre educação, saúde e assistência social, por meio do cruzamento de dados de forma promover visitas domiciliares em cada família em qual haja identificação de uma criança ou adolescente, em idade escolar obrigatória, fora da escola.

Fortalecer a articulação intersetorial (educação, saúde, assistência, entre outras) invertendo a lógica dos encaminhamentos para lógica da assistência compartilhada garantindo a integralidade das políticas públicas necessárias à comunidade escolar.

Criar uma comissão responsável, em parceria com universidades públicas do município, pelo estímulo à implementação e fortalecimento dos conselhos escolares.

Garantir espaço e horário dentro da escola para as reuniões do grêmio e associação de pais.

Aplicar verbas específicas na formação continuada dos profissionais da educação, na aquisição de recursos pedagógicos

acessíveis como materiais didáticos, equipamentos e rede tecnológica para os espaços educacionais e discentes que não tenham acesso.

Fortalecer e dinamizar rede apoio multidisciplinar nas áreas da educação, saúde e Assistência Social com o acesso do atendimento global do aluno.

Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas nos anos que antecedem a pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

II – O Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 – Avaliação diagnóstica sobre as 10 Diretrizes e 20 metas estabelecidas, atualização sobre as atuais demandas;

Financiar a construção de novas escolas de educação infantil, para atendimento da faixa etária 0 a 3 anos, nos bairros de maior vulnerabilidade social.

Financiar a construção de novas escolas e ampliação de escolas já existentes para ampliar em 50% as escolas de tempo integral.

Instituir instrumentos de avaliação formativa e diagnóstica periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e



as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas como reforço em turno inverso, ajuda de uma psicóloga, de uma fonoaudióloga, etc..., assim como uma investigação minuciosa das dificuldades dos alunos, identificando suas dificuldades e sanando-as, para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

Formar, em nível de pós-graduação, 70% (setenta por cento) dos professores e auxiliares da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estimular a criação e fomentar a manutenção e ampliação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtorno do



espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtorno do espectro do autista e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdocegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 15% (quinze por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 3º (terceiro) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 20% (vinte por cento) do PIB



ao final do decênio.

Estabelecer número máximo de alunos por sala em cada etapa da educação básica.

Financiar ações de recuperação da aprendizagem, previstas em plano de ação que indique, os objetivos, as ações a serem desenvolvidas, o período de execução, a forma de verificação dos resultados e os responsáveis, para garantia do direito à educação, enquanto acesso, permanência e aprendizagem, com a efetiva recuperação das defasagens acumuladas durante o período pandêmico.

Criar um sistema de troca de experiências com um professor mais experiente orientando, auxiliando, qualificando e formando o professor no início da sua trajetória docente.

Ampliar as estruturas das escolas para inserção do EJA e promover campanhas sobre a importância da participação e o retorno para escola.

Realizar anualmente fóruns para discussão e replanejamento das metas que não foram alcançadas.

Construção de plano de carreira nacional e justo para todas as modalidades de ensino.

Apresentar com clareza e transparência a evolução da educação;

Estimular a permanência do estudante com ações que tenham resultados a curto prazo, incluindo a oferta de cursos profissionalizantes e projetos artísticos, culturais e esportivos envolvendo a comunidade.



Fomentar plano de formação continuada dos profissionais da educação, com grupos de estudo, orientações, cursos, capacitações e similares, além da disponibilização de material de consulta e acessibilidade, para o corpo docente das escolas públicas, com foco na recuperação da aprendizagem dos alunos.

III – O PNE 2024 – 2034 e a valorização dos profissionais da Educação:

Garantir formação continuada, plano de carreira de acordo com as necessidades e realidades elaboradas com a interação dos docentes, remuneração digna e condições de trabalho com disponibilidade de materiais e recursos pedagógicos adequados, e saúde física e mental com acompanhamento por profissionais específicos e gratuitos. Assim como os serviços essenciais como saúde e segurança, a educação para ser atendida como tal deveria ter uma maior estrutura e segurança para os funcionários e a comunidade.

Garantir o cumprimento do piso salarial, plano de carreira, acesso a cursos de formação, as novas tecnologias e programas de saúde adequados às necessidades profissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras, etc) todos instituídos por meio de Políticas Públicas adequadas a valorização profissional.

Garantir formação com caráter científico em cursos de graduação, pós-graduação e afins, com fiscalização de competência e de qualidade, carreira, remuneração, condições de trabalho mínimas para a execução dos planejamentos com objetivos educacionais e

sociais satisfatórios.

Ofertar profissionais da área da saúde mental para projetos que promovam a saúde dos trabalhadores, para todos os profissionais em efetivo exercício.

Garantir a valorização dos profissionais com piso salarial determinado em lei, formação continuada ofertada de forma gratuita e dentro do horário de expediente de trabalho. Implementação de plano de carreira, condições de infraestrutura adequada nas escolas com espaço de convívio social e lazer, acesso à tecnologia para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Garantir que os professores tenham sua carga horária numa mesma escola, para que possam dar conta de outras atividades além das de sala de aula, especialmente no que se refere ao contato com a comunidade.

Garantir a valorização do profissional da educação adequando carga horária compatível a atender a formação dos alunos adequando: (questão salarial carga horária em sala de aula + atendimento aos alunos com turmas reduzidas), para atender as demandas de capacitação e desenvolvimento das atividades escolares.

Garantir valorização, em relação a sua qualificação profissional, levando-se em consideração sua área de atuação, estruturando-se planos de incentivos, progressivamente, em percentual, proporcional a sua qualificação educacional (especialização, mestrado e Doutorado). Tendo em vista o considerável número de profissionais

da educação que encontram se com depressão, estresse e outras doenças emocionais: a organização/promoção de canais de atendimento, palestras, e grupos de acolhida e terapia voltados para os profissionais da educação (professores e auxiliares), visando a prevenção, informação e tratamento dos transtornos mencionados.

Garantir formação, carreira (implementação do plano de carreira e que o mesmo seja discutido de forma democrática com os servidores, municipais e fiscalização de um conselho para que seja cumprido) remuneração e condições de trabalho e saúde. Oportunizando disponibilidade de carga horária, dispositivos móveis e internet para propiciar qualidade de trabalho aos professores.

Regulamentar a implementação de plano de carreira do magistério, discutida e construída com a participação efetiva dos professores e de suas entidades legítimas de representação de classe.

IV – O PNE 2024 – 2034 e a Inclusão: acessibilidade, direitos humanos e ambientais, justiça social, políticas de cotas, educação especial e diversidade;

Promover a qualidade de ensino para alunos público-alvo da educação especial, (Lei 12.764 – Artigo 3º inciso IV Parágrafo único). Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado) garantindo a implantação de salas de recursos em instituições de todas as etapas da educação básica com atendimento educacional especializado desde a primeira infância em



todas as escolas públicas, além de centros especializados e equipados para atendimento das diferentes etapas. Provendo estas salas e centros de materiais específicos para atender as diferentes necessidades, bem como recursos para contratação de profissionais tais como (cuidadores, psicólogos, fonoaudiológicos, intérpretes de libras, oftalmologistas e médicos neurologistas) para viabilizar o diagnóstico precoce. Garantir Inclusão acessibilidade nos espaços escolares.

Contemplar a realidade da escola e sua funcionalidade nas políticas de inclusão, para que cada instituição trabalhe a inclusão de acordo com sua realidade de trabalho, recurso material e de pessoal oferecido pela mantenedora, seja ela, federal, estadual ou municipal. As questões inclusivas devem ser pensadas em todos os níveis da educação básica e superior.

Oportunizar avaliações adaptadas, aos alunos com deficiência, que fizeram o ENCCEJA e/ou ENEM, que abranjam suas habilidades e competências. Promover a Educação especial para além da complementação e suplementação do ensino como também a capacitação profissional do aluno. Investimento em recursos pedagógicos acessíveis, tecnologia e acesso integral a rede de internet de qualidade as escolas, instituições e alunos.

Implementar o DUA (Desenho Universal para Aprendizagem) como metodologia para todos.

Implantar e ampliar Centros de Atendimento com rede de apoio multidisciplinar e atendimento com psicólogos, assistente social, neurologista, educador físico, fonoaudiólogo, a partir da criação



destes cargos na Secretaria da Educação, ou parcerias tripartites formando uma rede de apoio para os alunos, famílias e profissionais que lidam com a inclusão.

Garantir e promover, no prazo de vigência deste PME, a oferta de educação bilíngue, em escolas bilíngues para surdos, na Rede Públicas de Ensino, sendo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, aplicada como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva a partir de zero ano, incluindo a modalidade EJA, conforme a Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação como uma modalidade de ensino independente, bem como a adoção da leitura e escrita Braille para cegos e pessoas com surdocegueira.

Garantir formas de participação dos responsáveis pelos alunos, nas atividades propostas pela escola, através de ações ligadas aos programas de transferência de renda.

Proporcionar programas de enriquecimento curricular e ensino voltados para o contexto sociocultural (campo, grande centro, periferia, regiões Quilombolas, Indígenas etc...)

V – O PNE 2024 – 2034 e a equidade:

Disponibilizar professores auxiliares para atendimento especializado para um aprendizado equiparado a todos alunos, democratização do acesso, disponibilizando meios de transporte adequado para que o aluno possa frequentar assiduamente a escola garantindo a permanência aprendizagem e gestão do fluxo escolar.



Implementar um serviço de saúde voltado para as demandas da educação, regionalizado, por localidade, tornando mais eficiente o atendimento das crianças, adolescentes e jovens que necessitarem desse serviço.

Criar campanhas de qualidade para profissionais e todos os outros segmentos da comunidade escolar sobre os conceitos e como aplicá-los sobre igualdade, equidade, inclusão, direitos humanos, cotas, reparação histórica da cultura afro-indígena, sexualidade, igualdade de gênero, entre outros. Desmistificando certos preconceitos, proporcionando assim, momentos reflexivos, os quais têm por base a formação da humanidade;

Implementar projetos de busca ativa, bem como projetos de integração entre a escola e a família, além de atividades escolares em turno inverso.

Instituir parceria mais efetiva das Universidades com a escola, buscando qualificar o trabalho escolar, tanto na formação dos professores, como no processo de ensino aprendizagem dos educandos e no atendimento de outras esferas, que não sejam apenas educacionais, mas que implicam diretamente no desenvolvimento integral do aluno.

VI – O PNE 2024 – 2034 e a qualidade: avaliação e regulação das políticas educacionais, Base Nacional Curricular Comum – BNCC;

Reavaliar a BNCC no que concerne a retirada da disciplina de Língua Espanhola da grade de componentes curriculares



obrigatórios no Ensino Fundamental e Médio. A posição geográfica e as relações comerciais do Brasil e demais países “hispanohablantes” são motivos suficientes para demonstrar a importância do idioma na formação escolar. É necessário investimento em materiais didáticos, formação e carga horária para potencializar o conhecimento do idioma

VII – O PNE 2024 – 2034: a gestão democrática da escola pública: participação popular e controle social;

Assegurar local e horário na escola, dentro do horário de trabalho dos representantes do conselho, para realização das reuniões do conselho escolar, com frequência mensal.

Ofertar programa de formação de conselheiros para os representantes eleitos.

Estimular a participação e a consulta de servidores da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, através de instrumento democrático de avaliação dos indicadores de qualidade escolar (sugestão: Indicadores da Qualidade na Educação*), assegurando a participação dos pais.

Garantir escolha democrática da gestão e direção escolar, sendo etapa obrigatória para provimento de cargo uma prova nacional específica e formação básica da gestão escolar, bem como formação continuada obrigatória para os gestores escolares.

Implementar formas de participação dos pais e responsáveis na



escola seja em reuniões, entregas de resultados e palestras.

VIII – O PNE 2024 – 2034: os limites e necessidades impostas por crises que impactem a escola:

Implementar plano de ação das mantenedoras com suporte para os planos de ações escolares que contemplem o aprendizado do aluno, visando o emocional e o suporte tecnológico necessário.

Financiar um maior número de escolas de turno integral; turno inverso para estudos de recuperação no intuito de atenuar os efeitos da pandemia.

Criar uma verba complementar emergencial para ser utilizada em crises emergenciais;

X – O PNE 2024 – 2034: Recuperação da aprendizagem

Buscar mecanismos que possibilitem a revisão de habilidades não atingidas pelo aluno durante o ano letivo, avaliando o período de ciclo de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental com possibilidade de retenção ao final do 2º ano.

Garantir recursos para implementação de classes de apoio para trabalhar o continuum curricular em todos os componentes curriculares, não somente em português e matemática.

Implementar programas que coloquem auxiliar nas turmas de alfabetização ou currículo ou professores de apoio dentro da sala como medidas de superação dos problemas educacionais causados pela pandemia.

Efetivar e valorizar a educação de tempo integral dando sentido



e significado para todos os âmbitos como a comunidade escolar.

EMENDAS EIXO 2

I – O PNE 2024 – 2034 na organização de uma escola para o futuro: garantia de infraestrutura tecnológica que permita a internacionalização curricular, a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a disposição computacionais;

Implantar bibliotecas virtuais com acesso através de plataformas com conhecimento atualizado e online com disponibilização de e-books e outros materiais digitais e de acessibilidade, que possam ser acessados em espaço próprio e com equipamentos que os alunos e professores possam utilizar tanto na escola quanto em suas casas.

Criar plataforma que abranja todas as etapas educacionais, e que frente a uma nova situação pandêmica, possibilite amplo acesso ao ensino remoto e em situações normais seja usada para o ensino híbrido.

Capacitar os profissionais da Educação, para utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) que serão utilizadas com os alunos, como mais uma ferramenta para auxiliar na educação do futuro.

Garantir que todas as salas de aula estejam equipadas com lousas digitais, projetores e afins para a aplicação de aulas dinâmicas, atrativas e que ofereçam um aprendizado integral aos

alunos.

Garantir internet que possa ser acessada em todas as dependências da escola, e com velocidade que possibilite o fácil acesso durante as atividades propostas.

Proporcionar programas de letramento digital para professores e alunos com cursos e formações contínuas e práticos.

Ofertar suporte técnico e tecnológico para implantação das novas TICs.

Manter a carga horária de acordo com a etapa do ensino presencial aliado às tecnologias digitais como um suporte na aprendizagem. Tendo em vista a importância da interação social e cognitiva, para o pleno e total desenvolvimento do aluno.

Fornecer conexão de qualidade para todos, incluindo as escolas do campo.

Fomentar a construção e/ou reforma dos laboratórios de informática em todas as escolas públicas que não atinjam um padrão mínimo de qualidade nos espaços e ou equipamentos disponibilizados;

Investir em segurança patrimonial nos ambientes escolares para evitar roubos e depredações a fim de proteger os equipamentos digitais.

II – O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro: estabeleça prioridade aos alunos da educação básica no acesso a equipamentos de tecnologia, utilização de plataformas e aplicativos que potencializam o uso de internet.



Estabelecer prioridade aos alunos da educação básica no acesso a equipamentos de tecnologia, e que estes sejam fornecidos pelo Município, Estado ou União. Para todos professores e funcionários, docentes e discentes a utilização de plataformas e aplicativos que potencializam o uso de internet.

Instituir programas onde profissionais da educação tenham acesso a convênios para aquisição de equipamentos de multimídias pessoais.

Implementar políticas de fiscalização e acompanhamento dos planos de fornecimento de internet.

Prover suporte técnico e manutenção permanente dos laboratórios de informática das instituições públicas.

Ofertar cursos de inclusão digital para os estudantes do EJA e acesso à internet da escola. Na implementação da educação a distância no Ensino médio e no EJA, que tenha uma consulta popular prévia e investimento na formação dos profissionais e a garantia de acesso por todos alunos.

Construir políticas que visem implementar internet de alta velocidade nas escolas públicas nos níveis municipal, estadual e federal. Para uso de profissionais, estudantes e para a comunidade (quando estiverem participando de cursos ou projetos das escolas). E também computadores para uso da comunidade escolar. Esses equipamentos devem usar softwares livres devido a sua qualidade e para poderem ser moldados de acordo com a necessidade dos profissionais e estudantes.



Garantir e ampliar os espaços multifuncionais e interativos nas escolas, evitando que laboratórios de informática e bibliotecas sejam utilizados para outros fins.

Oportunizar acesso dos professores às tecnologias e internet, fornecendo recursos como subsídios, como por exemplo, contribuição por parte do governo através de uma bolsa de auxílio que facilitaria adquirir tais ferramentas de trabalho, em até três anos da data de aprovação do PNE;

Fornecer preparo adequado para o uso das tecnologias disponíveis na escola, como por exemplo o uso do celular. Desenvolvendo uma consciência tecnológica tanto para os alunos quanto professores.

Criar espaços de profissionalização voltado aos alunos com deficiência, por exemplo, para que a escola possa representar um meio de promoção profissional para esse aluno.

Criar aplicativos que contemplem as disciplinas educacionais de forma mais criativa, lúdica e interativa de modo a atrair a atenção do aluno;

Promover letramento digital dos estudantes da modalidade EJA com a finalidade de orientar sobre o uso das ferramentas e equipamentos digitais, criando espaços para ampliação do atendimento a esta modalidade, intensificar ações para permanência dos estudantes, ampliando com formações, que tenham ênfase em empreendimentos populares com estímulo a cooperação, solidariedade, autogestão, orientações dentro dos princípios da economia solidária e incubação de cooperativas e



outros empreendimentos solidários.

Ofertar equipamentos e acesso à internet para os alunos com a possibilidade de utilização em sala de aula.

Definir uma agenda nacional que desenvolva políticas públicas em prol da garantia da oferta de educação, articulada à tecnologia para todos os estudantes, frente a isto, adicionamos os seguintes aspectos: mais políticas públicas que possam fomentar a escolarização, como turno inverso, componentes interdisciplinares (música, dança, teatro, esportes diversificados) e que garantam não só o acesso, mas a permanência do estudante no espaço escolar.

Prover inclusão digital desde a educação infantil utilizando jogos pedagógicos e games. Implantar laboratórios de informática na educação infantil

Implementar novas tecnologias que abranjam também os setores administrativos das escolas públicas, para preenchimento de notas, pareceres e chamadas on line.

Garantir de formação dos agentes educacionais (professores, alunos, funcionários) para uso de tecnologias e plataformas que potencializam o uso da internet. Além da garantia de equipamentos para os mesmos.

Construir políticas que visem implementar internet de alta velocidade nas escolas públicas nos níveis municipal, estadual e federal. Para uso de profissionais, estudantes e para a comunidade (quando estiverem participando de cursos ou projetos das escolas).



E também computadores para uso da comunidade escolar. Esses equipamentos devem usar softwares livres devido a sua qualidade e para poderem ser moldados de acordo com a necessidade dos profissionais e estudantes.

Ampliar o currículo escolar visando uma proposta que priorize um Projeto sobre tecnologias voltadas para a educação dos discentes em todos os níveis de ensino.

EMENDAS - EIXO 3

I - O PNE 2024 – 2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação:

Possibilitar que municípios limítrofes, possam partilhar espaços de aprendizagem e instituir transporte escolar integrado, provendo formas de custeio para tal.

Criar parcerias com organizações públicas que tenham tradição em estudo e pesquisa sobre educação, tais como: Universidades Federais, Institutos Federais, entre outros que prestem assistência à população local.

III– O PNE 2024 – 2034, políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação;

Viabilizar convênios na área da saúde, que possibilitem o atendimento de alunos das instituições públicas, com prioridade ao



público alvo da educação especial, a saúde deve estar alinhada em parceria com a educação, através das UBS's com assistência de profissionais multidisciplinar da área na escola (psicólogos, fonoaudiólogo, assistente social).

Promover a interlocução do ensino público e privado nos níveis de educação básica e superior, através de fóruns e debates, frequentemente, sobre temáticas educacionais;

Criar e implementar políticas públicas, que garantam a presença de equipe multidisciplinar de saúde (médico, psicólogo, nutricionista, dentista, enfermeiro) dentro das instituições de educação;

Integrar o Serviço Social à escola;

Fortalecer iniciativas que desenvolvam os elementos de cultura humana (artes plásticas corporais, atividade física, agricultura de subsistência, ciência e tecnologia, espiritualidade e direitos humanos);

Fortalecer os mecanismos de controle social dos recursos da educação e ampliar criando novas formas de participação nas decisões sobre o uso dos recursos públicos.

Oportunizar formações continuadas específicas de acordo com cada realidade escolar em que o professor esteja inserido. Estas formações deverão levar em considerações as diferenças existentes em cada comunidade escolar, fomentando encontros de debates de práticas pedagógicas, deixando a critério do professor de cada área de ensino quais cursos complementam sua docência. As formações deverão estar previstas no calendário escolar sem que haja

acrécimo de horas e dias letivos para os docentes interessados em participar.

Adequar a distribuição dos valores das verbas de acordo com a localidade em que o aluno está inserido e de acordo com o número real de alunos de cada escola. Os valores destinados a escola devem suprir as necessidades reais da mesma, sem a burocracia de delimitar o uso dos mesmos. Faz-se necessária, a mobilização e o comprometimento de todos os gestores públicos e de movimentos sociais, com investimentos dignos de mudança e infraestrutura, em prol de um cenário onde todos os atores trabalhem na busca da evolução, de conhecimento para uma sociedade mais justa, onde a educação seja elevada a outro patamar.

Ampliar a participação da comunidade escolar no funcionamento da educação, além de maior liberdade de gestão de verbas pelas escolas, com prestação de contas periódicas garantindo transparência, sem intervenção de parceria privada.

Fortalecer a atuação dos Conselhos de Educação da recuperação dos prejuízos do período pandêmico; e para fiscalização da implementação das normas pedagógicas pelos sistemas de ensino e escolas, inclusive quanto à disponibilização de recursos humanos e materiais para sua efetivação, bem como da formação dos professores para atender essa demanda.

Disponibilizar carga horária para formação continuada dos profissionais da educação.



O PNE 2024 – 2034 e o financiamento da educação:

Implementar políticas públicas intersetoriais de assistência à saúde, educação e emprego para todas pessoas com deficiência ou transtorno do espectro autista (TEA), visando a retirada de barreiras que impeçam a participação plena desse grupo na sociedade e a garantir de seus direitos fundamentais como todo e qualquer cidadão. Fomentar a promoção da acessibilidade a todos.

Instituir verbas específicas para a educação infantil que possam ser administradas pelas unidades executoras das próprias escolas.

Garantir a valorização do professor, visto que esta é fundamental para o desenvolvimento efetivo da educação brasileira, colocando em prática a formação continuada oferecida pelas secretarias de educação, respeitando a autonomia do professor em sala de aula.

Garantir cumprimento da legislação que regulamenta aumento da contribuição da União na composição do FUNDEB, através das complementações denominadas: Valor Anual Final por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Anual por Aluno por Resultado (VAAR). O VAAR contempla as redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcancarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Construir um modelo de gestão dos recursos financeiros educacionais, de forma a consagrar o direito à educação no Brasil.



Para isso, é necessário maior investimento por aluno do sistema público. Através de um maior repasse da União aos Estados e Municípios. Esse aumento se justifica a partir da taxaço de impostos sobre grandes fortunas (prevista na constituio de 1988), além disso maior transparência nos dados fornecidos pelo governo, pois a falta de transparência, impossibilita a fiscalizao da sociedade, e muitas vezes o financiamento da educao é repassado para outros setores. Que os estados e municpios valorizem mais o plano de carreira, no tirando direitos, valorizando os avanos e discutindo junto com o funcionalismo para sua revisao e atualizao de tempos em tempos. Que seja fiscalizado o efetivo pagamento do piso salarial, e que estados e municpios que no cumpram a lei recebam garantia de recursos para o cumprimento

Implementar valorizao dos professores incluindo valores de pagamentos estabelecidos em lei. Melhorias nas condioes de trabalho, tais como: ambiente apropriado com materiais e mveis adequados e manuteno e /ou substituio de equipamentos. Formao efetivamente prtica para os educadores, sobre assuntos emergentes como tecnologia, atendimento especializado e alimentao.

Articular o rgo fiscalizador para que se cumpra efetivamente a Lei do Piso Nacional do magistrio da educao bsica. Bem como a implementao dos planos de carreira, elaborado com a participao de todos os funcionrios pblicos dos estados e Municpios, a fim de construir uma carreira atrativa para a categoria.

Conscientizar os estudantes de cada ano/sries para que



participem das avaliações do SAEB. Levar em conta as desigualdades educacionais sócio – econômicas e raciais medidas no SAEB, respeitando as especificidades das comunidades escolares indígenas e quilombolas.

Criar Piso Salarial Nacional para todos os profissionais da educação, como forma de termos uma efetiva valorização da educacional nacional, que é feita por todos os profissionais que nela atuam (serventes, merendeiras, monitores, motoristas, cuidadores etc...), pois todos são atores do processo ensino aprendizagem.

Após a plenária final os delegados reuniram-se para definir aqueles que participarão da etapa estadual em abril, abaixo relacionamos os delegados titulares e suplentes:

1 - Alexandre Del Grande – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 981270732 – Suplente: Gisele Ramos Lima – fone (53) 984025320

2 - Carla Maria Becker Pertuzatti – Presidente do CME/Pel e Coordenadora da IV CONAE – Etapa municipal de Pelotas – fone (53) 991297496

3 - Claudete Milczarek – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 981232839 – Suplente: - Priscila Borges – fone (53) 984230812

4 - Crislaine de Anunciação Roveda – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 999272797 – Suplente: Cris Gimenes – fone (53) 991590992

5 - Cristiane Marryam de Mattos Quiumento – SMED – fone (53) 981250925 – Suplente: Angela Brum Soares – CAPTA

– fone (53) 984045800

6 - Daniel de Souza Lemos – Representante do CME/Pel –
fone (53) 981255777 - – Suplente: Felipe Nogueira – CME –
fone (53) 991723466

7 - Débora Sinoti – Representante dos Profissionais da
Educação – fone (53) 991132385 – Suplente: Elisandra –
fone (53) 981407903

8 - Dionata Oliveira Lopes – SECULT – fone (53) 984371795
– Suplente: Adriane Esperança – CETEP – fone (53)
997008235

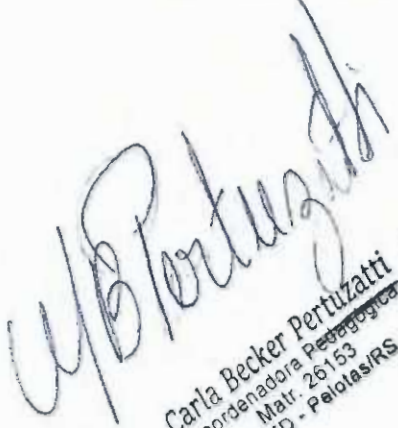
9 - Jéssica Blank – Representante dos Estudantes – fone
(53) 999628080

10 - Maicon Bravo – Representante dos Pais – fone (53)
981015710 - Suplente: Lays Drawanz – fone (53) 99926502

11 - Maria Alice de Freitas Sias – SMED – fone (53)
984051817

12 - Matilde Parodi Peduzzi – Representante do CME/Pel –
fone (53)

13 - Ricardo Moreira – SIMP – Comissão de Mobilização e
Divulgação – fone 981190283 – Suplente: Érica Insaurriaga
Megiato – SMED - Comissão de Mobilização e Divulgação –
fone (53) 991528723


Carla Becker Pertuzatti
Coordenadora Pedagógica
Matr. 26153
SMED - Pelotas/RS do FME



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 6.245, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI

Artigo 1º – Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com duração de dez anos, na forma contida no Anexo desta lei, com vistas ao cumprimento do artigo 8º da Lei 13.005/2014.

Artigo 2º – O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e do Conselho Municipal de Educação, com participação da sociedade, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Artigo 3º – O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia.

Artigo 4º – O Plano Municipal de Educação contem a proposta educacional do município, com suas respectivas diretrizes, metas e estratégias, conforme documento anexo.

Artigo 5º – Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e com o Fórum Municipal de Educação, avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas e das estratégias.

Artigo 6º – O Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar as ações do Poder Executivo tendo em vista o cumprimento das metas e estratégias previstas no Anexo I desta lei, emitindo pareceres, orientações e regulamentações necessárias a concretização do PME.

Artigo 7º – O Fórum Municipal de Educação será convocado a partir da aprovação desta Lei.

§ 1º – O Fórum Municipal de Educação de que trata o caput desse artigo será constituído por representantes da sociedade civil, do Poder Executivo e dos demais órgãos do poder público ligados a educação que atuam no município.

§2º – O Fórum Municipal de Educação será convocado com o objetivo de avaliar, rever e adequar as metas e estratégias contidas no Anexo I desta Lei, bem como para o acompanhamento da execução das ações necessárias para o alcance das metas e estratégias, emitindo parecer sobre a situação encontrada.

Artigo 8º – O Poder Executivo Municipal dará ampla divulgação do conteúdo do PME junto ao pessoal docente e discente do setor no município e a toda a população.

Artigo 9º – A Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, diligenciará para que as medidas associadas e complementares as constantes no PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.

Artigo 10 - O Município de Pelotas incluirá, nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, dotações destinadas a viabilizar a execução desta lei.

Artigo 11 – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do plano.

Artigo 12º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 24 de junho de 2015.

Eduardo Leite
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Nadison Hax
Chefe de Gabinete

PME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PELOTAS-RS

PROPOSTA DE DOCUMENTO BASE

I – Apresentação

a- Histórico da readequação do Plano Municipal de Educação

Com a publicação da lei 13.005, em 24 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (o segundo PNE aprovado por lei) para o decênio 2014-2024, fez-se necessária a adequação do Plano Municipal de Educação, aprovado pela lei 5.871, de 04 de janeiro de 2012 e pensado para o decênio 2011- 2020.

Este processo de adequação teve início em dezembro de 2014, com a participação nesse processo de diversas instituições representativas da comunidade e da sociedade civil envolvidas com a educação no território de Pelotas.

Tendo a Secretaria Municipal de Educação e Desporto como condutora do processo, estiveram representadas e participantes: Conselho Municipal de Educação, Promotoria Regional da Educação, Secretarias Municipais de Cultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Gestão Administrativa e Financeira, Justiça Social e Segurança, Qualidade Ambiental e Saúde, Câmara de Vereadores, 5ª CRE, Institutos de Ensino Superior (Universidade Católica de Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, Faculdades Anhanguera e SENAC), Sistema S (SEST/SENAT – Serviço Social de Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SESI – Serviço Social da Indústria), Instituto Federal Sul-riograndense, Centro de Reabilitação de Pelotas (CERENEPE), Escola Especial Alfredo Dub, Associação Escola Louis Braille, Sindicato dos Municipários de Pelotas, Sindicato dos Professores do Ensino Privado (SINPRO/RS), Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), Associação dos Proprietários de Centros de Recreação de Pelotas (APROCRIP), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas (COMDPEL).

As reuniões foram intensificadas a partir de março de 2015, sendo realizada a Pré-Conferência Municipal de Educação, nos dias 22 e 23 de abril, no auditório do Colégio Municipal Pelotense, com expressiva participação nos diferentes eixos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA/Ensino Médio, Ensino Superior e Gestão, Financiamento e Valorização dos Profissionais da educação. Foram debatidos, como temas transversais, a Educação Inclusiva, Educação Integral, Qualidade da Educação e Educação para o Trânsito. Nesse momento, foram propostas estratégias vinculadas às metas do PNE, voltadas para a consecução no território de Pelotas.

A culminância dessa primeira etapa deu-se nos dias 26 e 27 de maio, com a Conferência Municipal de Educação que, por meio de delegados, aprovou as metas e

estratégias que constituirão o arcabouço prático da educação em nosso município pelos próximos dez anos.

A readequação do atual Plano Municipal de Educação obedece ao disposto nos seus artigos 6º, que preconiza que “o município deverá promover a realização de pelo menos duas conferências municipais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME – 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio 2021-2030” e 7º, “as estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes municipais e estadual, podendo ser complementadas por mecanismos locais de coordenação e colaboração recíproca”. E também ao disposto no artigo 8º do PNE, quando diz que “os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei”.

b- Diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação

O PME não é um documento declarativo, ou uma carta de intenções elaborada com fins políticos. Trata-se da construção de um projeto que apresenta a educação como polo indutor de políticas públicas que perpassam por diversos setores que não só os tradicionalmente vinculados à educação. Com efeito, trata-se de um plano que se faz pela participação efetiva de variados segmentos da sociedade civil, comunidades escolares, poder público executivo, legislativo, judiciário, sindicatos, em consonância com o Plano Nacional de Educação. Mais do que garantir o acesso, qualifica a permanência, trabalhando em conjunto com a assistência social, por exemplo. A colaboração de todos é que garante a transparência da tomada de decisões, das estratégias elencadas e do monitoramento constante.

O presente plano deverá ser a referência para as ações públicas voltadas à educação durante o próximo decênio.

São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação de todas as desigualdades, em especial as educacionais, com ênfase na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, regional, social, religiosa, de gênero e de orientação sexual;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – a valorização dos(as) profissionais da educação e da comunidade escolar, fortalecendo os Conselhos Escolares;

VIII - elevação da escolaridade da população;

IX – erradicação de todas as desigualdades, em especial as educacionais, com ênfase na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial, regional, social, religiosa, de gênero e de orientação sexual.

II – Diagnóstico da Educação em Pelotas

Informações Gerais do Município

1. Contexto histórico e cultural do município

Em seu livro *História e Tradições da Cidade de Pelotas*, Mario Osório Magalhães (1981) alude que os indígenas rio-grandenses usavam uma canoa de couro para a travessia dos rios e batizaram-na de **pelota**. Assim, o arroio Pelotas recebeu o nome das embarcações frequentemente utilizadas na sua travessia pelos indígenas e pelos povoadores. Depois, a partir da proliferação das charqueadas nas terras marginais do arroio, *Pelotas* passou a designar, genericamente, a movimentada região.

Quando a Vila de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de cidade, após muita discussão, foi aprovado o nome de Cidade de Pelotas, em referência à importância daquela região que abrigava as charqueadas que haviam proporcionado o desenvolvimento e o crescimento da localidade. Transferiu-se a denominação da embarcação ao arroio, do arroio à região, da região ao município.

José Pinto Martins, nascido em Portugal e retirante da seca de 1777 que assolou o Ceará, fundou em 1779 uma charqueada às margens do arroio Pelotas. A prosperidade do seu estabelecimento, justificada pela localização e pelos métodos empregados, estimulou a criação de outras charqueadas, iniciando-se a exploração, em larga escala da indústria saladeril no território rio-grandense.

A produção charqueadora foi um dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul. As charqueadas deram origem à povoação que demarcaria o início da cidade de Pelotas. Esta transformou-se, de incipiente povoado, em uma das mais ricas

e adiantadas da província, rivalizando com Porto Alegre durante todo o século XIX.

A indústria do charque foi o marco inicial da história da nossa cidade, período de grande desenvolvimento econômico, que marca profundamente a evolução do povo e permeia sua identidade cultural. Magalhães (1981) enfatiza que “com o tempo desocupado (safra do charque durava de novembro a abril) e o charque vendido a altos preços nos mercados, esses industrialistas vieram fixar residência na vila que se erguia próxima aos saladeiros”.

Através da Lei 4.977/2003, foi instituído o Roteiro das Charqueadas, referência cultural que marca para as gerações atuais e futuras no principal cenário do ciclo econômico do charque na nossa cidade.

O atual Plano Diretor de Pelotas, Lei nº 5.502/2008, que regulamenta o planejamento urbano das cidades, reconhece o Arroio Pelotas e seu entorno, inclusive as charqueadas como Área de Especial Interesse Cultural do município. Além da importância histórica, o Arroio Pelotas é fundamental como fonte de água para o abastecimento público, já que dele são retirados cerca de 36 milhões de litros de água/dia para abastecimento da população pelotense (SANEP, 2005).

Aliando os conhecimentos adquiridos no Ceará à sua visão de industrialista, José Pinto Martins estabeleceu uma fábrica rudimentar, de caráter pré-industrial, nos arredores de Pelotas. Em pouco tempo, foi seguido por outros, de maneira que a salgação da carne, já praticada no território gaúcho como atividade econômica de subsistência, transformou-se em uma indústria poderosa.

O nome de Pinto Martins, mais do que à Portugal ou ao Estado do Ceará, acha-se historicamente ligado ao município de Pelotas. Foi ele quem, a partir de 1779, impulsionou o desenvolvimento local. À sombra das charqueadas, Pelotas transformou-se, de incipiente povoação, na cidade que seria, durante todo o século 19, a mais rica e adiantada da Província, ao lado de Porto Alegre. Já em 1816, quatro anos depois da organização da freguesia, São Francisco de Paula pareceu ao Conde de Samodães “o centro e o coração” do Continente de São Pedro.

O município de Pelotas está hoje situado em uma região que, em fins do século 18, abrangia cinco estâncias. A mais antiga, por ordem cronológica de doação, foi a que recebeu o coronel Thomás Luís Osório, em 1758, segundo despacho de Gomes Freire de Andrade, comandante-geral das capitânicas do sul. O rincão “extremava-se no Sangradouro da Mirim (São Gonçalo) e arroio Pelotas até topar com o arroio Correntes e deste à Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu (Ilha da Feitoria)”.

Segundo a carta de sesmaria, “a região estava sendo explorada e conhecida a zona de suas planícies”. Em 1779, a viúva e os filhos de Thomás Luís Osório

venderam a sesmaria ao casal Manuel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira, que abrangia os atuais balneários do Laranjal e a colônia Z-3.

Em 2 de julho de 1813, o governador da capitania, dom Diogo de Souza, concedeu a dona Mariana Eufrásia da Silveira, viúva do terceiro capitão-mor do Rio Grande, Francisco Pires Casado, o terreno que ela provou possuir desde 1784. Dividia-se "pelo sudeste com o rio São Gonçalo, pelo noroeste com terras de José Gonçalves da Silveira Calheca e José Aguiar Peixoto, pelo sudoeste com o arroio Santa Bárbara, fazendo a figura de um triângulo oblíquo, cujo terreno [sic] tem na sua maior largura 840 braças e no maior comprimento 1.304."

Dona Mariana obrigava-se a doar, conforme prometera no requerimento, 80 braças em quadro para uma praça, uma quadra junto à praça para uma nova igreja, 20 braças em quadro para hospital e quartel. O compromisso foi cumprido pelos seus herdeiros, em fins de 1822.

Loteando essas terras, dona Mariana possibilitou que as 12 ruas longitudinais de Antônio dos Anjos se prolongassem na direção do porto, acrescentando-se mais 15 às transversais. De modo que, em 1830, quando Pelotas atinge a condição oficial de município, o sítio urbano já se compõe de 34 logradouros: os 19 do capitão-mor mais os 15 da viúva de Francisco Pires Casado. Nesse quadro irromperia mais tarde a Santa Cruz, completando o centro da cidade.

Em 1833, um ano depois da instalação da vila, foram cadastrados 544 prédios. Deslocava-se o perímetro central da Praça da Matriz, hoje José Bonifácio, para a Praça da Regeneração, hoje Coronel Pedro Osorio.

Em 1810, partiu para o Rio de Janeiro o vigário Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça, irmão de Hipólito da Costa, o patriarca dos jornalistas brasileiros. Levava consigo uma petição dos moradores de Pelotas. Diziam que o elevado número de famílias e de fábricas de carne salgada (cada uma dessas ocupando mais de cem pessoas) espelhavam o progresso da região e justificavam a criação de uma nova freguesia. Diziam mais: que, sem contar os empregados, aqui moravam 150 famílias, "das mais abastadas da fronteira"; que o lugar ficava distante dez léguas "da Mirim caudalosa, e suas margens alagadiças em mais de duas léguas"; que precisavam deslocar-se à Matriz de São Pedro "no tempo da Quaresma, que é a estação própria de fabricar as carnes salgadas"; que, enfim, isso causava grandes prejuízos "ao comércio e habitantes". Note-se que, para a conquista do status religioso, os argumentos utilizados foram de natureza fundamentalmente econômica: havia dificuldades para conciliar o progresso material e as obrigações do espírito.

No requerimento não determinaram, porém, um lugar certo para a sede: tanto poderia ser no Capão do Leão, onde havia o oratório de Nossa Senhora da

Conceição, como na costa do Pelotas, onde existia a capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

Diante disso, como “conciliadora solução para os contraditórios desejos”, a freguesia, dois anos depois, não se estabeleceu em nenhum dos lugares sugeridos, mas sim na extensa coxilha entre o Santa Bárbara e o São Gonçalo. Igualmente excluídas as virgens-padroeiras dos dois arraiais, elevou-se ao altar a imagem de São Francisco de Paula.

Dom João VI, príncipe regente de Portugal, foi sensível ao apelo dos nossos antecessores. Por alvará de 7 de julho de 1812, erigiu “uma nova freguesia colada no lugar denominado Pelotas”. Receberia o título de São Francisco de Paula, mas isso segundo uma provisão eclesiástica datada de 18 de agosto e assinada pelo bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho, que também manda servir provisoriamente de paróquia o oratório de Nossa Senhora da Conceição e nomeia pároco o vigário Felício Joaquim.

A primeira definição importante na história da ocupação urbana de Pelotas surge agora, e se confunde com a discussão sobre a melhor localização da igreja. Dependendo do lugar onde ela fosse construída, estaria configurada a zona central do povoado. Nessa discussão levou-se cinco meses, de outubro de 1812, quando Felício investiu-se nas funções de pároco, a fevereiro de 1813.

Três eram as alternativas: situar o templo no Laranjal; na lomba onde está hoje o Instituto Nossa Senhora da Conceição (Asilo); ou no lugar onde se edificou, na praça José Bonifácio.

A corrente vencedora contava com a preferência do capitão-mor da região, Antônio Francisco dos Anjos, e com a simpatia do pároco. Como os debates se prolongassem, não esperaram acordo final: foram fazendo a obra. Aos poucos, alguns opositores concordaram; outros se conformariam com o tempo. De qualquer modo, as divergências acabaram enterradas, em alicerces de tijolo e meio. As paredes é que tiveram a dimensão de um só tijolo.

Construiu-se, pois, a igreja, e ao redor dela formou-se o povoado. Ambos, igreja e povoado, em terrenos que pertenciam justamente ao capitão-mor, Antônio dos Anjos. Em 23 de dezembro de 1813, São Francisco tomou posse da sua paróquia, “sobre imensa chapada, então triste e solitária”. Em 20 de maio de 1815, concluiu-se a medição judicial das 19 ruas do novo agrupamento urbano. O berço da cidade foi colocado numa parcela da sesmaria que, como se viu, pertencera originariamente a Manuel Carvalho de Souza, que poucos meses depois a vendera; sendo de novo trespassada em 1781, a partir daí se retalhara em terrenos.

Antônio dos Anjos comprou a sua parte em 1806 de José Aguiar Peixoto, que a

havia adquirido de José Gonçalves da Silveira Calheca, que a negociara com o marchante de gados Miguel de Lara.

Antônio dos Anjos, hoje, nome de rua, loteou esses quarteirões à razão de 320 réis a braça. Mas, como condição para que empreendesse o negócio, teve que doar ao poder público os terrenos da igreja, da casa do vigário e da praça. A Praça da Matriz é a atual José Bonifácio. E o vigário morava na atual Gonçalves Chaves entre Voluntários e Neto, no chamado Sítio dos Coqueiros.

Por decreto de 7 de dezembro de 1830, a Freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de vila, sob o mesmo título. Só seria instalada, porém, um ano e quatro meses depois, no dia 7 de abril, data nacional, levantando-se pelourinho na Praça como símbolo de autonomia do município. No dia 27 de junho de 1835, decreto do presidente da Província outorgava à Vila de São Francisco de Paula os foros de cidade.

Em reunião da Assembléia Legislativa, destinada à escolha do nome, um deputado, o médico mineiro formado em Pisa, na Itália, Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas, propôs que se conservasse a denominação antiga. Aberta a discussão, Francisco Xavier Ferreira mandou à mesa uma emenda, em que alterava o nome para Cidade de Pelotas. Depois de vários títulos propostos, prevaleceu a emenda de Xavier Ferreira, apoiada e justificada por Domingos José de Almeida como homenagem à região de onde adviera a riqueza do município. Se a alguém não agrada o topônimo, fique sabendo que, a depender da vontade de alguns deputados, Pelotas poderia se chamar São Francisco de Paula. Ou Calópolis. Ou Pelotapes. Ou Próspera Cidade.

O município de Pelotas está situado na Zona Temperada do Sul, ficando distante do Equador 32 graus, tendo, portanto, 31° 46' 55" de latitude sul.

Quanto à longitude, Pelotas encontra-se a 52° 20' 54" a ocidente do Meridiano Principal.

Um dos fatos fundamentais da geografia de Pelotas é que o município está localizado na região fisiográfica denominada "*Encosta do Sudeste*", da qual fazem parte os municípios de Tapes, Camaquã, São Lourenço do Sul, Capão do Leão, Pedro Osório, Arroio Grande, Morro Redondo, Arroio do Padre e Jaguarão. Realmente o município se estende das mais baixas ondulações da encosta oriental da Serra dos Tapes até a planície sedimentar da margem ocidental do Canal São Gonçalo.

Portanto, Pelotas, sob o ponto de vista físico, encontra-se em uma encosta, e essa localização teve conseqüência muito importante, pois determinou a existência, no município, de duas grandes paisagens naturais e humanas distintas: a paisagem "serrana", mais elevada e ondulada, correspondente à policultura e à colonização

alemã, e a paisagem de planície baixa e plana, que corresponde à pecuária e à orizicultura e de composição étnica variada.

A cidade de Pelotas localiza-se numa planície muito baixa. Nas suas partes mais elevadas – os “terraços”- encontra-se o centro urbano tradicional e as principais avenidas dos bairros Areal, Três Vendas e Fragata; é aí que se encontra a maioria da população. As áreas mais baixas – as “várzeas” – são menos povoadas, inclusive porque chegam a sofrer inundações.

Pode-se, assim, observar que as diferenças de nível, na planície, influíram muito na distribuição espacial da população e, portanto, na direção do crescimento da cidade.

Pelotas, com posição hidrográfica muito favorável está situada às margens do Canal São Gonçalo, que liga as duas maiores lagoas do Brasil: Patos e Mirim. Graças a isso, o município dispõe, nas suas proximidades, de grandes mananciais de água doce. As lagoas e o canal são importantes recursos hídricos e, ainda, asseguram a perenidade de abastecimento de água à população e às indústrias.

Pelotas está localizada em relevo de baixa encosta, apresentando, por isso, uma zona alta e acidentada e outra baixa e plana; essa característica de localização é resultado do seu passado geológico, começado há bilhões de anos.

Sabe-se, por exemplo, que a zona de planície do município formou-se devido, em grande parte, ao depósito de rochas tanto pelos rios como pelo mar, o qual cobriu toda esta região várias vezes. Além disso, os atuais morros do relevo do município já foram altos e pontiagudos, tendo, depois, ficado baixos e arredondados, em consequência da erosão produzida pelas águas correntes durante bilhões de anos.

A infraestrutura de segurança pública é bastante significativa por ser Pelotas um centro concentrador de fluxos econômicos e sociais do extremo sul do Estado. No turismo, Pelotas é o berço da história industrial, comercial e cultural rio-grandense, além de ser bastante privilegiada em riquezas naturais que lhe dão enormes possibilidades de investimentos, principalmente em turismo cultural e ecológico, segmentos que mais crescem em todo o mundo.

Pelotas apresenta condições atuais, bastante competitivas, tanto no setor primário como secundário e terciário. No setor secundário o futuro empreendimento, caso seja necessário, poderá ser implantado em um terminal retro-portuário e alfandegado, sem maresia, dotado de energia elétrica própria, ou interligado ao sistema nacional, dotado de telefonia moderna, infraestrutura de transporte marítimo transoceânico, com ferrovia e rodovia, além de condições socioeconômicas bem acima da média brasileira, será comparável com as instaladas no primeiro mundo.

Pelotas destaca-se pela sua memória preservacionista em relação aos bens históricos construídos ao longo de sua história, tanto imóveis quanto imateriais. Seus casarões, edifícios públicos, ruas, praças e monumentos de diferentes estilos arquitetônicos, definiram o espaço da cidade de acordo com as necessidades de sua comunidade.

Atualmente, podemos identificar, na arquitetura, as duas principais correntes histórico-culturais de formação da cidade de Pelotas: uma que representa o período colonial, às margens do Arroio Pelotas, onde se localizam as charqueadas; outra representativa do período eclético, localizada no centro histórico da cidade.

Assim, o traçado urbano e a arquitetura determinam uma espacialidade que, na convivência da população com a cidade, passaram a ser parte da história, devendo ser conhecida e preservada, para resguardar o passado, participar do presente e construir o futuro.

Os doces tradicionais de Pelotas começaram a ser produzidos durante o ciclo do charque, devido à concentração de renda propiciada por esta atividade e ao fato de a safra ter curta duração – de novembro a abril -, possibilitando o desenvolvimento de outras atividades e o surgimento de uma cultura local. Os Doces Tradicionais Pelotenses são reconhecidos como Patrimônio Cultural do estado do Rio Grande do Sul, através da Lei nº 11.919/2003 e integrarão, em breve, o Patrimônio Cultural Nacional Imaterial através do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.

Foram esses antecedentes culturais que deram cor local à formação da cidade. Fizeram-na, em muitos aspectos, bem diversa das demais cidades do Rio Grande do Sul, enfim, nos atribuíram identidade cultural.

Fonte: Pelotas: uma história cultural: séries finais/Secretaria Municipal de Cultura (org.) – Pelotas(RS): Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura, 2009. – 174p.

2. Atividades econômicas existentes no município

Pelotas encontra-se na “Metade Sul” do estado, inserida no polo mais importante de produção de pêssego para a indústria de conservas do País, em uma região que concentra mais de 90% da produção destinada ao processamento industrial de diversas formas, com destaque para a compota, além de outros produtos como aspargo, pepino, figo e morango. O município responde por aproximadamente 28% da produção de arroz do estado, 10% da produção de grãos, 16% do rebanho bovino de corte e detém a maior bacia leiteira, com a produção de 30 milhões de litros/ano, além de possuir expressiva criação de cavalos e ovelhas (28% do rebanho e equinos e 30% da produção de lãs).

Na indústria, os serviços avançados de montagem de estruturas, transporte e logística têm uma condição competitiva especial.

A diversidade da matriz econômica também se dá pela presença da indústria têxtil, metal-mecânica, curtimento de couro e de pele, panificação e muitas outras.

A cidade é um grande centro comercial, atraindo habitantes de toda a região para compras em seu moderno shopping center, nas galerias, calçadões e no comércio dos bairros.

Possui 7.507 estabelecimentos, incluindo lojas, agências bancárias, seguradoras, casas de câmbio e empresas de transporte, que ocupam aproximadamente 60% da população ativa, sendo uma referência comercial no sul do Brasil.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 161.707 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 149.472 estavam ocupadas e 12.236 desocupadas. A taxa de participação ficou em 56,0% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,6%.



3. Crescimento Demográfico

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município era igual a 328.275 habitantes, com 93,27% das pessoas residentes em área urbana e 6,73% em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa, que cresceu 2,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 11,9% da população, já em 2010 detinha 15,2% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,1% ao ano. Crianças e jovens detinham 24,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a

80.196 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 19,8% da população, totalizando 65.134 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,42% ao ano), passando de 204.681 habitantes em 2000 para 213.377 em 2010. Em 2010, este grupo representava 65% da população do município.

Em relação à população na faixa etária de 0 a 14 anos no município de Pelotas, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, observamos uma diminuição de 19%, do número absoluto dessa população.

Entre 2000 e 2010, a população de Pelotas teve uma taxa média de crescimento anual de 0,24%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,31%. No Estado, estas taxas foram de 1% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 0,76%.

Pirâmide Etária

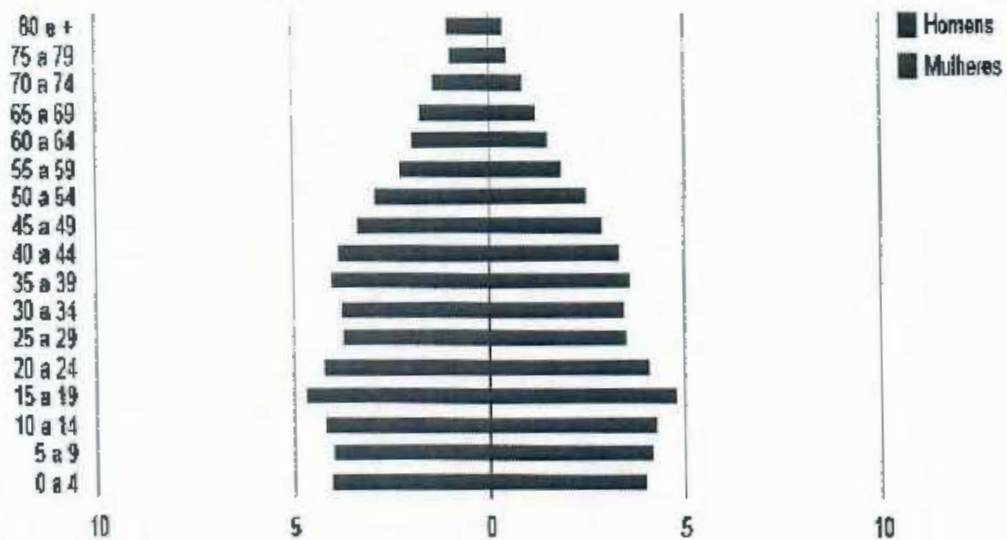
Mais de 100 anos	11	0,0%	0,0%	25
95 a 99 anos	26	0,0%	0,1%	172
90 a 94 anos	194	0,1%	0,2%	565
85 a 89 anos	583	0,2%	0,4%	1.465
80 a 84 anos	1.363	0,4%	0,9%	2.894
75 a 79 anos	2.412	0,7%	1,3%	4.280
70 a 74 anos	3.522	1,1%	1,6%	5.293
65 a 69 anos	4.774	1,5%	2,0%	6.545
60 a 64 anos	6.870	2,1%	2,7%	8.770
55 a 59anos	8.355	2,5%	3,1%	10.181
50 a 54 anos	9.832	3,0%	3,6%	11.863
45 a 49anos	10.611	3,2%	3,8%	12.469
40 a 44 anos	10.466	3,2%	3,6%	11.817
35 a 39 anos	10.296	3,1%	3,5%	11.629
30 a 34 anos	11.461	3,5%	3,7%	12.310
25 a 29 anos	13.411	4,1%	4,3%	14.189
20 a 24 anos	13.570	4,1%	4,3%	14.245
15 a 19 anos	13.306	4,1%	4,1%	13.366
10 a 14 anos	13.011	4,0%	3,9%	12.802
5 a 9 anos	10.619	3,2%	3,1%	10.101
0 a 4 anos	9.505	2,9%	2,8%	9.096
		Homens	Mulheres	

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010

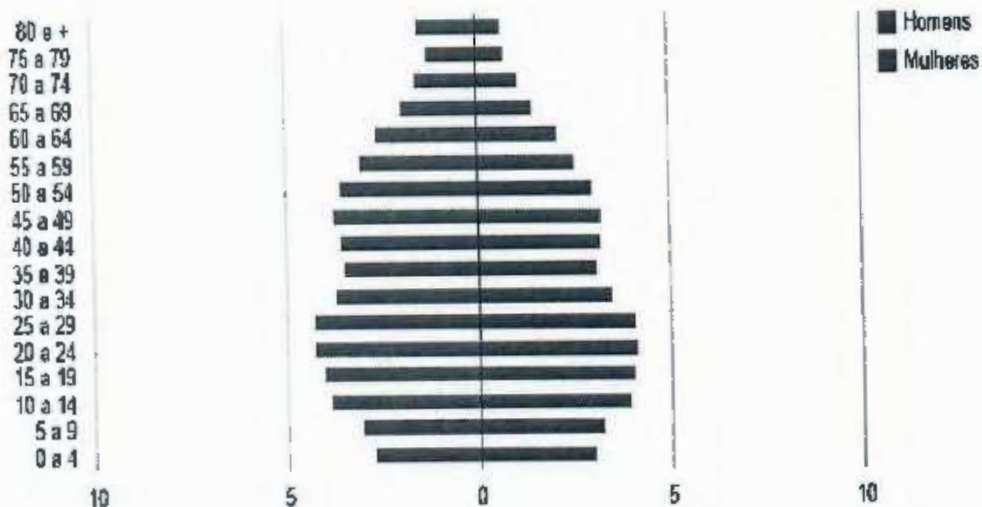
2000

Pirâmide etária - Pelotas - RS

Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



2010 Pirâmide etária - Pelotas - RS
Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade



População residente no município segundo faixa etária - 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Pelotas - RS

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)

População total	285.073	100	320.595	100	328.275*	100
Homens	135.553	47,55	152.035	47,42	154.198	46,97
Mulheres	149.520	52,45	168.560	52,58	174.077	53,03
Urbana	263.882	92,57	300.979	93,88	306.193	93,27
Rural	21.191	7,43	19.616	6,12	22.082	6,73
Taxa de urbanização	-	92,57	-	93,88	-	93,27

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/pelotas_rs

Estrutura Etária da População - Pelotas - RS

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	80.954	28,40	85.043	26,53	65.369	19,91
15 a 64 anos	184.406	64,69	209.237	65,27	228.811	69,70
65 anos ou mais	19.713	6,92	26.315	8,21	34.095	10,39
Razão de dependência	54,59	0,02	49,50	0,02	43,33	0,01
Índice de envelhecimento	-	6,92	-	8,21	-	10,39

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/pelotas_rs

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Pelotas passou de 49,50% para 43,33% e o índice de envelhecimento evoluiu de 8,21% para 10,39%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 54,59% para 49,50%, enquanto o índice de envelhecimento evoluiu de 6,92% para 8,21%.

Entende-se por **razão de dependência** a população de menos de 14 anos e de 65 anos (população dependente) ou mais em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

E o **índice de envelhecimento** trata-se da população de 65 anos ou mais em relação à população de menos de 15 anos.

Vulnerabilidade Social

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	67,07	45,77
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	14,44	5,68	3,15
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	14,41	7,19
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	0,38	0,27
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	5,37	6,22	5,38
Taxa de atividade - 10 a 14 anos (%)	-	5,47	4,69

% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	11,01	12,72	16,60
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	3,23	2,11	1,63
% de crianças extremamente pobres	13,01	10,29	4,67

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/pelotas_rs

IDHM

O **Índice de Desenvolvimento Humano** é um indicador sintético composto por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade (vida longa e saudável), educação (acesso ao conhecimento) e renda (padrão de vida).

	Renda	Longevidade	Educação	IDHM
1991	0,666	0,736	0,354	0,558
2000	0,715	0,796	0,506	0,660
2010	0,758	0,844	0,632	0,739

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Pelotas é 0,739, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,844, seguida de Renda, com índice de 0,758, e de Educação, com índice de 0,632.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Pelotas - RS

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,354	0,506	0,632
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	35,26	45,18	57,99
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	31,17	59,63	77,86
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	61,00	75,80	86,19
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	33,64	48,36	55,85
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	16,31	30,11	43,85
IDHM Longevidade	0,736	0,796	0,844
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,15	72,74	75,64
IDHM Renda	0,666	0,715	0,758
Renda per capita (em R\$)	504,76	685,88	894,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução do IDHM



Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,660 em 2000 para 0,739 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,97%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 76,76% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,126), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,558 em 1991 para 0,660 em 2000 - uma taxa de crescimento de 18,28%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 76,92% entre 1991 e 2000.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,152), seguida por Longevidade e por Renda.

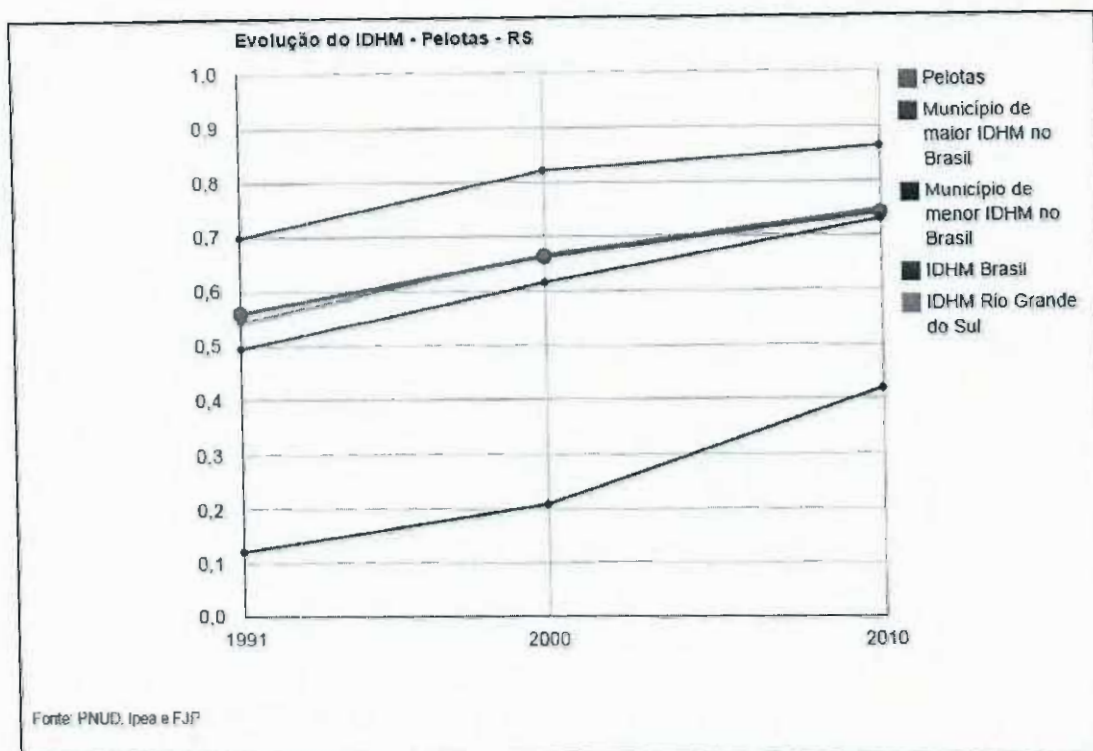
Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,558, em 1991, para 0,739, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 32,44% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 59,05% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,278), seguida por

Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Ranking do IDH

Pelotas ocupava a 795ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 794 (14,27%) municípios estavam em situação melhor e 4.771 (85,73%) municípios estavam em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios de Rio Grande do Sul, Pelotas ocupava a 159ª posição, sendo que 158 (31,85%) municípios estavam em situação melhor e 338 (68,15%) municípios estavam em situação pior ou igual.



Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 19,1 por mil nascidos vivos, em 2000, para 12,4 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 21,0. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Pelotas - RS

	1999	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,2	72,7	75,6
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	21,0	19,1	12,4
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	24,6	22,1	14,0
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,4	2,2	1,4

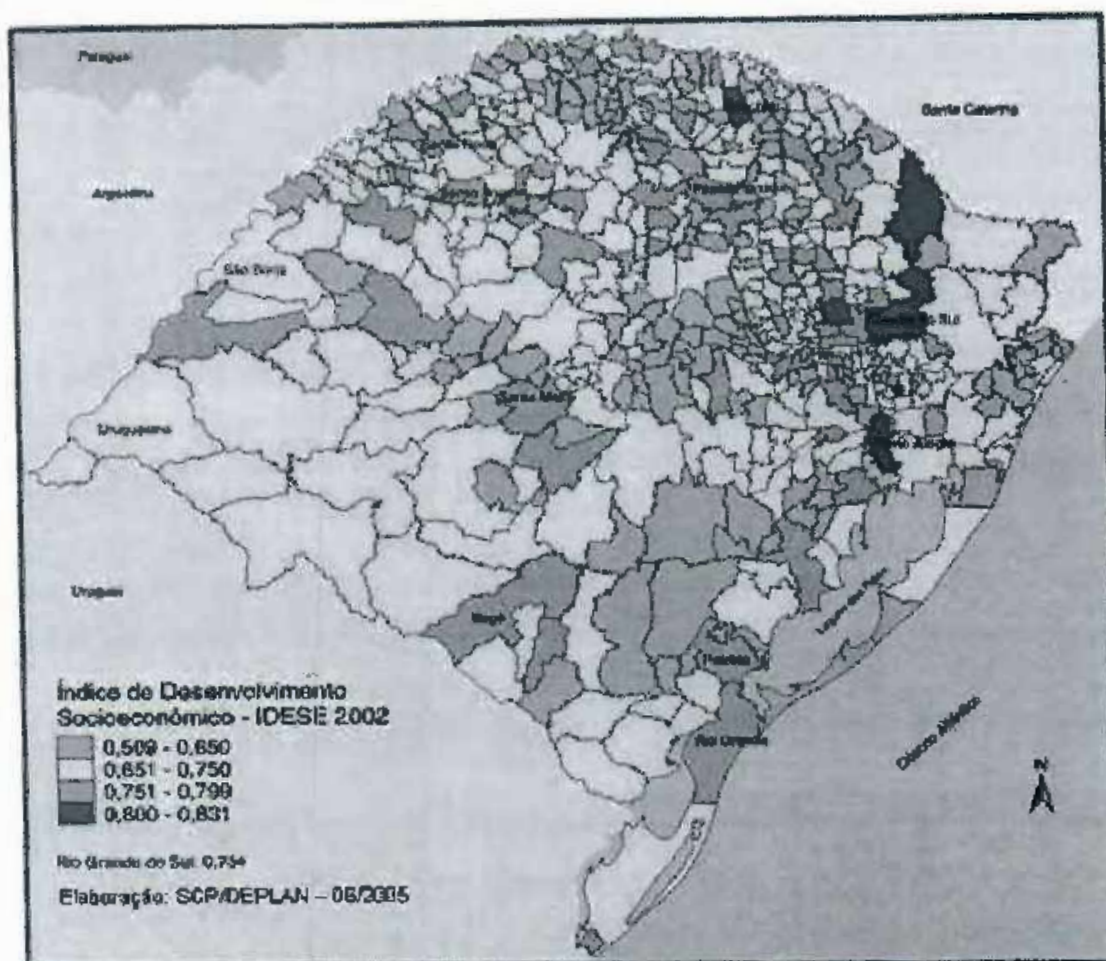
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 2,9 anos na última década, passando de 72,7 anos, em 2000, para 75,6 anos, em 2010. Em 1991, era de 69,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

IDESE

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) criado em 2003 pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O IDESE é o resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável.

Em 2009, Pelotas alcançou o índice de **0,770**, o que a coloca **em 56º lugar** no estado do **Rio Grande do Sul**. No mesmo ano, o **Rio Grande do Sul** alcançou o índice de **0,776**.



EDUCAÇÃO

Conforme o Atlas do IDHM, a proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

Diferentes índices e formas de análise são determinantes para compreensão dos diferentes fenômenos que ocorrem na escolarização, ou não, das comunidades, por isso torna-se necessário informar os dados de acesso, permanência, frequência, conclusão, distorção idade/série, alfabetismo e resultados da Prova Brasil que compõem o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Observemos então que, frequentando os anos finais do Ensino Fundamental, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola em Pelotas cresceu de 1991 e 2000, 91,31% e no período de 2000 a 2010, 30,57%; o número de crianças entre 11 a 13 anos cresceu 24,26% entre 1991 e 2000 e 13,71% entre 2000 e 2010.

Entre jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental concluído, houve crescimento de 15,49% no período de 2000 a 2010 e 43,76% no período de 1991 a

2000. Já a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com Ensino Médio concluído cresceu 45,63% entre 2000 e 2010 e 84,61% entre 1991 e 2000.

No que tange a distorção idade/série, no ano de 2010, 60,07% dos alunos entre 6 e 14 anos de Pelotas estavam cursando o Ensino Fundamental regular e na série correta para a idade. Em 2000 eram 63,81% e, em 1991, 52,10%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 28,92% estavam cursando o Ensino Médio regular sem atraso. Em 2000 eram 25,99% e, em 1991, 14,41%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 26,49% estavam cursando o Ensino Superior em 2010, 12,72% em 2000 e 8,99% em 1991.

Analisando as estatísticas de 2010, percebe-se que 3,15% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 15,78%.

Em 2010, 81,17% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 82,28% e, em 1991, 80,68%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 26,49% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 12,72% e, em 1991, 8,99%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,09 anos para 9,89 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,25 anos para 10,00 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,31 anos, no município, e de 10,25 anos, na UF.

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 45,18% para 57,99%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 35,26%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 4,90% eram analfabetos, 54,37% tinham o ensino fundamental completo, 38,66% possuíam o ensino médio completo e 13,49%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

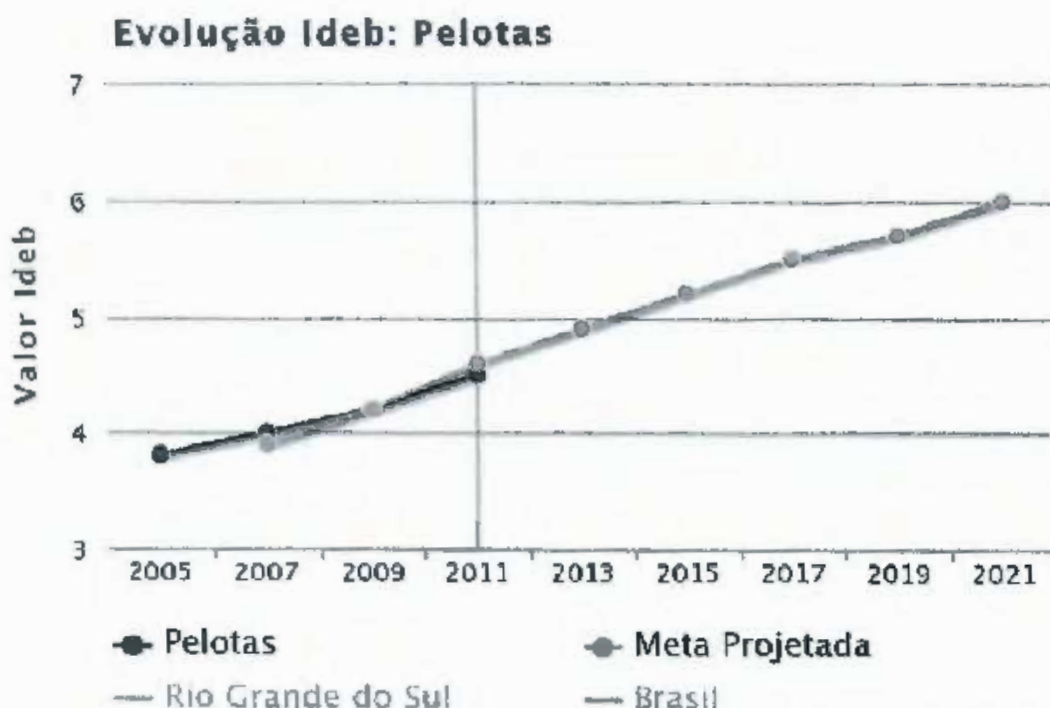
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP*/MEC e busca representar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo (progressão ao longo dos anos) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado).

O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries, podendo variar de 0 a 10. Quando avaliados os alunos da 4ª série, o Município de Pelotas está na 3.109ª posição entre as 5.565 cidades do Brasil e na 4.103ª com relação aos alunos da 8ª série.

O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0.

FONTE: <http://www.portalodm.com.br/relatorios/2-educacao-basica-de-qualidade-para-todos/rs/pelotas>



Fonte: Ideb 2011 - INEP
portalideb.com.br

Importante salientar que, para além dos dados estatísticos, temos inúmeras e crescentes razões que produzem estes percentuais.

Os dados que fazem referência ao fluxo de alunos matriculados nas escolas entre os anos de 1991 e 2000 comparados aos de 2001 e 2010 são reflexo de um

momento de transição entre a Lei 5.692/71 e a LDBEN 9.394/6. A partir da metade da primeira década, a obrigatoriedade do ingresso e permanência na escola faz com que os índices tenham um salto quantitativo e, na segunda década, houve o ingresso natural em relação à taxa de nascimento/idade escolar.

Além disso, o aumento na oferta de vagas para jovens e adultos por meio da EJA – Educação de Jovens e Adultos; a aplicação dos critérios de controle de frequência dos alunos através da implantação da FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente; a efetivação de programas de estímulo à formação escolar; a aplicação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente de forma mais efetiva e consciente, também impactaram os percentuais.

Taxa de analfabetismo

Em relação à taxa de analfabetismo no município de Pelotas, os dados do Censo Demográfico de 2010 apresentam que, para as pessoas de 10 anos ou mais era de 3,9%. Na área urbana, a taxa era de 3,8% e na zona rural era de 6,1%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,9%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é menor que os índices do estado do Rio Grande do Sul.

4. Serviços presentes no município

Equipamentos públicos são as instalações e os espaços físicos, públicos ou privados, onde é prestado de forma presencial algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica.

4.1 Equipamentos da Assistência Social

Na esfera da Assistência Social, o município conta com os seguintes equipamentos:

- Restaurante Popular - único na cidade
- NACA - Núcleo de Atenção à Criança e Adolescentes

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: a proteção social básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

- 05 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social;
- 05 SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Plantão Social e
- Setor de Apoio a Pessoas com Deficiência.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: proteção social especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar.

DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

- CREAS I E II – Centro de Referência Especializada de Assistência Social;
- CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e
- Centro de Referência da Mulher.

DE ALTA COMPLEXIDADE:

- 06 abrigos institucionais para crianças e adolescentes;
- 01 abrigo institucional para idosos;
- 01 abrigo institucional para pessoas com transtornos mentais;
- 01 abrigo institucional para mulheres vítimas de violência;
- 01 Casa de Triagem (crianças e adolescentes) e
- 01 Casa de Passagem (adultos).

4.2 Equipamentos culturais

Na seara cultural, o território possui mais de 50 equipamentos entre institutos, pontos de cultura, galerias de arte, espaços de arte, bibliotecas, Conservatório de Música, salas de exposição, Academia de Letras, teatros, salas de cinema, auditórios.

O sistema de museus conta com 20 espaços diversos e contamos ainda com entidades carnavalescas, 14 clubes sociais e 13 Centros de Tradições Gaúchas.

Frequentes shows e mostras culturais mantêm a tradição pelotense de polo cultural. Além disso, mais recentemente, Pelotas tem sido palco do Festival Internacional SESC de Música que alcançará em 2016 a 6ª edição.

4.3 Espaços e equipamentos de esporte e lazer

Pelotas conta com 4 entidades esportivas: Esporte Clube Pelotas, Fragata Futebol Clube, Grêmio Atlético Farroupilha e Grêmio Esportivo Brasil e com espaços públicos para pistas de caminhada, cicloviás, praças, quadras, academias ao ar livre.

Está prevista a construção de um Ginásio Municipal, em uma parceria da prefeitura municipal e do governo federal, via emenda parlamentar, a ser entregue à população para uso educacional, esportivo e cultural.

Temos ainda o Programa de Esporte e Lazer na comunidade (PELC). O programa visa suprir, a partir de suas ações, a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo em situações de vulnerabilidade social e econômica. O programa envolveu oficinas de diversas modalidades como futsal, basquete, voleibol, dança, ginástica, entre outros, além de atividades como ruas de lazer.

4.4 Equipamentos da saúde

O município de Pelotas é assistido por uma rede de saúde com grande número de serviços próprios. Contamos com 51 UBSs, 1 Unidade básica de atendimento imediato (UBAI- Navegantes); 1 Pronto Socorro Municipal (PSP); 8 Centros de atendimento Psicossocial (CAPS), sendo um deles 24 horas que atende dependentes químicos; 1 Centro de Especialidades com diversos serviços em sua estrutura, como por exemplo a sala de vacinas, os atendimentos médicos de especialistas, o ambulatório de Saúde Mental, o Teste do Pezinho entre outros; 1 Centro de atendimento à Saúde do Escolar (CASE); o PIM (Programa Infância Melhor); além dos serviços contratualizados como é o caso dos hospitais Escola da Universidade Federal de Pelotas, Hospital São Francisco de Paula, Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa, Hospital Espírita de Pelotas e serviços contratados, como é o caso de diversos laboratórios de análises clínicas, serviços de ultrassonografia, Raio X, fisioterapia, entre outros:

- SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- CEREST: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
- Vigilância em saúde do Trabalhador,
- Vigilância Sanitária;

- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Ambiental;
- CAPS infantil: Centro de Atenção Psicossocial
- CAPS AD,
- UBAI: Unidade Básica de Atendimento Imediato;
- UPA: Unidade de Pronto-Atendimento
- Conselho Municipal de Saúde
- Programa Saúde da Família (PSF): expansão para a Estratégia da Saúde da Família, com 45 equipes implementadas e 8 em implantação (Fátima, Py Crespo, Pestano CAIC e Colônia Z3), aguardando vinda do financiamento e habilitação, junto ao Governo Federal
- Projeto Mais Médicos para o Brasil
- Mãe Pelotense: o Programa Mãe Pelotense possui a finalidade de incrementar ações na Rede de Atenção a Saúde para a promoção de um pré-natal acolhedor e resolutivo, promovendo o melhor prognóstico e consequente melhoria da qualidade de vida, refletindo o acesso rápido, a assistência qualificada e o manejo adequado nos serviços de saúde.
- Assistência Farmacêutica
- Serviço de Saúde Bucal
- Programa "Sorrindo na Escola: destinada à comunidade escolar municipal da pré-escola ao quarto ano, com o propósito de responder a carência nas atividades educativas e preventivas aos alunos. O Programa possui como meta distribuir 12 mil kits de higiene bucal/ano e oferecer de 3 a 4 escovações supervisionadas por criança/ano de forma gradativa, chegando a 100% das escolas em 2017.

Além disso, Pelotas conta hoje com 05 hospitais que atendem ao SUS, contando com 770 leitos SUS, sendo 160 psiquiátricos e 636 distribuídos nas especialidades clínica, obstétrica, pediátrica, UTI adulto, UTI pediátrica e UCTI, desse total de 636 leitos, 390, ou seja, 48% dos leitos são regulados, segundo os dados do CNES.

Programas de Combate a Pobreza e Miséria - Cadastro único e Programa Bolsa-Família

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como

5.1 Panorama da Educação no município

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto atua em conformidade com a legislação vigente e em parceria com o Conselho Municipal de Educação formando o Sistema Municipal de Ensino, instituído pela Lei Municipal 4.904, de 16 de janeiro de 2003. Assim, juntos, orientam e supervisionam as escolas infantis particulares e assistenciais de Pelotas. O sistema responde, também, pela autorização de funcionamento, análise de documentação e legislação da educação municipal nas vinte e sete (27) escolas urbanas de Educação Infantil e sessenta e uma (61) escolas de Ensino Fundamental, sendo vinte e uma (21) na zona do campo e quarenta (40) na zona urbana.

Além das níveis/modalidades apresentadas, a rede municipal oferece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em vinte e sete (27) escolas municipais e o Programa de Jovens e Adultos (Peja) em cinco (5) escolas e duas (2) Associações Comunitárias. Oportuniza, também, o Ensino Médio no Colégio Municipal Pelotense nas modalidades de Ensino Médio Regular e EJA, Ensino Médio Curso Normal – Magistério, Ensino Pós-Médio/Habilitação Séries Iniciais e Ensino Pós-Médio/Habilitação Ensino Fundamental.

O total de vinte e cinco mil, duzentos e vinte e oito (25.228) alunos da rede municipal, que compõem nosso público alvo principal, estão distribuídos nas modalidades e níveis apresentados, sendo atendidos por dois mil, novecentos e um (2.901) professores e um mil, trezentos e sessenta e cinco (1.365) funcionários, com a gestão da SMED, organizada com a estrutura prevista no seu organograma e no Regimento Interno. Atuam os seguintes profissionais da educação nas escolas: professor, professor auxiliar, orientador educacional, pedagogo, técnico em Educação Física, auxiliar de educação infantil, cuidador, monitor, merendeira, servente e oficial administrativo.

Quadro de pessoal por cargos e empregos - 2013

Professor auxiliar	60	1,41%
Professor I	1.350	31,65%
Professor II	1.179	27,64%
Professor III	61	1,43%
Professor Educação Infantil	251	5,88%
Intérprete de Libras	07	0,16%

Auxiliar de Educação Infantil	203	4,76%
Monitor de escola	269	6,31%
Servente de escola	222	5,20%
Cuidadores	35	0,82%
Orientador Educacional	61	1,43%
Pedagogo	01	0,02
Técnico em Educação Física	02	0,04
Demais Cargos e Empregos (merendeira, motorista, oficial administrativo, nutricionista, entre outras)	565	13,24%
Total de Resultados	4.266	100%

Fonte: Superintendência de Administração Geral e Apoio/SMED - 2013

A jornada de trabalho desses profissionais pode ser de 20h, 33h ou 40h semanais, conforme o Estatuto do Servidor (Lei 3.008, de 19 de dezembro de 1986) e leis posteriores.

A SMED também efetiva o repasse financeiro de recursos do FUNDEB para as escolas especiais APAE, Professor Alfredo Dub, CERENEPE, Lar de Jesus e Louis Braille e aos alunos de creche das seguintes Instituições Assistenciais e Filantrópicas: ABELUP, Betel, Casa da Criança São Francisco de Paula, Casa Santo Antônio do Menor, Instituto Espírita Nosso Lar, Lar da Criança São Luiz Gonzaga, Sociedade Assistencial Nossa Senhora de Fátima e Sociedade Espírita Dona Conceição, sendo que, para os alunos da pré-escola dessas instituições, em razão do cancelamento dos repasses do FUNDEB, desde 2011 os valores são pactuados entre as instituições e o Município.

5.2 Planos educacionais existentes

Atualmente, a educação no município encontra-se sob a égide da Lei 5.871, de 04 de janeiro de 2012, que disciplina o Plano Municipal de Educação.

O Sistema Municipal de Ensino recomenda a construção do Plano Político Pedagógico para todas as escolas que o compõem, reconhecendo a importância deste para o planejamento e gestão escolar da prática pedagógica.

5.3 Programas e projetos sociais implementados no município

5.3.1 Programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação e Desporto voltados às escolas municipais:

Projetos institucionais (Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Brinquedoteca, Classes de Apoio, Antibullying, Hora do Conto, Reforço de Português e Reforço de Matemática): **285**

5.3.2 Programas e projetos voltados ao atendimento socioeducativo:

Projetos Complementares (Arte, Música, Esporte, Língua Espanhola, Tradicionalismo, Ambiental, Xadrez, Banda): **135**

5.3.3 Programa voltado a formação das equipes escolares: Curso para Gestores: Consultoria para Educação de Qualidade – SESI

5.3.4 Programas e projetos realizados com outros parceiros:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): Trabalhando Cidadania;
- CEEE: Trabalhando Educação Ambiental;
- Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (ECOVIAS): ECOVIVER;
- Secretaria de Agricultura, Agropecuária e Agronegócio (SEAPA);
- Escola de Ballet Dicléia Ferreira de Souza: Projeto Magia da Dança;
- FUNSERG/PETROBRÁS: Esporte Educacional.

6. Educação Especial na rede municipal

O CAPTA (Centro de Apoio, Pesquisa e Tecnologias para a Aprendizagem) e o Centro de Autismo Dr. Danilo Rolim de Moura oportunizam o acesso e permanência dos alunos com deficiência na rede municipal, bem como a orientação às equipes diretivas, professores e funcionários, ofertando formação continuada e implementação de ações e estratégias que facilitem o processo de inclusão no contexto escolar.

O CAPTA mantém trinta e quatro (34) Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais, sendo dez (10) na zona do campo e vinte e quatro (24) na zona urbana. Mantém, também, o Centro de Atendimento Luiz Pereira Lima, que atende escolas localizadas na zona do campo sem SRM.

7. –Eixos Temáticos

7.1 Educação Infantil

A Educação Infantil no município pauta-se pela **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e pelo **Parecer nº 005/2009**, do Conselho Municipal de Educação de Pelotas.

A Resolução e o Parecer estabelecem os parâmetros básicos que devem orientar o peculiar processo de ensino-aprendizagem verificado na educação infantil, em articulação com as diferentes etapas da educação básica, deixando de lado a tradição assistencialista e escolarizante que vinha conduzindo o fazer nas creches e pré-escolas.

Visam estruturar e organizar as ações educativas com qualidade, articulando a valorização do papel dos professores que atuam junto às crianças dessa faixa etária (de 0 a 5 anos e 11 meses de idade). Esses profissionais devem construir propostas pedagógicas que, no cotidiano, permitam a escuta e a participação das crianças, acolhendo a forma delas significarem o mundo e a si, promovendo situações em que essas crianças serão cuidadas e educadas.

Consolidam a presença das creches e pré-escolas no sistema de ensino municipal, estabelecendo, dentre outros: o número mínimo de horas de funcionamento, o atendimento no período diurno, a oferta de vagas próxima à residência das crianças, o acompanhamento do trabalho pelo órgão de supervisão do sistema, a idade de corte para efetivação da matrícula, o número mínimo de horas diárias do atendimento e pontos para a articulação com o Ensino Fundamental.

No artigo 7º, as DCNEIs estabelecem os elementos que compõem a função sociopolítica e pedagógica das instituições de Educação Infantil:

- a. oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- b. assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- c. possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- d. promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- e. construir formas de sociabilidade e de subjetividade que sejam comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa em ação compartilhada com a família, para a formação de cidadãos e novas subjetividades e sociabilidades comprometidas com a construção de

uma sociedade democrática, livre, mais justa, solidária e ambientalmente sustentável.

Orienta-se que o trabalho seja focado nos direitos da criança na sua totalidade e integralidade, compreendendo-a como pessoa humana que, inserida em uma determinada cultura, apropria-se dela em especial por meio da brincadeira, devendo ser valorizados na organização curricular, a diversidade de olhares, respostas e objetos de conhecimento, o alinhamento institucional em mediar o processo de construção de significados em relação ao mundo e a si mesmo por meio da apropriação pela criança de diferentes linguagens, e o compromisso de garantir os direitos da criança e atividades pensadas em relação à especificidade das condições de desenvolvimento de crianças de zero a três anos, e de quatro e cinco anos.

Também são foco de atenção os fins educacionais, os métodos de trabalho docente, a gestão das unidades e a relação da instituição com as famílias, bem como a preocupação com a educação inclusiva.

Toda unidade escolar será orientada a construir sua proposta pedagógica com a participação da comunidade.

Na rede municipal de Pelotas, temos 27 escolas de Educação Infantil e 51 Escolas de Ensino Fundamental que ofertam educação infantil, totalizando 3.612 crianças matriculadas no ano de 2014. Além das escolas municipais, as 09 escolas filantrópicas que mantêm convênio com a prefeitura atendem um total de 630 crianças. As escolas estaduais atendem 111 crianças na faixa etária de 04 e 05 anos. A rede privada do município tem 44 escolas de educação infantil credenciadas e autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação que atendem em torno de 2.513 crianças.

Tabela 1 – Número total de escolas públicas na área urbana e rural e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número de escolas	145	145	144
Matrículas em creche	911	964	919
Matrículas na pré-escola	2.625	2.683	2.600

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 2 – Número total de escolas públicas na área urbana, e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número de escolas	118	118	118
Matrículas em creche	912	964	919

Matriculas na pré-escola	2.453	2.456	2.386
--------------------------	-------	-------	-------

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 3 – Número total de escolas públicas na área rural, e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número de escolas	27	27	26
Matriculas em creche	-	-	-
Matriculas na pré-escola	172	227	214

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

O Censo revelou que no município havia 810 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 495 na faixa entre 4 e 5 anos

Os dados do Censo também revelaram que entre as crianças 0 - 3, em situação de extrema pobreza, 721 crianças não estavam frequentando a creche, o que representa 89,0% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 349 crianças fora da escola o que equivale a 70,4% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária

Distribuição da população em situação de extrema pobreza por faixa etária, números absolutos e percentual			
Faixa etária	Quantidade	Percentual	Quantidade de crianças fora da creche e escola
0 - 3	810	8,3	721
4 - 5	495	4,9	349

Fonte: Dados do Censo Demográfico 2010

Demanda reprimida

	Berçário	Maternal 1	Maternal 2	Pré-escola 1	Pré-escola 2	Total
2012	474	394	315	231	137	1.551
2013	419	437	357	240	160	1.613
2014	512	512	464	326	162	1.976
2015	668	489	520	459	151	2.287

Fonte: Superintendência de Gestão Escolar – SMED/2015



Nas estratégias do PME estão previstas a busca ativa de crianças fora da escola, de modo a orientar o planejamento das ações a serem implementadas, bem como monitorar o efetivo cumprimento.

Também será objeto desse plano, a realização de um amplo recadastramento dos profissionais da educação envolvidos em todas as etapas da educação básica, de forma a alocá-los de acordo com o concurso, a formação e a necessidade de cada uma das unidades.

Atualmente, as escolas de educação infantil da rede municipal encontram-se em processo de ampliação, reforma, qualificação e revitalização dos espaços. Das 27, duas já foram entregues a comunidade, 8 estão em obras e as demais estão em diferentes estágios: processo licitatório, locação de novos espaços para início da obra e licenciamento ambiental.

O protagonismo atualmente atribuído às crianças pequenas é prova de suas potencialidades, bem como da importância de que os espaços coletivos de educação pratiquem uma adequada pedagogia da infância, reconhecendo esta criança pequena como um ser de cultura e que, também, produz cultura, desde a mais tenra idade.

A readequação de espaços que antes estavam vinculados à saúde ou à assistência, nos leva a construção de espaços novos com recursos da União como é o caso do Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil), que foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e que foi previsto no Plano de Ações Articuladas 2007/2010 e 2011/2014 (PAR), com principal objetivo de garantir assistência financeira e técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE) ao município, oportunizando a oferta com qualidade, o atendimento indispensáveis em creche e educação infantil e a ampliação da oferta de vagas.

Nosso município aderiu ao Programa no ano de 2009 e, hoje, depois de inúmeros processos licitatórios, da adesão ao regime diferenciado de preços e da readequação de contratos, apontamos como meta a finalização das obras das Escolas Proinfância até o final do ano de 2016.

Fontes:

http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaLuizaRodriguesFlores_res_int_GT1.pdf

<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>

7.2 Ensino Fundamental

No Brasil, foi a Constituição de 1934 a primeira a determinar a obrigatoriedade do ensino primário ou fundamental, com a duração de 4 (quatro) anos. A Carta Constitucional promulgada em 1967 amplia para 8 (oito) anos essa obrigatoriedade e, em decorrência, a Lei nº 5.692/71 modifica a estrutura do ensino, unificando o curso primário e o ginásio em um único curso, o chamado 1º grau, com duração de 8 (oito) anos. O ensino de 2º grau – atual Ensino Médio – torna-se profissionalizante.

Anos antes da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), algumas redes escolares passaram a adotar medidas de expansão do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, mediante a incorporação das crianças de 6 (seis) anos de idade, por vezes procedentes das numerosas classes de alfabetização que existiam em vários Estados e Municípios.

Importante ressaltar que o Ensino Fundamental de oito (08) anos está em processo de transição para o Ensino Fundamental de nove (09) anos, de acordo com a LDBEN 9.394/96, portanto, é ofertado de forma concomitante e substitutiva a cada ano letivo.

Infraestrutura – Escolas Públicas – Pelotas/RS

Descrição		%	Nº de escolas
Alimentação	Escolas que fornecem alimentação	100	144
	Escolas que fornecem água filtrada	70	101
Serviços	Água via rede pública	88	127
	Energia via rede pública	100	144
	Esgoto via rede pública	74	107
	Coleta de lixo periódica	96	138
	Biblioteca	78	112
Dependências	Cozinha	97	140
	Laboratório de informática	72	103
	Laboratório de ciências	37	53
	Quadra de esportes	49	70
	Sala para leitura	11	16
	Sala para a diretoria	89	128
	Sala para os professores	69	100
	Sala para atendimento especial	30	43
	Sanitário dentro do prédio da escola	98	141
	Sanitário fora do prédio da escola	15	22
	Equipamentos	Aparelho de DVD	93
Impressora		81	131
Antena parabólica		14	20
Máquina copiadora		73	105
Retroprojetor		48	69
Televisão		94	136
Internet		75	108
Tecnologia	Banda larga	69	100
	Computadores uso dos alunos	2.042 equipamentos	
	Computadores uso administrativo	972 equipamentos	
Acessibilidade	Escolas com dependências acessíveis	41	59
	Escolas com sanitários acessíveis aos	47	68

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 144 | QEdu.org.br

Escolas do município que oferecem Ensino Fundamental, por número de matrícula

Tabela 1 – Número total de escolas públicas na área urbana e rural e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
----------------------	------	------	------

Número total de escolas	145	145	144
Matrículas anos iniciais	19.528	19.157	18.342
Matrículas anos finais	19.720	17.957	17.121

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 2 – Número total de escolas públicas na área urbana e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número total de escolas	118	118	118
Matrículas anos iniciais	17.939	17.637	16.836
Matrículas anos finais	18.275	16.611	15.745

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 3 – Número total de escolas públicas na área rural e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número total de escolas	27	27	26
Matrículas anos iniciais	1.589	1.520	1.506
Matrículas anos finais	1.445	1.346	1.376

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 4 – Número total de escolas públicas municipais na área urbana e rural, e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número total de escolas	90	90	88
Matrículas anos iniciais	11.155	10.682	10.190
Matrículas anos finais	9.466	8.777	8.312

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 5 – Número de escolas públicas municipais na área urbana, e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número total de escolas	67	67	67
Matrículas anos iniciais	9.708	9.325	8.852
Matrículas anos finais	8.228	7.621	7.134

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Tabela 6 – Número I de escolas públicas municipais na área rural, e distribuição das matrículas

Escolas e Matrículas	2011	2012	2013
Número total de escolas	23	23	21
Matrículas anos iniciais	1.447	1.357	1.338
Matrículas anos finais	1.238	1.156	1.178

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

As taxas de rendimento expressam em percentuais a situação dos alunos nas redes de ensino, ou seja, ao final de um ano letivo, os alunos matriculados nas escolas públicas podem ser **aprovados**, **reprovados** ou **abandonar os estudos**.

A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada um destas situações constituem a Taxas de Rendimento, onde *Aprovação + Reprovação + Abandono = 100%*.

Analisando as tabelas acima, observamos as taxas de rendimento do município de Pelotas do ano de 2013:

Taxas de Rendimento Escolar - ano 2013, das escolas públicas, urbanas e rurais

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	13,1%	1,2%	85,7%
Anos Finais	28,7%	3,4%	67,9%
Ensino Médio	21,7%	9,5%	68,7%

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Taxas de Rendimento Escolar das escolas municipais, urbanas e rurais

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	13,7%	1,4%	84,9%
Anos Finais	27,5%	3,2%	69,3%
Ensino Médio	34%	15,2%	50,8%

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Taxas de Rendimento Escolar das escolas municipais urbanas

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	14,4%	1,6%	84,1%
Anos Finais	28,7%	3,3%	68%
Ensino Médio	34%	15,2%	50,8%

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Taxas de Rendimento Escolar das escolas municipais rurais

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	9,4%	0,3%	90,3%
Anos Finais	20,0%	2,5%	77,5%
Ensino Médio	-	-	-

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

Taxa de Distorção idade-série

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. O Censo é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade dos alunos. No Brasil, toda criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade, encerrando esta etapa aos 14 anos. Após esse período, ela permanece por mais 3 anos no Ensino Médio, concluindo a educação básica aos 17 anos de idade.

Quando o aluno (re)ingressa na escola tardiamente – ou sofre reprovação – ele estará em atraso escolar, ou seja, com idade superior a esperada para aquela etapa escolar. A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. Essa situação impacta no planejamento da gestão escolar, nas práticas educativas em sala de aula, nas relações de sociabilidade entre os alunos,

alunos-professores e nas questões que compõem a dimensão extraescolar, a saber, a concepção de pais e responsáveis que relacionam a reprovação à situação de fracasso escolar.

Taxa de Distorção Idade Série, escolas públicas urbanas e rurais

	2013	2012	2011
Anos Iniciais	24%	26%	27%
Anos Finais	43%	43%	44%
Ensino Médio	43%	42%	42%

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

7.3 EJA e Ensino Médio

Como modalidade de ensino, integrante da educação básica, a educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou condições de continuidade de estudos no ensino fundamental ou médio na idade própria. Desde a Constituição Federal de 1934, ela é prevista como direito do cidadão, tendo sido viabilizada ao longo desses anos, por meio de diferentes estratégias, como: Exames de Madureza; Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF; Ensino Supletivo entre outros. Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, sob a nova denominação de educação de jovens e adultos, ela passou a ser oferecida por meio de cursos e de exames supletivos referentes ao ensino fundamental e médio, com a finalidade exclusiva de assegurar o prosseguimento de estudos em caráter regular.

Trata-se de um direito público subjetivo no nível fundamental, cabendo aos Poderes Públicos a disponibilização dos recursos necessários para esse fim, dentro deste pressuposto o município de Pelotas, criou primeiro um Programa para atender a esta demanda – o PEJA que trouxe de volta aos bancos escolares, das séries iniciais do ensino fundamental centenas de pessoas que não tiveram oportunidade de alfabetizarem-se na idade própria. Paralelamente a implantação do PEJA algumas escolas atendiam no turno da noite o ensino fundamental como modalidade regular de ensino, o que não atingia plenamente a finalidade de corrigir a defasagem nas referidas etapas, pois a metodologia de trabalho e a duração eram iguais as utilizadas no diurno com as crianças e pré-adolescentes, o que comprometia a permanência de

muitos dos estudantes , que procuravam alternativas diferenciadas para suplementar seus estudos . Como a Constituição Federal de 1988 declara o papel fundamental da Educação para o exercício da cidadania, afirmando em seu artigo 6º ser a educação um dos direitos sociais do cidadão, sendo ratificado no artigo 205 como direito de todos. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, em seus Artigos 84, 85 e 87, respalda as mesmas idéias, ao considerar que a educação é dever do Estado. Estes princípios são também referendados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e todo lastro legal aqui evocado determina às instâncias governamentais o compromisso da criação e implementação de diferentes meios de acesso à escolarização e permanência na escola para todos os cidadãos. As estatísticas mundiais comprovam que há no mundo cerca de 771 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade – segundo Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO 2005 – que não sabem ler e escrever, das quais dois terços são de mulheres. A esse problema acrescenta-se o fato de que a alfabetização adquirida por muitos recém-saídos dos bancos escolares é insatisfatória.

Baseando-se nestes dados e tendo como norteadora a Resolução nº 01/2011 do CME, em 2012 a Secretaria de Educação reformulou totalmente a educação de jovens e adultos, instituindo uma nova base curricular para modalidade implementando mudanças significativas, tais como: etapas de duração semestral, inserção da disciplina de prática integrada e formação continuada de professores. A partir de então tivemos aumento do número de escolas oferecendo a modalidade, o que aumentou a oferta de vagas, atingindo todos os bairros da cidade e algumas escolas do campo. No ano de 2013 atendendo aos anseios das comunidades escolares em parceria com o Sistema S o município passou a ofertar cursos profissionalizantes em diversas áreas, o que tem ajudado muito a diminuir a evasão ao agregar qualidade. Em dois 2013 foram atendidas 16 escolas e 718 alunos; com os seguintes cursos de capacitação: Informática para a maturidade, Técnicas Administrativas, Excelência no atendimento para garçons, doces tradicionais de Pelotas e culinária gaucha, em parceria com o SENAC. Em 2014 foram atendidas 21 escolas e 997 alunos; com os seguintes cursos de capacitação: manicure/pedicure, cobrador de ônibus, porteiro e vigia, atendimento eficaz ao cliente, em parceria com o SEST/SENAT e SENAC. Em 2015 estão sendo atendidas 21 escolas e 1442 alunos; com os seguintes cursos de capacitação: manicure/pedicure, auxiliar de mecânica, bolos e tortas, cobrador, cozinha do sul, doces de Pelotas, frentista, operador de caixa e unhas decoradas em parceria com o SEST/SENAT.

Frente as demandas do PNE precisamos ampliar ainda mais o atendimento desta modalidade, principalmente no que diz respeito aos cursos profissionalizantes e ao aumento da escolaridade média, como demonstram as tabelas abaixo:

Meta 6 – Elevação da escolaridade/Diversidade

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.	META – 12 ANOS
BRASIL	9,8 ANOS
RS	10,0 ANOS
PELOTAS	9,5 ANOS

Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	META – 93,5%
BRASIL	91,5%
RS	95,6%
PELOTAS	95,9%

Meta 10 – EJA Integrada

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.	META – 25%
BRASIL	1,7%
RS	1,3%
PELOTAS	0,2%

**Matrículas na EJA – rede pública
Escolas Urbanas e Rurais**

2011	2012	2013
3.271	4.487	4.587

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

**Matrículas na EJA – rede municipal
Escolas Urbanas e Rurais**

2011	2012	2013
1.555	2.680	2.747

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

**Matrículas na EJA – rede municipal
Escolas Urbanas**

2011	2012	2013
1.380	2.473	2.524

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

**Matrículas na EJA – rede municipal
Escolas Rurais**

2011	2012	2013
175	207	223

Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC 2013

recebendo sucessivas alterações e acréscimos. A LDB define o Ensino Médio como uma etapa do nível denominado Educação Básica, constituído pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, sendo este sua etapa final.

Das alterações ocorridas na LDB, destacam-se, aqui, as trazidas pela Lei nº 11.741/2008, a qual redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Foram alterados os artigos 37, 39, 41 e 42, e acrescido o Capítulo II do Título V com a Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Esta lei incorporou o essencial do Decreto nº 5.154/2004, sobretudo, revalorizando a possibilidade do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, contrariamente ao que o Decreto nº 2.208/97 anteriormente havia disposto.

A LDB define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Determina, ainda, uma base nacional comum e uma parte diversificada para a organização do currículo escolar.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - 2013

7.4 Ensino Superior

7.4.1 Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada há 43 anos, a partir da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela centenária Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Ciências Domésticas) e da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituições particulares, que já existiam em Pelotas, foram também agregadas à Universidade Federal de Pelotas, como é o caso do Conservatório de Música de Pelotas, da Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões, do curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior do Sul do Estado, além do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG). A área agrária, de grande importância para o desenvolvimento de nossa região, de economia predominantemente agropastoril, teve, por sua vez, a importante contribuição dos cursos de Engenharia Agrícola e de Meteorologia.

Foram também importantes, no processo de desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel que, através

dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, contribuem até hoje, decisivamente, para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

Desde a sua adesão, em 2007, ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), desenvolvido pelo Ministério da Educação, a UFPel vem registrando expressivos avanços, que se configuram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio.

Atualmente, a Universidade conta com 4 Campi: Campus do Capão do Leão, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Porto, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. Fazem parte também da estrutura atual da UFPel diversas unidades dispersas. Dentre elas, estão a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Serviço de Assistência Judiciária, o Conservatório de Música, o Centro de Artes (CA), o Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTEc), o Centro das Engenharias (CEng), a Escola Superior de Educação Física (ESEF), o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM).

Atualmente, a UFPel conta com 101 cursos de Graduação presenciais e 06 cursos de Graduação à distância, 14 cursos de doutorado, 39 cursos de mestrado e 17 cursos de especialização. Participa do programa do governo federal Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Quantitativo de Discentes	Total
Discentes de Graduação Vinculados – Presencial	16.746
Discentes de Graduação Matriculados – Presencial	15.850
Discentes de Graduação Vinculados – EaD	2.331
Discentes de Graduação Vinculados – EaD	861
Discentes de Mestrado	1.382
Discentes de Doutorado	845

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. (Sistema Acadêmico GOL)

7.4.2 Universidade Católica de Pelotas

Nascida com perfil comunitário, a Universidade Católica de Pelotas foi a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul. Dedicase ao ensino, à pesquisa e à extensão, de modo que a razão de sua existência está intimamente ligada com seu papel na comunidade.

A UCPel tem sua estrutura dividida basicamente em quatro grandes centros:

- no Centro de Ciências da Vida e da Saúde estão os cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Psicologia.
- o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais engloba as graduações em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito e Serviço Social.
- o Centro de Educação e Comunicação abrange os cursos de Comunicação Social - Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Letras, Matemática, Pedagogia e os cursos superiores de Tecnologia em Design de Moda e Produção Fonográfica.
- já o Centro Politécnico reúne os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica.

Também fazem parte da estrutura da Universidade três institutos superiores: o de Filosofia - com bacharelado e licenciatura em Filosofia, o de Cultura Religiosa, e o de Teologia Paulo VI.

Na área de pós-graduação, a UCPel conta com especializações (*lato sensu*), mestrados e doutorados (*stricto sensu*) que traduzem qualificação justamente para os segmentos que mais geram demanda profissional em nossa região. Nessa linha, a universidade tem os programas de Mestrado e Doutorado em Saúde e Comportamento, Mestrado e Doutorado em Letras, Mestrado em Política Social, o Mestrado Profissional em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, e o Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação.

Missão: investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento para formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos, a serviço da pessoa e da sociedade.

Visão: ser uma universidade de qualidade reconhecida, centro de referência de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional.

Valores: Verdade - Liberdade- Justiça – Ética – Comprometimento
Solidariedade –Voluntariado –Transparência –Inovação - Promoção da vida

As principais formas de ingresso na UCPel são o processo seletivo próprio da instituição e o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que hoje beneficia cerca de 20% do corpo discente, contemplados com bolsas totais ou parciais.

Uma vez na UCPel, o estudante passa a dispor do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, espaço que acolhe acadêmicos, sendo uma porta aberta e facilitadora. O Núcleo se propõe a receber o público de forma carinhosa e efetiva, buscando solução e encaminhamentos para suas demandas. Além disso, é um espaço de diálogo entre o estudante e outros setores da Universidade, em especial a Pró-Reitoria Acadêmica.

O NAE oferece atendimento psicológico para estudantes da UCPel que estejam passando por dificuldades pedagógicas ou emocionais. A intenção é possibilitar ao aluno transformar um sofrimento psíquico em situação de conhecimento, crescimento e aprendizado. Da mesma forma, o Núcleo oferece orientação profissional/vocacional, caso o aluno esteja em dúvida a respeito de que rumo tomar na carreira que escolheu. Assim, busca-se a construção de políticas de apoio e inclusão acadêmica para oferecer condições de autonomia e participação aos estudantes com necessidades educativas especializadas.

Além disso, o NAE, juntamente ao Núcleo de Acessibilidade, implementa a política de inclusão na UCPel, participa de ações inclusivas junto com o grupo de estudos surdos, cursos de língua brasileira de sinais (libras), oficinas de deficiência visual em parceria com a escola Louis Braille, entre outras. Atualmente, o Núcleo desenvolve a formalização de uma política de inclusão na UCPel. Ao mesmo tempo, promove ações como Grupo de Estudos Surdos e cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Por intermédio de ações articuladas com coordenadores de curso e coordenadores de estágios, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) acompanha os acadêmicos em estágios obrigatórios e não-obrigatórios (não remunerados e remunerados), conforme a Lei nº 11.788/2008. O NAE possui Convênios de Estágio com aproximadamente, 700 organizações públicas e privadas, cujas áreas e perfis de atuação atendem as condições de estágio previstas nos projetos pedagógicos de curso.

Cerca de cinco mil alunos estudam na UCPel atualmente, sendo aproximadamente 4.300 na graduação, e o restante na pós-graduação, distribuídos nos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A Universidade Católica de Pelotas implementa suas ações por meio do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sendo esse um dos documentos orientadores para a transformação e que tem como intencionalidade promover a educação de seres

humanos éticos, competentes, aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo fundamentos de solidariedade.

Uma das formas de operacionalizar esse processo são as reflexões desenvolvidas no Programa de Aperfeiçoamento Docente (PADoc). O referido programa tem como base as linhas mestras 4 Projeto Pedagógico Institucional - UCPel orientadoras da personalidade institucional como os princípios acadêmico-educacionais: a identidade católica (solidariedade, alteridade e ética), a concepção interacionista de aprendizagem e a lógica da complexidade, traduzidos nos valores ético-cristãos e humanísticos, na visão científica, na capacidade e disposição para o autoaperfeiçoamento permanente, na vivência da fraternidade e do ser para o outro na compreensão das diferenças, na acolhida, na justiça e na equanimidade.

Diante disso, o PPI aponta para uma direção, uma ação intencional definida por um planejamento coletivo, não restrito a um período pré-determinado, mas em consonância com a Visão, com a Missão e os Valores originados da identidade católica da Universidade.

Resultado de Avaliações Externas

Assumindo a qualidade como condição básica na oferta de serviços educacionais, a UCPel, entre outras iniciativas, apóia-se na Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem como objetivo promover a condução e coordenação dos processos de avaliação institucional, em todos os seus níveis e instâncias, atuando com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade.

E, no contexto da avaliação externa, a UCPel tem passado sistematicamente por diferentes processos, envolvendo o credenciamento institucional, a autorização de novos cursos, e a renovação do reconhecimento cursos já existentes.

Nesse contexto, cabe ressaltar o desempenho obtido pela Instituição nos últimos processo de avaliação externa, tais como o Conceito Institucional e o Índice Geral de Cursos (IGC). O primeiro corresponde a uma avaliação *in loco* feita por especialistas do MEC; o segundo considera o desempenho de todos os cursos da Instituição com relação ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), ao corpo docente, à pós-graduação, à infraestrutura etc.). Em ambos a Universidade tem conceito 4, numa categorização que vai de um a cinco.

7.4.3 Faculdade Anhanguera de Pelotas

A Faculdade Anhanguera de Pelotas é uma instituição de ensino superior privada, particular no sentido estrito, com limite territorial de atuação circunscrito

ao município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela "AEL" – Anhanguera Educacional Ltda. A entidade mantenedora "AEL" – Anhanguera Educacional Ltda. é pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, sediada na Alameda Maria Tereza, nº2.000 – Bairro Dois Córregos – CEP 13278-181, no município de Valinhos, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.808.792/0001-49 e foi fundada em 15 de julho de 2003, como "AESA" – Anhanguera Educacional S.A. Em 06 de setembro de 2010 teve sua natureza jurídica (tipo societário) alterada de Anhanguera Educacional S.A. para ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA. (Sociedade Empresária Limitada), e seu novo CONTRATO SOCIAL registrado na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 25 de outubro de 2010, sob nº 380.452/10-8. Desde a sua fundação, a IES preocupou-se em dar continuidade ao compromisso que assumiu com a comunidade no atendimento às necessidades sociais existentes na cidade, fazendo cumprir o Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09/01/2001 e a missão institucional.

A responsabilidade social da Instituição enfatiza a inclusão social e o desenvolvimento econômico, cultural e profissional daqueles que, direta ou indiretamente, são sujeitos de suas ações. Logo, o seu papel é o de fortalecer a democracia por meio de uma prática participativa, que responde à demanda de sua comunidade interna, do seu entorno e da sociedade. Para tanto, incorpora conceitos éticos, promove a cidadania individual e coletiva e difunde valores e práticas ambientalistas por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de ensino de graduação efetiva-se pela busca de um ensino de qualidade, atende às legislações e normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e compromete-se com a inovação científica e tecnológica na formação de profissionais que se instrumentam para a construção do seu próprio conhecimento.

Fundamentados neste pressuposto, os cursos de graduação e pós-graduação propõem a formação de sujeitos éticos e autônomos, aptos a promoverem o desenvolvimento socioeconômico, cultural, local, regional e nacional, e a atuarem no meio social, auxiliando na solução de problemas de interesse coletivo e desenvolvimento sustentável.

A instituição mantém convênio com várias empresas da região. A partir dos convênios firmados são concedidas aos estudantes bolsas de estudos parciais. Essas bolsas têm por objetivo auxiliar os estudantes vinculados às instituições

conveniadas, sejam empresas públicas ou privadas, sindicatos, organizações e associadas de classe.

A Faculdade Anhanguera Educacional acompanha a evolução acadêmica e profissional de seus egressos por meio de pesquisas que geram informações sobre emprego e renda dos ex-alunos, condições enfrentadas no mercado de trabalho, as novas aspirações e projetos acadêmicos, bem como a percepção de qualidade sobre a formação recebida pela Instituição.

A IES, também, adota estratégias para manter o egresso em contato com a Instituição, além de viabilizar a sua participação em atividades científicas, culturais e de ensino e em cursos que oferece. Estas estratégias são desencadeadas, principalmente, pelas coordenações dos cursos de graduação e coordenação pedagógica.

O apoio pedagógico proporcionado pela coordenação de curso, coordenação pedagógica e comissão própria de avaliação tem por objetivos o propósito de auxiliar, orientar e encaminhar os estudantes, nos âmbitos pedagógico, administrativo e pessoal, por meio de ações, projetos e programas.

Há também a Sala Virtual, ferramenta pedagógica utilizada pelos docentes e discentes. Nela os professores disponibilizam o material utilizado e fazem sugestões de leituras complementares das disciplinas com a opção de *download* de arquivo.

Nivelamento é o termo adotado pelo MEC para identificar as ações de revisão dos conteúdos do ensino médio, ou de instrumentação, que a IES oferece aos alunos ingressantes para lhes possibilitar um bom desempenho nas disciplinas do curso.

Durante estes três últimos anos podemos identificar a consolidação da IES, a partir do desenvolvimento e crescimento da Faculdade Anhanguera de Pelotas, no que se refere: a autorização de diferentes cursos, e processos de reconhecimento, renovação e credenciamento. Concomitantemente a IES tem uma expansão em seu contingente de estudantes devido a qualidade de ensino em consonância com as políticas nacionais de democratização do ensino superior e técnico. Considerando que a IES está localizada em uma cidade tradicionalmente universitária é extremamente pertinente elucidar: as aprovações em diferentes processos seletivos (OAB, concursos públicos nas áreas de Educação, Saúde, Administração e Assistência Social).

CONCEITOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O mapeamento avaliativo dos cursos é um importante processo para o aperfeiçoamento contínuo da Instituição; por meio dele, identificam-se as fragilidades, potencialidades e diretrizes para melhorar as dimensões: acadêmicas, pedagógicas e administrativas.

No quadro, abaixo, os conceitos obtidos nas avaliações externas:

CURSOS	CPC			IGC		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Administração		3		4	3	3
Ciências Biológicas	3			4	3	3
Direito		3		4	3	3
Educação Física (Licenciatura)	3			4	3	3
Enfermagem			sc	4	3	3
Engenharia Civil				-	-	-
Engenharia de Produção				-	sc	sc
Engenharia Mecânica				sc	sc	sc
Fisioterapia				-	-	-

	2009	2013
CI – Conceito Institucional	4	4

Fonte: e-MEC, disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>

7.4.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul),

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFSul, cuja sede administrativa está localizada em Pelotas/RS, é formado por quatorze câmpus: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do

Livramento, Sapiranga, Lajeado, Gravataí, Jaguarão e Novo Hamburgo (em implantação).

O Instituto Federal, caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica.

A Instituição reúne elementos singulares para a definição de sua identidade, assumindo papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Fonte: http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=43

7.4.5 Faculdade de Tecnologia SENAC – Pelotas

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul - Senac-RS, ao longo dos seus 67 anos de história como instituição de educação profissional, mantém-se atualizado no desenvolvimento de um excelente nível da formação de profissionais preparados para atender e acompanhar as constantes mudanças do mundo do trabalho. O Senac-RS integra a Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul - Fecomércio-RS, representada pelas quase 600 mil empresas do setor terciário, que geram no Estado um milhão e 400 mil empregos formais. Desde o início das atividades no Ensino Superior, o Senac-RS busca permanentemente a melhoria da qualidade dos serviços, oferecendo uma excelente infraestrutura, professores qualificados e uma metodologia diferenciada à prática educacional, preparando profissionais competentes para o mercado de trabalho.

Fonte: <http://portal.senacrs.com.br/unidades.asp?unidade=78>

7.5 Gestão e Financiamento - Formação e valorização, gestão democrática e financiamento

Pensar a organização do trabalho pedagógico e a gestão da escola, na perspectiva exposta e tendo como fundamento o que dispõem os artigos 12 e 13 da LDB, pressupõe conceber a organização e gestão das pessoas, do espaço, dos processos, procedimentos que viabilizam o trabalho de todos aqueles que se inscrevem no currículo em movimento expresso no projeto político pedagógico.

normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão, segundo o artigo 12, a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;*
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;*
- III – assegurar o cumprimento dos anos, dias e horas mínimos letivos estabelecidos;*
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;*
- V – prover meios para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;*
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;*
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;*
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes menores que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (inciso incluído pela Lei nº 10.287/2001).*

Conscientes da complexidade e da abrangência dessas tarefas atribuídas às escolas, os responsáveis pela gestão do ato educativo sentem-se, por um lado, pouco amparados, face à desarticulação de programas e projetos destinados à qualificação da Educação Básica; por outro, sentem-se desafiados, à medida que se tornam conscientes de que também eles se inscrevem num espaço em que necessitam preparar-se, continuamente, para atuar no mundo escolar e na sociedade. Como agentes educacionais, esses sujeitos sabem que o seu compromisso e o seu sucesso profissional requerem não apenas condições de trabalho. Exige-lhes formação continuada e clareza quanto à concepção de organização da escola: distribuição da carga horária, remuneração, estratégias claramente definidas para a ação didático-pedagógica coletiva que inclua a pesquisa, a criação de novas abordagens e práticas metodológicas incluindo a produção de recursos didáticos adequados às condições da escola e da comunidade em que esteja ela inserida, promover os processos de avaliação institucional interna e participar e cooperar com os de avaliação externa e os de redes de Educação Básica. Pensar, portanto, a organização, a gestão da escola é entender que esta, enquanto instituição dotada de função social, é palco de interações em que os seus atores colocam o projeto político-pedagógico em ação compartilhada.

Nesse palco está a fonte de diferentes ideias, formuladas pelos vários sujeitos que dão vida aos programas educacionais.

Acrescente-se que a obrigatoriedade da gestão democrática determinada, em particular, no ensino público (inciso VIII do artigo 3º da LDB), e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino nos artigos 12 e 13, que preveem decisões coletivas, é

medida desafiadora, porque pressupõe a aproximação entre o que o texto da lei estabelece e o que se sabe fazer, no exercício do poder, em todos os aspectos. Essa mudança concebida e definida por poucos atinge a todos: desde a família do estudante até os gestores da escola, chegando aos gestores da educação em nível macro. Assim, este é um aspecto instituidor do desafiante jogo entre teoria e prática, ideal e realidade, concepção de currículo e ação didático-pedagógica, avaliação institucional e avaliação da aprendizagem e todas as exigências que caracterizam esses componentes da vida educacional escolar.

O artigo 3º da LDB, ao definir os princípios da educação nacional, prevê a valorização do profissional da educação escolar. Essa expressão estabelece um amálgama entre o educador e a educação e os adjetiva, depositando foco na educação. Reafirma a ideia de que não há educação escolar sem escola e nem esta sem aquele. O significado de escola aqui traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

A leitura dos artigos 67 e 13 da mesma Lei permite identificar a necessidade de elo entre o papel do professor, as exigências indicadas para a sua formação, e o seu fazer na escola onde se vê que a valorização profissional e da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de padrão de qualidade (artigo 4º, inciso IX). Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores da Educação (FUNDEB) define critérios para proporcionar aos sistemas educativos e às escolas apoio à valorização dos profissionais da educação. A Resolução CNE/CEB nº 2/2009, baseada no Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que trata da carreira docente, é também uma norma que participa do conjunto de referências focadas na valorização dos profissionais da educação, como medida indutora da qualidade do processo educativo. Tanto a valorização profissional do professor quanto a da educação escolar são, portanto, exigências de programas de formação inicial e continuada, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos estudantes;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - 2013

8. Temas Transversais

8.1 Educação Integral

A educação é por definição integral na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e se dá como processo ao longo de toda a

vida. Assim, educação integral não é uma modalidade de educação, mas sua própria definição.

Espaços, dinâmicas e sujeitos são objeto de aprendizagem e também seu fim, o sentido próprio para o qual converge a construção de qualquer conhecimento. Assim, mais do que um conjunto de espaços, a cidade é compreendida como território educativo e o binômio escola-comunidade é sua síntese.

Nessa perspectiva, todos – escola, família, comunidade e a própria cidade –, são educadores e aprendizes de um mesmo e colaborativo processo de aprendizagem.

Fundamentalmente, a educação integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos compartimentados do currículo tradicional e compreende a vida como um grande percurso de aprendizado e reconhece a própria como uma grande, permanente e fluída escola.

Comumente, traçando um paralelo entre todas essas ações, o que caracteriza uma política de educação integral é a articulação intersetorial. Ou seja, educar um indivíduo integralmente depende necessariamente da articulação do próprio poder público – é uma tarefa que não pode ser exclusiva das secretarias de educação. Ao contrário, ela prevê necessariamente a integração e interlocução das agendas, políticas e, na medida do possível, receitas e orçamentos das mais diferentes frentes: esporte, cultura, assistência social, habitação, transportes, planejamento, etc.

A educação integral visa ampliar a exposição das crianças e jovens na busca pela equidade e pela qualidade na educação, considerando que não é apenas sinônimo de mais tempo na escola. Nesse sentido, garantir educação integral requer mais que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária, exigindo do sistema de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas de governo não só o compromisso para que a educação seja de tempo integral, mas também um projeto pedagógico diferenciado, a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para sua implantação. Assim, as orientações do Ministério da Educação para a educação integral apontam que ela será o resultado daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades, que podem e devem contribuir para ampliar os tempos, as oportunidades e os espaços de formação das crianças, adolescentes e jovens, na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

Dentre as possibilidades de auxílio para o atendimento dessa meta, podemos citar o § 1º do Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o programa **Mais Educação** e define educação em tempo integral como a jornada

escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

Neste contexto, atualmente, a rede municipal de educação do território de Pelotas possui duas modalidades de educação em tempo integral:

- **escolas de educação infantil que prestam atendimento em tempo integral:** 25 das 27 escolas de educação infantil, 92,6% das escolas, com 1.855 matrículas, 93,5% das matrículas;

- **e escolas que aderiram ao Programa Mais Educação:** 29 das 61 escolas de ensino fundamental, 47,5% das escolas, com 2.630 matrículas, 14,7% das matrículas.

Em relação às escolas da rede estadual, temos o seguinte desenho: das 53 escolas, 28 (52,8% das escolas) aderiram ao programa, com uma matrícula em torno de 10% do total de alunos, de 2.379 alunos.

Fontes: Ministério da Educação e Fundação Itaú Social

8.2 Qualidade na Educação

O **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

As tabelas abaixo apresentam a série histórica do Ideb (2007-2013) medido e sua respectiva meta projetada, pelo Ministério da Educação, da Rede Pública do município de Pelotas.

Série histórica do IDEB da Rede Pública Municipal

Ensino Fundamental	2007	Meta Projetada	2009	Meta Projetada	2011	Meta Projetada	2013	Meta projetada
Média Anos	3,6	3,7	4,0	4,0	4,5	4,4	3,9	4,7

Iniciais									
Média Anos Finais	2,9	3,2	3,1	3,4	3,4	3,7	3,5	4,1	

Série histórica do IDEB da Rede Pública Estadual

Nível de ensino	2007	Meta Projetada	2009	Meta Projetada	2011	Meta Projetada	2013	Meta Projetada
EF Anos Iniciais	4,2	4,1	4,4	4,4	4,5	4,8	4,9	5,1
EF Anos Finais	2,9	3,2	3,1	3,4	3,1	3,7	3,3	4,2

Série histórica do IDEB da Rede Pública

Nível de ensino	2007	Meta Projetada	2009	Meta Projetada	2011	Meta Projetada	2013	Meta Projetada
EF Anos Iniciais	4,0	3,9	4,2	4,2	4,5	4,6	4,5	4,9
EF Anos Finais	2,9	3,2	3,2	3,4	3,3	3,7	3,4	4,1

8.3 Educação Especial

A concepção da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva busca superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Essa compreensão orienta que a oferta do AEE será planejada para ser realizada em turno inverso ao da escolarização, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino. Dado o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades, a Política visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e inova ao trazer orientações pertinentes às condições de acessibilidade.

Com esta concepção, o atendimento educacional especializado não deve ser entendido como substitutivo à escolarização realizada em classe comum das diferentes etapas da educação regular, mas sim como mecanismo que viabilizará a melhoria da qualidade do processo educacional.

Acompanhamento e Avaliação

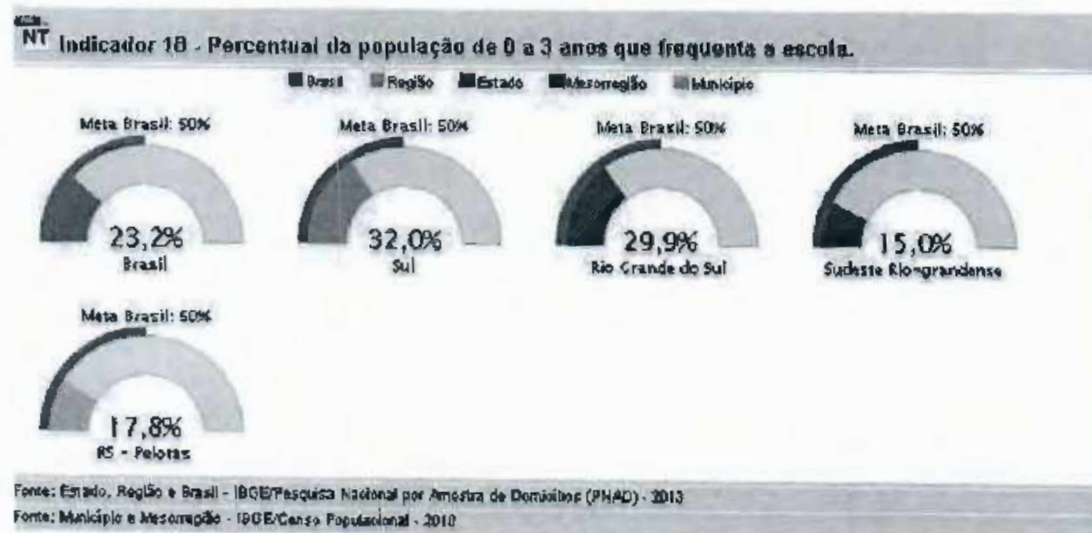
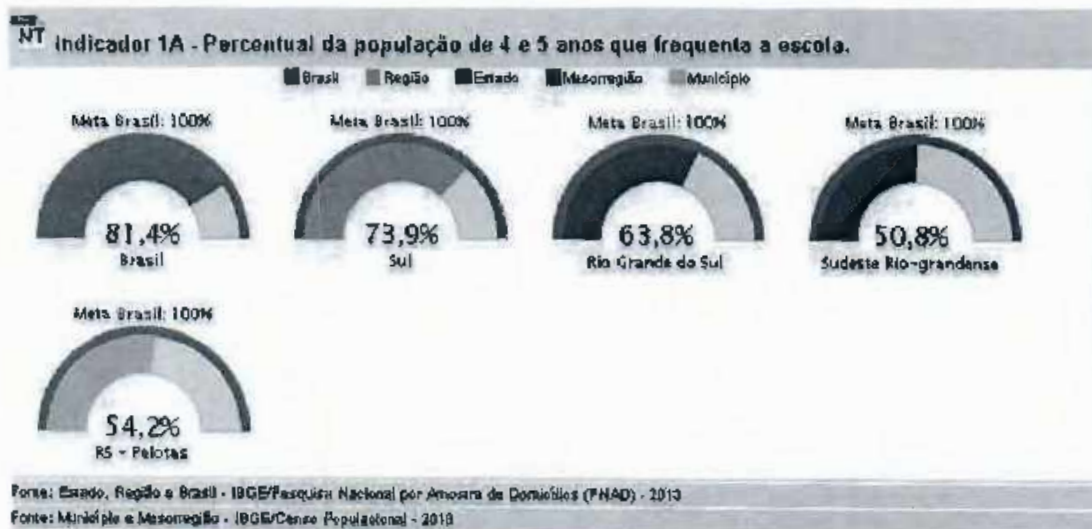
Em cumprimento ao disposto no artigo 5 da Lei 13.005/2014, que preconiza que a execução do plano e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas e frente à importância do Plano Municipal de Educação do território de Pelotas, faz-se necessário estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação para que as metas e estratégias elencadas neste documento constituam-se em políticas públicas referentes ao decênio 2015 a 2024.

O Fórum Municipal de Educação, constituído após a promulgação da lei municipal, irá monitorar, acompanhar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME decênio 2015-2024.

Enquanto sistema municipal de ensino é da competência do Conselho Municipal de Educação participação primordial nesse processo, devendo a Secretaria Municipal de Educação e Desporto garantir apoio técnico e administrativo para as ações de acompanhamento e avaliação.

A coordenação do Fórum Municipal de Educação, que compete à SMED e ao CME, será responsável por organizar, na periodicidade prevista na lei e sempre que julgar necessário, seminários, audiências públicas e conferências municipais para que a sociedade civil, as diferentes redes de ensino e instituições educacionais possam acompanhar a execução e a avaliação do PME.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.



Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

NT Indicador 2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

NT Indicador 2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

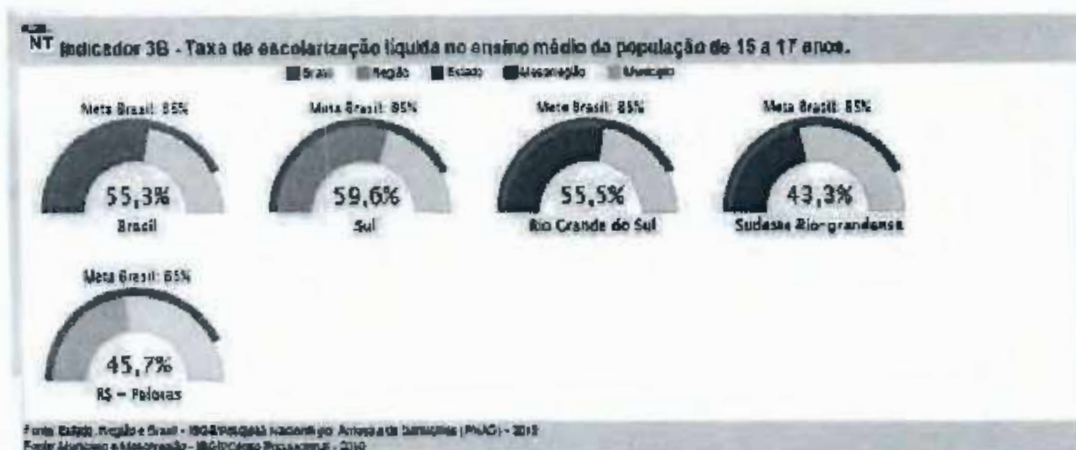


Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.

Meta 3 – Ensino Médio

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).



Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 4 – Inclusão

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicas ou conveniados.



Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 5 – Alfabetização Infantil

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.



Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 6 – Educação Integral

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) de educação básica.



Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

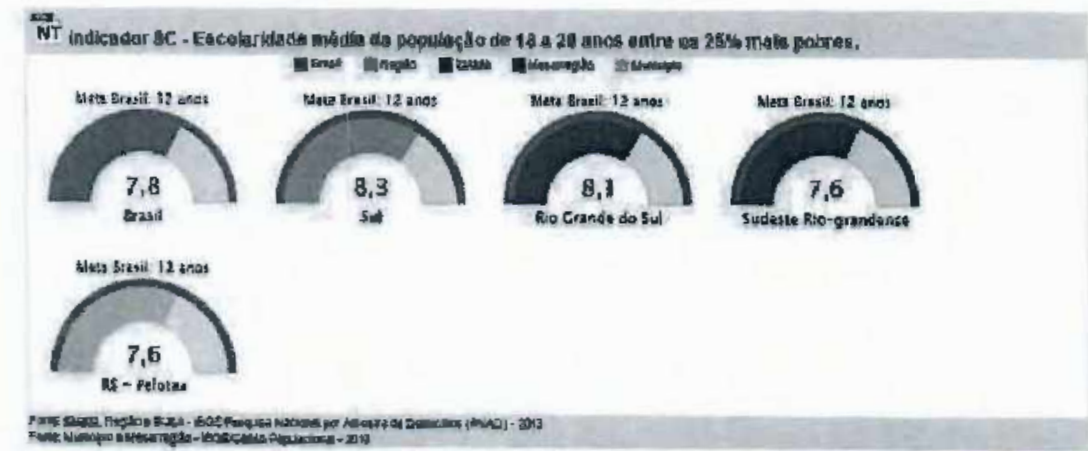
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,5	4,7	5,0	5,3
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a

escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 8 – Elevação da escolaridade/Diversidade

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



NT Indicador 8D - Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.



Fonte: IBGE, Região e Brasil - IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2010
 Fonte: Município e Região - IBGE Censo Populacional - 2010

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

NT Indicador 9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.



Fonte: Região e Brasil - IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2010
 Fonte: Município e Região - IBGE Censo Populacional - 2010



Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissionais.

Meta 10 – EJA Integrada

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissionais.



Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 12 – Educação Superior

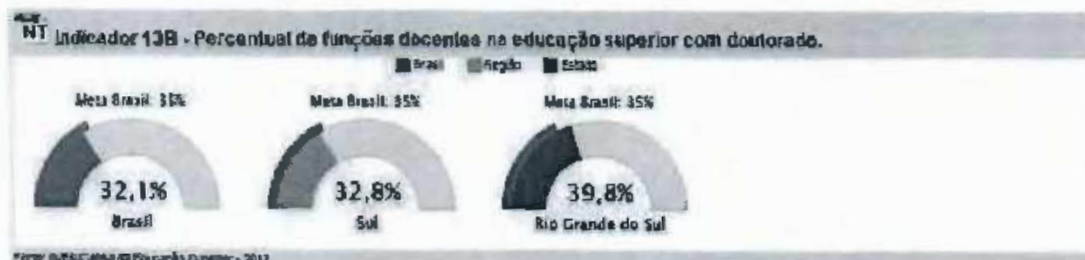
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.



Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 13 – Qualidade da Educação Superior

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.



Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 14 – Pós-Graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

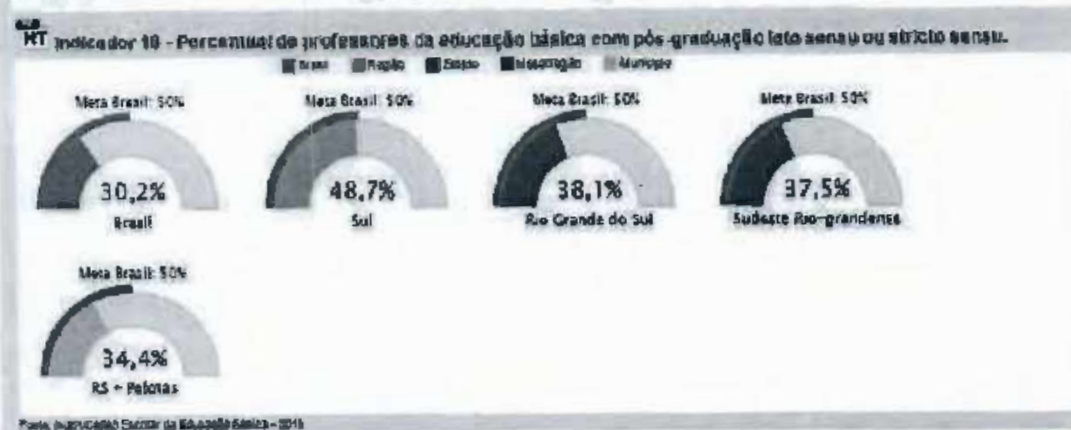


Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 16 – Formação

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência desta PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.



Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.



Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Eixo 1: Educação Infantil

Metas 1, 6 e 7

Estratégias

- 1.1. definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2. realizar, anualmente, com a SMED, CME/Pelotas e Promotoria da Educação, levantamento da educação infantil da população de 0 a 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta e reprimida;
- 1.3. garantir a implantação, até o segundo ano de vigência deste PME, da avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade entre outros indicadores relevantes;
- 1.4. assegurar que todas as escolas de educação infantil, públicas e privadas credenciadas, tenham formulado seus Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares com a participação das comunidades envolvidas adequando-os às normas do Sistema de Ensino.
- 1.5. priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.6. garantir o atendimento das populações do campo, indígenas, quilombolas, ciganos e povos itinerantes na educação infantil, nas respectivas comunidades, de forma a atender as suas especificidades, particularidades históricas e culturais, assegurando o direito à educação;
- 1.7. realizar diagnóstico da demanda na educação especial, com a criação de um grupo de trabalho, institucionalizando e/ou ampliando parcerias, via CAPTA/SMED e outras instituições públicas e privadas de diferentes esferas do conhecimento, a fim de garantir a ampliação do atendimento em salas de recursos multifuncionais;
- 1.8. garantir escolas polo e/ou outras formas de atendimento de educação infantil pública em educação especial, bem como o número de profissionais especializados e auxiliares de apoio, considerando o diagnóstico de demanda e georreferenciamento;

1.9. preservar as especificidades da educação infantil, na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e à articulação com a etapa escolar seguinte do sistema municipal público, visando o ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.10. buscar parceria com o Estado para que as inscrições da educação infantil sejam feitas por meio da Central de Vagas, como ocorre com o Ensino fundamental e médio;

1.11. alterar a nomenclatura das escolas da rede municipal para Escolas Municipais de Educação Básica, quando atenderem educação infantil e ensino fundamental, após aprovação do PME, através de Decreto;

1.12. garantir, através do FME/Pelotas, mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças da educação infantil, em especial dos beneficiários dos programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.13. assegurar e adequar o transporte escolar às necessidades dos alunos com deficiência e do Campo na educação e infantil;

1.14. garantir o acesso dos alunos da educação infantil ao ensino fundamental, preferencialmente, nas escolas próximas geograficamente;

1.15. promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03(três) anos;

1.16. garantir, na escola, políticas de combate à violência escolar, inclusive com o desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

1.17. promover, em parceria com as diferentes redes de ensino, encontros, seminários, reuniões, oficinas e debates para tratar sobre temas como bullying, violência doméstica, drogas, gravidez na adolescência, preconceito e discriminação, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, com formação específica para os profissionais da educação;

1.18. constituir grupos de trabalho para estudar as concepções da educação integral na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e no EJA estabelecendo as mais adequadas à rede municipal de ensino, até o 2º ano de vigência deste PME;

1.19. promover a regulação da oferta da educação infantil, pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da legislação vigente, sob a responsabilidade da SMED e do CME;

1.20. ampliar, na rede pública, o atendimento em educação especial garantindo que, quando não houver capacidade e/ou infraestrutura, este atendimento

seja realizado mediante convênios com as instituições de educação especial para pessoas com deficiências mentais moderadas, severas e transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, cegos, surdos, deficientes auditivos e visuais;

1.21. assegurar a implementação de projetos, na educação infantil, através de professores especializados nas áreas de arte, música e educação física.

1.22. assegurar a permanência de cuidadores, nas redes públicas de educação infantil, para atendimento de alunos especiais, deficientes, em turmas regulares;

1.23. assegurar o espaço físico de 1,5 (um e meio) metros quadrados por aluno em sala de aula, excetuados os mobiliários;

1.24. *universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, inclusive com aquisições de vagas em escolas privadas, caso necessário*

1.25. assegurar a implementação e projetos, na educação infantil, através de professores especializados nas áreas de arte, música, educação física e; cuidadores nas turmas com alunos especiais, deficientes;

1.26. assegurar o cumprimento da legislação pertinente ao número de alunos por turma respeitado o número de professores;

1.27. incentivar a criação e a manutenção de projetos escolares complementares nas áreas esportiva, ambiental, artística e cultural na educação infantil, com a finalidade de desenvolver aspectos sócio emocionais, culturais e cognitivos; ampliação de repertório e desenvolvimento psicomotor, garantindo espaços físicos adequados e condições de locomoção;

Eixo 2: Ensino Fundamental

Metas 2, 5, 6 e 7

Estratégias

2.1 elevar o nível de aprendizagem dos alunos através da implantação, de maneira gradativa, de propostas e/ou programas de acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, sob a responsabilidade das redes de ensino envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar;

2.2 implementar a chamada pública para intensificar a busca ativa de crianças e adolescentes, que estejam fora da escola, e formalizar parcerias com as Secretarias, em especial, da Saúde, da Justiça Social da Segurança e instituições públicas para garantia de direitos.

2.3 promover e incentivar parcerias entre as comunidades escolares e instituições que possibilitem atividades culturais aos alunos, dentro e fora do âmbito escolar, oportunizando ações durante todo o ano letivo;

2.4 promover e incentivar práticas esportivas nas escolas, no seu entorno ou em outros espaços adequados, com o objetivo de ampliar o desporto educacional em conjunto com professores de educação física da Rede, Secretarias e/ou instituições da área da cultura, do turismo, da cidadania, da saúde da segurança;

2.5 promover maior integração entre os docentes da educação infantil, dos anos iniciais, dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, através de cursos, seminários, oficinas e reuniões, para revisão e melhor formatação dos currículos com o objetivo de qualificar a aprendizagem, dentro da carga horária do profissional, garantindo o atendimento aos alunos;

2.6 garantir a inclusão da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo em todos os níveis e modalidades, desenvolvendo um processo de suporte, junto às escolas, para melhor observação da prática educativa correspondente às Leis acima citadas, para sistematização de estudos e melhor compreensão das culturas afro-brasileira, africana, cigana, dos povos itinerantes e indígenas;

2.7 intensificar a oferta da educação infantil no que diz respeito à pré-escola e ao Ensino Fundamental, para populações do campo, indígenas e quilombolas, em suas próprias comunidades ou o mais próximo delas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas;

2.8 garantir o atendimento aos alunos, filhos de profissionais que desempenham atividades com características itinerantes e econômicas de perfil pendular e sazonal, oferecendo uma educação de qualidade de acordo com especificidades curriculares e avaliativas;

2.9 promover maior integração, entre as escolas e a equipe responsável pelos programas de transferência de renda do município, dialogando, sistematicamente, sobre o rendimento e a frequência escolar;

2.10 incentivar a criação e a manutenção de projetos escolares complementares nas áreas esportiva, ambiental, artística e cultural no ensino fundamental, com a finalidade de desenvolver aspectos sócio emocionais, culturais e cognitivos; ampliação de repertório e desenvolvimento psicomotor, garantindo espaços físicos adequados e condições de locomoção;

2.11 promover, em parceria com as diferentes redes de ensino e outras instituições, encontros, seminários, reuniões, oficinas e debates para tratar sobre temas como bullying, violência doméstica, drogas, gravidez na adolescência, preconceito e discriminação envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, com formação específica para os profissionais da educação;

2.12 desenvolver ações efetivas, especificamente voltadas para promoção, prevenção, atenção e atendimento a alunos com baixo rendimento, observando, especialmente, a relação de ensino e de aprendizagem, bem como os instrumentos de avaliação aplicados, conforme a lei 9394/96;

2.13 acompanhar e garantir, a partir do 1º ano de vigência deste PME, que os índices de distorção idade/série, em todo o ensino fundamental, sejam, gradativamente, reduzidos, tendo como foco a aprendizagem de qualidade;

2.14 requerer apoio e acompanhamento de instituições e/ou órgãos públicos, que colaborem com a assistência social e saúde da infância, da adolescência, da juventude e na proteção da família, no que tange ao atendimento de alunos que se encontrem em situação de abandono, distorção idade/série e evasão, dando suporte para escolas e famílias;

2.15 promover cursos de formação para a atualização e capacitação dos professores do ensino fundamental, em parceria com instituições de ensino e/ou fundações, para melhor atender alunos que se encontrem em situação de distorção idade/série e reprovação;

2.16 reduzir os índices de evasão, repetência e abandono, garantindo a parceria com os órgãos corresponsáveis pela busca do aluno, implementando práticas pedagógicas que colaborem com a permanência e com o aumento dos indicadores de aproveitamento escolar dos alunos nessas situações e que a família também seja responsável;

2.17 assegurar, nas escolas, a manutenção da acessibilidade, das condições sanitárias, da ventilação, da iluminação e dos espaços de recreação, visando maior qualidade ao ambiente escolar, favorecendo, assim, as práticas pedagógicas;

2.18 estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

2.19 programar e implantar, até o final do 1º ano de vigência deste plano, ações pedagógicas, nas escolas de ensino fundamental, em turno inverso, para os alunos com baixo rendimento escolar elevando, assim, o nível de aprendizagem;

2.20 fortalecer ações de formação continuada, oferecidas pelas redes de ensino, para docentes das classes de apoio, com o objetivo de qualificar, cada vez mais, o atendimento pedagógico para os alunos;

2.21 acompanhar e monitorar o atendimento dos alunos nas classes de apoio, com o objetivo de verificar o rendimento escolar e a eficiência dessa prática;

2.22 disponibilizar material didático, específico para alfabetização dos alunos quilombolas, indígenas, do campo e também dos alunos com deficiência física ou intelectual, dando-lhes, assim, uma melhor qualidade de ensino;

2.23 apoiar a alfabetização de alunos com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue, Sistema Braille, dentre outros, sem estabelecimento de terminalidade temporal, garantindo professor auxiliar, com formação, para auxílio nas aulas;

2.24 criar instrumentos próprios de monitoramento e avaliação para aferir a alfabetização das crianças, aplicadas a cada ano, atendendo às especificidades da educação especial;

2.25 dar continuidade à implementação de novas tecnologias educacionais, com profissionais especializados, firmando parcerias com instituições;

2.26 ampliar, na rede pública, atendimento em educação especial, garantindo que, quando não houver capacidade e/ou infraestrutura, este atendimento seja realizado mediante convênios com as instituições de educação especial para pessoas com deficiências mentais moderadas ou severa e transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, cegos, surdos, deficientes auditivos e visuais;

2.27 constituir grupos de trabalho para estudar as concepções da educação integral na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e no EJA e estabelecer as mais adequadas à rede municipal de ensino, até o segundo ano de vigência deste PME;

2.28 aderir às diretrizes pedagógicas para a educação básica e à base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade local, regional, sociocultural, econômica, dentre outras;

2.29 garantir transporte gratuito, com acessibilidade, para todos (as) os (as) estudantes da zona do campo, na educação escolar obrigatória, respeitando normas de segurança vigentes;

2.30 implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens, que se encontrem em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

2.31 garantir grupos de profissionais específicos regionalizando atendimentos multidisciplinares;

2.32 constituir neste Plano Municipal de Educação a garantia do ensino religioso como uma das áreas do conhecimento a serem trabalhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, uma vez que é direito do aluno e dever da escola, conforme legislação federal Lei 9475/97, cumprindo os pareceres e resoluções da legislação vigente;

2.33 garantir espaço para que a SMED trabalhe sempre em parceria com a entidade civil (CONER) conforme artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases;

2.34 realizar concurso público para o provimento de professores de ensino religioso da rede pública municipal (Resolução CEE/RS 256/2000);

2.35 garantir o funcionamento e manutenção dos laboratórios de informática em todas as escolas da rede de ensino para ampliar o uso das tecnologias da informação e comunicação do ambiente escolar e qualificar o trabalho pedagógico;

2.36 assegurar que todas as escolas de ensino fundamental públicas e privadas credenciadas tenham formulados seus projetos político- pedagógicos e regimentos escolares com a participação das comunidades envolvidas adequando-os às normas dos respectivos sistemas de ensino;

2.37 valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a melhorar seu rendimento médio quando do atendimento de alunos especiais, deficientes, em turmas regulares;

2.38 incluir a temática contra à violência as mulheres e meninas no currículo das Escolas Municipais da cidade de Pelotas;

Eixo 3: EJA e Ensino Médio

Metas 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11

Estratégias

3.1 estabelecer ações que viabilizem a garantia das vagas para todos os estudantes concluintes do ensino fundamental para o ingresso no ensino médio, nas modalidades ofertadas pela rede municipal e estadual de ensino, garantindo a progressiva universalização do acesso e da permanência;

3.2 assegurar a escolaridade dos estudantes, do ensino fundamental, concluintes da educação de jovens e adultos, através da articulação da oferta de vaga no ensino médio da rede municipal e estadual;

3.3 pactuar entre o Município, o Estado e a União no âmbito da instância permanente, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio, respeitando as particularidades socioculturais e históricas de cada região;

3.4 estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos (as) jovens, beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, de preconceito e de violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce; em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.5 promover a busca ativa, em parceria com o Estado, da população de 15 a 17 anos, fora da escola, identificando a demanda de cada ente federado; em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.6 aderir a programas de educação e de cultura para a população jovem, urbana e do campo, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de população adulta com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.7 identificar motivos de evasão escolar, de maneira a estimular o retorno desses estudantes à rede pública regular de ensino, promovendo a assistência necessária à família e ao estudante para a permanência na escola;

3.8 implementar políticas e projetos de prevenção à evasão, motivada pelos mais diferentes fatores, evitando-se quaisquer formas de preconceito e discriminação;

3.9 promover e estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas, científicas e humanas;

3.10 realizar um diagnóstico para identificar a demanda do nível de analfabetismo da população, promovendo campanhas informativas de incentivo ao acesso e permanência na educação de jovens e adultos a partir do primeiro ano de vigência do Plano;

3.11 promover e expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica, garantindo o atendimento do PNE e do PEE, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

3.12 promover, em parceria com áreas da saúde, da assistência social e psicológica, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais em situações de vulnerabilidade social, bem como aos alunos com deficiência;

3.13 realizar estudos para adequar a oferta de educação de jovens e adultos, principalmente para a população do campo;

3.14 disponibilizar espaço físico nas escolas municipais para, em parceria com o Estado, oferecer o ensino médio na modalidade EJA no campo e na periferia;

3.15 garantir saídas de campo, com o objetivo de participação em eventos culturais e visitas guiadas, desde que justificadas pedagogicamente;

3.16 promover a articulação da educação entre órgãos e políticas públicas da saúde, da assistência social e dos direitos humanos, em parceria com as famílias, com a finalidade de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar das pessoas com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória;

3.17 incentivar as instituições de ensino da rede municipal, na elaboração e execução de projetos e/ou adesão a programas exequíveis, que despertem o interesse pelo aprendizado e estimulem a permanência dos alunos na escola, em parceria com instituições públicas;

3.18 oferecer qualificação profissional, por meio de convênios e ou parceria com instituições públicas, e, somente depois de esgotadas as possibilidades dentro do cerne público ou não havendo disponibilidade dentro dessa instância, com o setor privado, aos alunos matriculados e frequentes na modalidade EJA, contemplando as etapas iniciais (alfabetização), finais e ensino médio, da área urbana e do campo;

3.19 realizar estudo de demanda para ofertar a modalidade EJA, caso o diagnóstico aponte necessidade no turno diurno, garantindo espaço físico;

3.20 formar parcerias e/ou convênios, prioritariamente, com instituições públicas, que ofereçam formação técnica profissional na modalidade a distância e/ou presencial;

3.21 promover, por meio de parceria e/ou convênios, cursos preparatórios para ingresso em instituições que ofereçam cursos profissionalizantes e que exijam processos de seleção;

3.22 possibilitar a expansão da oferta de educação profissional técnica, em nível médio, nas redes públicas de ensino e incentivar nas redes privadas;

3.23 incentivar melhoria nos níveis de frequência em cursos técnicos de formação profissional, oferecidos no Município e região, conforme necessidade local;

3.24 construir ações em parceria com o Estado e instituições federais para a oferta de educação profissional que contemple as demandas regionais;

3.25 implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontrem em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

3.26 ampliar na rede pública, o atendimento aos alunos na educação especial, garantindo que quando não houver capacidade técnica e/ou infraestrutura, este atendimento seja realizado mediante convênios com as instituições de educação especial para pessoas com deficiências mentais moderada ou severa, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, cegos, surdos, deficientes auditivos e visuais;

3.27 promover, em parceria com as diferentes redes de ensino, encontros, seminários, reuniões, oficinas e debates para tratar sobre temas como bullying, violência doméstica, drogas, gravidez na adolescência, preconceito e discriminação, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, com formação específica para os profissionais da educação;

3.28 aderir às diretrizes pedagógicas para a educação básica e à base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade local, regional, sociocultural, econômica, dentre outras;

3.29 garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo, respeitando normas de segurança vigentes;

3.30 garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores, para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

3.31 garantir, ampliar e qualificar os espaços de formação continuada e permanente para professores(as) que atuam na educação de jovens e adultos;

3.32 reestruturar o currículo, tendo como base a questão da alfabetização, letramento e alfabetização matemática e atualidades, levando em conta a estruturação temporal da EJA, incluindo as disciplinas profissionalizantes na base curricular das escolas, quando propostas em PPPs e Regimentos Escolares;

3.33 facilitar o acesso aos cursos do PRONATEC para os alunos oriundos das escolas de ensino fundamental;

3.34 realizar diagnóstico, para identificar a demanda e o nível de analfabetismo da população, para dar suporte no atendimento das estratégias, em especial, do eixo 01 deste PME e meta 07 do PNE, assegurando a qualidade na educação;

3.35 promover e garantir a criação de ensino médio, inclusive na modalidade de EJA, dentro da escola de surdos, com o comprometimento de buscar alunos que não estão inseridos na rede de ensino, em parceria com o poder público;

3.36 garantir a ampliação do número de passagens escolares, para incluir os apoios e projetos em turno inverso e, progressivamente, o passe livre para todos os estudantes da rede pública;

3.37 manter a disciplina de Prática Integrada, para todos os alunos que não estiverem matriculados nos cursos profissionalizantes, consultando a comunidade escolar na hora da escolha da prática que será oferecida a cada semestre.

3.38 assegurar a criação e a manutenção de Ensino Fundamental e EJA, dentro das escolas especiais, deficientes, comprometendo-se a inserir dentro deste contexto os alunos excluídos;

3.39 assegurar atendimento a alunos no EJA junto aos bairros;

3.40 incentivar a criação e a manutenção de projetos escolares complementares nas áreas esportiva, ambiental, artística e cultural no ensino médio, com a finalidade de desenvolver aspectos sócio emocionais, culturais e cognitivos; ampliação de repertório e desenvolvimento psicomotor, garantindo espaços físicos adequados e condições de locomoção;

3.41 assegurar atendimento a alunos especiais, deficientes no EJA;

3.42 incluir a temática contra à violência as mulheres e meninas no currículo das Escolas Municipais da cidade de Pelotas;

3.43 assegurar atendimento aos deficientes mentais adultos em espaço didático adequado;

Eixo 4: Ensino Superior

Metas 7, 12, 13, 14, 15 e 16

Estratégias

4.1 constituir, no prazo máximo de até um ano de vigência deste plano, um fórum municipal do ensino superior – FORMES, para fortalecimento do coletivo interinstitucional relacionado à educação de nível superior com atuação no município, bem como suas interfaces com os demais níveis educacionais existentes na rede escolar, conforme preconizado no novo PNE;

4.2 fortalecer, no contexto de atuação do FORMES, a articulação das Instituições de Ensino Superior junto a representantes da rede escolar, no sentido de qualificar a formação dos professores, combinando formação geral e específica com a prática docente, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

4.3 fortalecer, no contexto de atuação do FORMES, a articulação das Instituições de Ensino Superior junto a representantes da rede escolar, no sentido de adequar as ações voltadas à capacitação dos professores e dos demais profissionais da educação à realidade local e regional, no que se refere às necessidades de cada nível e sistema de ensino;

4.4 promover ações interinstitucionais voltadas à qualificação da atenção ao estudante, de modo a contribuir para o desenvolvimento da educação inclusiva, bem como auxiliar no controle da evasão escolar;

4.5 desenvolver parcerias interinstitucionais de modo a identificar oportunidades de colaboração no campo da pesquisa acadêmica e da mobilidade estudantil, incentivando a atuação em rede;

4.6 garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e, em especial com instituições públicas do Município de Pelotas, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as

professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Eixo 5: 7.5 Gestão e Financiamento - Formação e valorização, gestão democrática e financiamento

Metas 7, 15, 16, 17, 18, 19 e 20

Estratégias

5.1 conceder afastamento remunerado para estudo em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu* para os profissionais graduados em educação concursados estáveis da rede municipal, independente da sua carga horária, limitado a um afastamento por nível, segundo os seguintes critérios: a) primeira formação em pós-graduação *lato sensu*; b) primeira formação em pós-graduação *stricto sensu* (mestrado); c) primeira formação em pós-graduação *stricto sensu* (doutorado);

5.2 estimular a promoção do desenvolvimento profissional, de modo que os profissionais da educação tenham perspectivas de ascensão profissional e salarial;

5.3 garantir o gozo da licença por interesse, não remunerada, para a realização de pós-graduação;

5.4 instituir, em até sessenta dias da vigência deste Plano, um Grupo de Trabalho (GT), com representação paritária entre secretarias de município e entidades representativas dos trabalhadores e da comunidade, para realização de levantamento de dados, análise de outros parâmetros de equivalências e estudo da Meta 17;

5.5 adequar a lotação dos profissionais do magistério da rede pública de educação básica, observando a implantação do piso salarial nacional profissional, definido na Lei Federal 11.738/08, com a implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho, preferencialmente, um único estabelecimento escolar;

5.6 realizar, anualmente, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, por iniciativa da SMED, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da educação básica;

5.7 assegurar a gestão democrática, através de consulta popular para diretores e equipe diretiva, fomentando um amplo debate com a participação da comunidade escolar para a reestruturação da lei municipal vigente, garantindo o processo de alternância, até o segundo ano de vigência deste plano;

5.8 implementar os conselhos escolares, em todas as escolas até o final do primeiro ano de vigência do PME;

5.9 oportunizar, por meio de parcerias e programas públicos, formação continuada para gestores e membros dos conselhos escolares;

5.10 assegurar a autonomia e corresponsabilização das escolas, na gestão financeira e pedagógica, possibilitando o controle social, por meio da constituição dos conselhos escolares, assegurando a sua atuação, garantindo a autonomia em convocar a comunidade à participação nas decisões relativas à escola, na construção do projeto político pedagógico e na composição do conselho;

5.11 prosseguir, ampliar e monitorar o processo de formação de um conjunto de indicadores de avaliação institucional, com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino da rede municipal, de modo a atingir ou superar, também, as médias nacionais para o Ideb;

5.12 promover processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento participativo, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

5.13 analisar os resultados obtidos nos processos de avaliação e autoavaliação, propondo ações com vistas à qualificação das instituições de ensino do Sistema Municipal;

5.14 prover, por meio de recursos próprios e de adesão a programas, projetos e convênios com Estado e União, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica, no ambiente escolar, a todas as escolas públicas da educação básica da rede municipal, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive, a internet;

5.15 desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, no município de Pelotas, em parceria com as IES;

5.16 constituir Grupo de Trabalho (GT) intersetorial responsável por elaborar as estratégias, com possibilidades de execução imediata, de médio e longo prazo, pelo levantamento de dados solicitados nas metas em que constam limites de prazo e percentuais e pela elaboração do Plano de Ações da SMED, garantindo a execução das estratégias e o cumprimento das metas do PNE, a contar do dia seguinte da aprovação deste Plano e com prazo de noventa dias para sua conclusão;

5.17 assegurar, por meio da qualificação dos processos de consulta popular das equipes diretivas das escolas da rede municipal, a compreensão de que todos os níveis e modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, nas modalidades regular ou educação de jovens e adultos – EJA) sejam importantes e pertençam ao compromisso assumido pela gestão;

5.18 criar, no primeiro ano de vigência do PME, do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, para recebimento e aplicação das receitas decorrentes dos recursos obtidos pelo Município, com os royalties da exploração de petróleo e gás natural, para educação e saúde, determinando que 75% dos recursos do fundo sejam destinados à Educação e 25% para a Saúde, conforme Lei Federal;

5.19 criar o Conselho de Acompanhamento e Fiscalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, que será paritário, com a participação do Executivo Municipal, das entidades representativas, do Conselho Municipal da

Educação e do Conselho Municipal da Saúde, que deverá acompanhar e fiscalizar as receitas decorrentes dos recursos obtidos pelo Fundo;

5.20 garantir aplicação de 30% dos recursos próprios do município, conforme determina a Lei Orgânica Municipal, assegurando sua previsão no PPA;

5.21 assegurar a fiscalização do uso dos recursos públicos, aplicados na educação pública municipal, pelos órgãos de acompanhamento e controle social, garantido, por meio do repasse de informações mensais, infraestrutura e suporte técnico;

5.22 incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino, da rede pública municipal, reconhecendo práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, garantindo a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

5.23 garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores, para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

5.24 promover e ampliar, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitoras(es) e a capacitação de professoras(es) e bibliotecárias(os) para atuarem como mediadoras(es) da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, em regime de colaboração com a União, o Estado e demais instituições parceiras;

5.25 formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores(as) e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

5.26 aderir a programas que visem garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, de acordo com a legislação vigente;

5.27 assegurar a continuidade e ampliação da transferência direta de recursos financeiros às escolas municipais, em todos os níveis, conforme lei vigente, e com previsão de atualização dos recursos, no intuito de apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, a participação da comunidade escolar no

planejamento e na aplicação desses recursos; visando à ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

5.28 ampliar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes, da rede escolar pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

5.29 estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio da adesão a programas e apoio a projetos que tratem do tema;

5.30 aderir aos programas oferecidos pela União e/ou Estado e articular, junto às instituições parceiras, projetos que viabilizem o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, preferencialmente com, no mínimo, de velocidade de 10 megas, fomentando o aumento da relação computador/aluno (a), nas escolas da rede pública municipal de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

5.31 institucionalizar e manter, em regime de colaboração com a União, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

5.32 informatizar, até o segundo ano de vigência deste PME, a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal da Educação e Desporto do município, bem como aderir a programas nacionais de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação, quando houver;

5.33 qualificar o processo de busca ativa propondo a ampliação e incentivo da parceria com as Secretarias Municipais da Saúde e da Justiça Social e da Segurança, por meio do Programa Primeira Infância Melhor;

5.34 fortalecer o Conselho Municipal de Educação, permitindo a liberação de carga horária de seu presidente, de quarenta horas, sem qualquer prejuízo na remuneração, mediante regulamentação em lei municipal;

5.35 fortalecer o Conselho Municipal de Educação; mantendo a garantia das dez horas de disponibilidade de carga horária para atendimento no CME, se o conselheiro for servidor público municipal, incentivando as demais entidades a adotarem o mesmo critério de disponibilidade para seus representantes;

5.36 executar uma concreta ação de valorização do profissional da educação, no que tange ao pagamento do piso nacional da educação, bem como estabelecer na lei municipal a redução de 1/3 da carga horária para elaboração e preparação dos estudos específicos;

5.37 assegurar e ampliar a distribuição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino;

5.38 estruturar a expansão do número de vagas e a qualidade na educação infantil por meio da adequação e efetivação dos contratos Proinfância;

5.39 redimensionar as estruturas físicas existentes nas escolas da rede municipal para o atendimento da demanda manifesta na educação infantil, promovendo a transferência dos alunos a medida em que as escolas Proinfância estiverem concluídas, mediante autorização do CME;

5.40 implantar o Plano Municipal de Educação fundamentado nos pressupostos legais que foram legitimados pelo processo democrático e que se consolidará a cada ação realizada e acompanhada pela sociedade pelotense.

5.41 prover, por meio de recursos próprios ou adesão a programas, acesso a rede mundial de computadores (internet livre), no ambiente escolar, em todas as escolas públicas da educação básica da rede municipal, como forma de aprendizagem e inserção ao mundo globalizado;